



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR  
SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO EM FAMÍLIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

**ESTER NUNES PRAÇA DA SILVA**

**Mulheres-esposas: Dinâmicas conjugais e individualidades a partir da experiência de mulheres casadas com militar**

**SALVADOR-BA  
2012**

**ESTER NUNES PRAÇA DA SILVA**

**Mulheres-esposas: Dinâmicas conjugais e individualidades a partir da experiência de mulheres casadas com militar**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Livia Alessandra Fialho Costa.

SALVADOR-BA  
2012

## UCSAL. Sistema de Bibliotecas

S586 Silva, Ester Nunes Praça da.  
Mulheres-esposas: dinâmicas conjugais e individualidades a partir da experiência de mulheres casadas com militar/ Ester Nunes Praça da Silva . – Salvador, 2012.  
141 f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Católica do Salvador.  
Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em  
Família na Sociedade Contemporânea.  
Orientação: Profa. Dra. Livia Alessandra Fialho Costa.

1. Conjugalidade 2. Mulheres 3. Família 4. Profissão Militar  
5. Instituição Total – Quartéis Militares I. Título.

CDU316.356.2:355

## AGRADECIMENTOS

Agradeço àqueles que torceram por mim e me desejaram saúde e sucesso quando souberam dessa minha empreitada. A todos que me quiseram bem e me compreenderam, quando estive ausente durante a elaboração deste trabalho, especialmente, ao meu pai, à minha mãe, aos meus irmãos, aos meus sobrinhos, aos amigos e aos professores do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, muito obrigada!

Às mulheres que me auxiliaram nesta pesquisa, mais que um agradecimento pontual, a elas serei eternamente grata, pois, mais do que tempo, concederam-me intimidade, sem a qual seria impossível realizar este trabalho. De vocês, sempre lembrarei!

Sobretudo, agradeço à professora Dr.<sup>a</sup> Livia Alessandra Fialho Costa pela oportunidade de tê-la como orientadora, pela dedicação e conhecimentos compartilhados que qualificaram minha forma de ver o mundo, especialmente, no que tange aos estudos sobre Família na Sociedade Contemporânea, além da carinhosa amizade. Pela senhora tenho profunda estima!

Por fim, dedico este trabalho a Arru, pois *com você o tempo para, sem você o tempo voa, sem você eu perco tempo, com você me sinto imortal!* Amo-te!

“A igualdade entre os dois sexos pode tornar-se maior se a mulher se integrar mais na vida exterior; mas então como deverá transformar-se a família? Serão necessárias mudanças profundas, perante as quais não há talvez forma de recuar, mas que é necessário prever” (Émile Durkheim).

## RESUMO

Esta dissertação se baseia em uma pesquisa qualitativa sobre dinâmicas conjugais e individualidades frente às exigências da carreira da profissão de militar de mulheres casadas com militar que trabalham numa Organização militar em Salvador/BA. Argumentou-se que no cotidiano de mulheres casadas com militares, os arranjos das dinâmicas conjugais e o campo de possibilidades de exercício de suas individualidades estão vinculados à profissão de seus maridos e esta condição pode contribuir para enredos de dinâmicas internas de conjugalidade específicas. As transferências entre cidades, as exigências do trabalho e as prerrogativas que absorvem muito do tempo de seus maridos, bem como questões relacionadas aos aspectos totalizantes da instituição, tudo isso coadunado com o tipo de afeto valorizado, compõem o conjunto de elementos das interferências sobre as quais as mulheres, em questão, elaboram suas vidas conjugais e projetos individuais. A metodologia da pesquisa favoreceu a articulação entre a vida privada - conjugalidade/família - e o trabalho/profissão, e procurou conhecer a dinâmica interna conjugal em vista dos argumentos contemporâneos de que a família se individualizou. No curso da pesquisa, várias técnicas de coleta de dados foram utilizadas: observação, escuta sensível no laboratório de Serviço Social, entrevistas individuais com as mulheres. As análises e resultados, tecidos sobretudo a partir das narrativas das mulheres, confirmaram que as mudanças engendradas na família contemporânea, moderna, convivem com aspectos da família tradicional, isto quer dizer que o casal e a família se formatam através de um arranjo cotidiano, no dia-a-dia – e não a partir de um ‘papel’ previamente construído, como *script* a ser seguido –, visto que a conjugalidade e a individualidade são afetadas por questões relacionadas ao trabalho/sobrevivência, gerando conflitos, tensões e regulações. Averiguou-se o quanto essas questões estão, enormemente, inter-relacionadas, assim buscamos correlacionar, sob uma ótica de análise qualitativa, algumas questões sobre conjugalidade, individualidade, profissão militar, instituição total, mulheres e família.

**Palavras-chave:** Conjugalidade. Mulheres. Família. Profissão Militar. Instituição Total.

## ABSTRACT

This dissertation is based on a qualitative research on marital dynamics and individualities career requirements of military profession of married women with military working on a military Organization in Salvador-Ba. It was argued that in daily life of married women with military arrangements of marital dynamics and possibilities for the exercise of their individualities are linked to the occupation of their husbands and this condition may contribute to internal dynamics of plots of specific conjugalidade. Transfers between cities, the demands of work and the prerogatives that absorb much of the time from their husbands, as well as issues related to aspects of the institution, all this totaling unite with the kind of affection valued, comprise the set of elements of interference on which women, concerned, shall draw up their marital lives and individual projects. The survey methodology has led to the articulation between privacy-conjugalidade/family-and the job/profession, and sought to know the internal dynamics of contemporary arguments on conjugal family if a separate. In the course of research, several data collection techniques were used: observation, sensitive listening in the laboratory of Social Service, individual interviews with women. The analyses and results, in particular tissues from the narratives of women, confirmed that the changes engendered in contemporary, modern family, live with aspects of traditional family, this means that the couple and the family if format through an arrangement everyday, from day to day – and not from a ' paper ' previously built, as a script to follow –, since the conjugalidade and individuality are affected by work-related issues/survivalgenerating conflict, tensions and regulations. It was found that these issues are interrelated, so greatly we correlate, under an optics of qualitative analysis, some questions about conjugalidade, individuality, military profession, total institution, women and family.

**Keywords:** Conjugalidade. Women. Family. Military Profession. Total Institution.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	09
<b>1 CONJUGALIDADES NA CONTEMPORANEIDADE</b> .....	21
<b>2 SOBRE O CONCEITO DE INSTITUIÇÃO TOTAL E QUARTÉIS MILITARES</b> .....	33
<b>3 PERSPECTIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS: DO GERAL AO PARTICULAR DA PESQUISA</b> .....	48
3.1 A Estruturação da pesquisa .....	54
3.2 Abordagem e método .....	61
3.3 A definição da amostra para as entrevistas .....	64
3.4 A dinâmica das entrevistas .....	66
3.5 Apresentação das mulheres entrevistadas e dos motivos pelos quais foram escolhidas para entrevista .....	68
<b>4 ANÁLISES DA COESÃO E DA INTEGRAÇÃO EXTERNA</b> .....	76
4.1 Orientações normativas .....	93
4.2 Contextos socioeconômicos, profissionais e redes de apoio .....	99
<b>5 O AFETO NUM LUGAR DE DESTAQUE</b> .....	107
<b>6 UM RESUMO DAS DINÂMICAS CONJUGAIS</b> .....	113
<b>7 O TRABALHO DE MILITAR E PROJETOS DE VIDA DE MULHERES CASADAS COM MILITAR</b> .....	120
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	132
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	138
<b>ANEXO</b> .....	142

## INTRODUÇÃO

... Será possível que agora vou me transformar numa pessoa estranha para mim mesma e que uma vida nova, a concretização de minhas esperanças e desejos, está se abrindo diante de mim?... (Leon Tolstói. A felicidade conjugal).

Dois mil e sete foi o ano em que, de fato, a presente pesquisa ‘apareceu’ na minha vida. Nesse ano, assumi o trabalho de Assistente Social da Força Aérea Brasileira – FAB, depois de um exigente processo de seleção pública no qual fui aprovada. A entrada nesse campo de trabalho teve como motivação a remuneração, os atrativos direitos trabalhistas, bem como a possibilidade de uma experiência profissional diferente, que passaria a ter ao assumir a condição, o posto e a responsabilidade de militar da Força Aérea Brasileira.

No entanto, para ingresso nessa área é necessário um estágio de adaptação, cujas rotinas servirão para apresentar ao “novato” as ações estabelecidas como pressupostos do convívio e da doutrina militar. Durante os três primeiros meses do ano de dois mil e sete, passei a morar numa escola-quartel situada em Belo-Horizonte, Minas Gerais, na qual ocorreram as iniciações num mundo “novo”, no qual situaria a minha realidade profissional.

Nesse tempo, vivenciei estresses e medos; algo confundia minhas convicções ideológicas e identidade pessoal. Não consegui espaço para desempenho dos papéis da minha vida ou das minhas afinidades. Meu tempo e espaço estavam arregimentados, com mais aproximadamente noventa pessoas, em local onde, por pelo menos quinze dias, ficamos envolvidos num sistema de fechamento, em que o contato com o mundo externo fica proibido. O corpo faz-se igualmente objeto desta experiência uma vez que é submetido a um exigente sistema de disposição física e emocional em vista das instruções de ordem interna a serem aprendidas e praticadas. Após essa etapa, o cotidiano dos oitentas e cinco dias restantes de adaptação passam a ser mais rotineiros no seu aspecto administrativo e formal. A

circunstância da rotina é pesada e promove, em geral, uma exaustão emocional entre os seus participantes.

Em maio de dois mil e sete, fui como militar e Assistente Social trabalhar na cidade de Salvador, Bahia. A vaga de assistente social, a qual concorri no concurso público, destinava-se a essa cidade. Embora não houvesse uma distância muito grande entre a minha cidade de origem – Recife – e Salvador, a partir desse momento passei a incorporar outro estilo de vida, que se concretizaria nos anos seguintes motivado pela minha experiência profissional.

Esse outro estilo de vida se construía a partir da ausência de referenciais familiares e de amizade: passei assim a morar longe dos meus pais, irmãos, sobrinhos e da minha rede social mais ampla (amigos confidentes, profissionais etc.). E, nessa “aventura”, acompanhou-me somente meu marido, com quem me casei um ano antes de me mudar para Salvador, além de alguns dos meus pertences pessoais, como livros e algumas roupas de “estimação”. Como jovem casal, não tínhamos muito o que carregar, e o que não trouxemos, distribuímos no mundo.

Apesar de ser natural de Recife, Pernambuco, cidade situada na mesma região geográfica da Bahia– nordeste do Brasil – a adaptação à nova cidade foi gradual e lenta no que tange à moradia, lazer, amizade, gastronomia, entrosamento com as variações regionais da língua e da fonética, entre outras coisas. Dias, semanas, meses inteiros de vida mergulhados em preocupações e felicidades, que, experimentados nesse tempo dão-me a impressão de serem suficientemente capazes de se tornarem ensinamento para uma vida toda.

Com o passar do tempo, a “descoberta” advinda da aventura foi dando lugar a outras experiências, mais conflitivas, mais desafiadoras. A tristeza, a saudade, a melancolia são sentimentos que foram ganhando terreno, mas, felizmente, também abriram espaços para “surto” de confiança. Nessa equação, reinava a expectativa da ‘cura pelo tempo’, capaz de

gerar adaptações e (in)certezas que poderiam colaborar para o crescimento e a maturidade pessoal e profissional. Por fim, a influência moral da consciência cedia à adaptação em processo, e então, fui capaz de acreditar que era importante dar lugar à paciência. Deixei deslizar os primeiros meses.

No entanto, a mais dolorosa das constatações de mudança que passava a processar em minha vida foi deparar-me com a sensação de que o casamento também demandaria uma reinvenção. Conhecemos juntos e “sozinhos” novas possibilidades de sermos “nós mesmos”. Na prática, isso significou que passamos por crises conjuntas, partilhadas e outras mais individuais, solitárias ocasionadas por descobertas de convivência ou pelo efeito cascata da adaptação ao regime militar, que tão era novo para mim. Assim, a partir de então, passamos a experimentar outras emoções e rotinas, outros receios.

As variáveis como tempo de casados, idades e, por conseguinte, nossas experiências de vida, nossa condição financeira e profissional, o que sabíamos até então sobre nós, o sentimento que se metamorfoseava dia-a-dia, nosso modelo de conjugalidade, e, sobretudo, a condição sócio-espacial da nova cidade foram sendo ponderadas e a compreensão de todas elas foi fundamental nesse desafio conjugal. A desconexão é, sem dúvida, uma experiência ambivalente.

A segurança, a autoconfiança, a autoestima vão se abalando à medida que nos afastamos dos nossos “portos-seguros”, que coincidem, normalmente, com nossos lugares-primários: nossa família, nossa terra natal. A distância das redes (familiar, de apoio, de amizade) causa duas experiências: por um lado, a de fortalecimento para impor-se numa cidade sobre a qual não temos referência; por outro, a do desejo/projeto de retorno à ‘casa’, à terra natal, a fim de (ilusoriamente) reconstituir o tempo ausente. Se no afã da aventura que o ‘novo’ nos proporciona pensei que a distância da “família restrita” em nada mudaria minha forma de ser, fui sendo, em várias ocasiões, traída por esta ideia. A compreensão da

importância do laço, das redes, das referências fez-me avaliar o papel dos sujeitos na construção da nossa identidade: a família é aquilo que diz muito sobre nós e que, em larga medida, forja nossa personalidade, nosso “eu”.

Outro aspecto importante dessa minha experiência como militar foi, sem dúvida, o fato de ter residido em vila militar. Tratava-se de um prédio com treze andares, integrante de um condomínio, composto por dois outros prédios, cujos moradores não eram militares, situado num bairro próximo à Orla marítima de Salvador com forte presença de turistas.

Ao chegar à cidade, resisti à ideia de morar em vila militar, pois achava estranha a proximidade residencial com pessoas com as quais me relacionaria todos os dias no espaço de trabalho. Porém, após convivência de quatro meses e de entrosamento com a ‘cultura imobiliária’ da cidade, cedi ao fato, levando em consideração a economia doméstica que faria caso fosse morar em imóveis da vila militar. Além do mais, habitar a vila traz benefícios bem como de alguns outros benefícios em face do trabalho: transporte para o trabalho que se destina a conduzir o militar no trajeto casa-trabalho e vice-versa, e, sob este pretexto, morei por aproximadamente três anos.

Foi, então, que, em setembro do ano de dois mil e sete, rendi-me a esta convivência, pelas razões já apresentadas. O convívio foi menos doloroso do que imaginei. No entanto, é inegável a sensação de vigilância. Nos primeiros quinze meses, sentia-me invadida na intimidade, pois acreditava que não estava tão anônima o quanto gosto de ser, tampouco tão autêntica, e essa sensação me atordoava, ao ponto de me tornar refém de mim mesma e buscar um isolamento social.

A área física que cabia aos meus momentos de realização pessoal e lazer se resumia aos metros quadrados do apartamento que ocupava com meu marido, e, por isso, não me permitia aproveitar as áreas comuns de convívio social do edifício, nem ousava arriscar a sair de casa por ocasiões que não fossem destinadas a encontro pessoais e introspectivos

referentes ao meu “eu”. Calculávamos e programávamos toda a nossa vida social, desde as roupas até a trajetória de saída, ou seja, se pegaríamos ou não o elevador, se sairíamos de carro ou a pé, etc. Tudo para que evitássemos um encontro com as pessoas com as quais me relacionava para assuntos, exclusivamente, de trabalho.

Conhecedora do fato de que a hierarquia permanece independente de qualquer situação cotidiana, longe do quartel, o encontro com ‘superiores hierárquicos’ provocava em mim a sensação de estar trabalhando eternamente, sem hora livre, sem relações ‘normais’. Da mesma forma, sentia que por parte das outras pessoas havia, também, essa preocupação em preservar vossas dinâmicas particulares.

Além de tudo, sofri pelo fato de perceber que transferiria essa situação de vigília velada ao meu marido, que, apesar de respeitar minhas angústias e concordar em preservar uma distância em favor de nossa intimidade, ainda assim, expressava o seu próprio sentimento de “sufocamento” ao nos constatar presos dentro de casa e por saber que suas atitudes também poderiam ser mal interpretadas frente às questões e os valores morais presente no militarismo e referenciadas a minha pessoa, representante do imóvel e por isso responsável por ele, e, nesse sentido, evitava que imprevistos caminhassem em direção de um problema.

No entanto, nos últimos meses de moradia, já mais adaptada, sentia que a pressão da vigilância não me afetava tanto, parecia que a “força do hábito” havia resolvido meu/nosso problema, e o convívio tornou-se minimamente possível. Conversava com alguns vizinhos, colegas de trabalho e suas esposas e filhos, contudo, sentia-me ainda invadida na intimidade e, por isso, obrigava-me, muitas vezes, a não ser “eu mesma”, pois, no meu inconsciente a razão triunfava sobre a emoção, e fazia me lembrar das horas que haveria de conviver com essas pessoas no espaço de trabalho completamente hierárquico, formal e ritualístico, e, portanto, os possíveis momentos de intimidade deveriam ser forjados “necessariamente” em limites definidos em não ultrapassar o ponto de vista cultural-ideológico.

Assim, é do lugar da experiência da ‘desconexão’, do afastamento dado pelo trânsito que a carreira às vezes nos impõe, e do drama gerado pelo enquadramento numa instituição militar que delineio este projeto de pesquisa, germinado em fins de dois mil e sete, quando inicio o processo efetivo de reflexão, comparação e aproximação da minha escuta e da minha voz as de muitas daquelas mulheres que, ao acompanharem seus maridos militares, passam a morar numa cidade diferente da sua de origem e a conviverem diretamente com as prerrogativas dessa instituição. Estas mulheres moram em Salvador, cidade onde é realizada a pesquisa e, diferentes de mim, militar, que ocupa um cargo na hierarquia, elas são a outra parte do casal: mulheres com cônjuges militares, com filhos em idade escolar entre três e dezesseis anos. O contato com elas, como veremos no capítulo metodológico, parte integrante deste trabalho, se deu na sua maioria, através da Seção de Serviço Social da Força Aérea Brasileira.

Em comum, elas têm a experiência e o relato da solidão – apreensão que só me foi possível a partir do momento em que as tornei meu *objeto e sujeito de pesquisa*. Fortemente ligadas aos seus cônjuges e filhos – na maioria dos casos, os únicos referenciais nessa cidade – as mulheres tratam de tecer toda a trama de seu cotidiano a partir da relação elaborada pelo casal, conjugal e parental, sem o contato presente e direto de outros membros da família e/ou amigos. Negociam seus projetos pessoais e familiares num dia-dia de vila militar. Dormem e acordam seguindo o ritmo das obrigações profissionais do marido, em estrito cumprimento a uma agenda de serviços e cerimônias militares, situação que acrescenta mais dificuldades para o exercício de sua vida pessoal já bastante demarcada pelos afazeres domésticos e pelos cuidados destinados aos filhos.

Nesse sentido, identificamos um problema: como se dá a relação entre o eu e o nós-casal/família na conjugalidade frente ao contexto de trabalho militar, em termos do que

alguns chamam de “paradoxo das conjugalidades contemporâneas”?<sup>1</sup> Para respondermos a isto, verificamos qual é a dinâmica de interação de conjugalidades vivenciadas em face da realidade do trabalho de militar, porque pretendemos tipificar o gênero de relação que nela os casais se encontram, ou melhor, dizer como funcionam internamente esses casais, em termos de fusão e autonomia, ou seja, quando e como o casal é dois e quando e como é um no fazer cotidiano, considerando a versão feminina dos fatos. Buscamos, ainda, descortinar a vantagem e desvantagem de ser casada com militar para a vida pessoal dessas mulheres.

Na organização militar para qual fui lotada, assumi a chefia da Seção de Serviço Social composta de mais uma assistente social civil e de um auxiliar administrativo, um soldado – jovem que cumpre obrigação perante o Estado. O cargo trouxe-me algumas desvantagens profissionais, pois ele resultou em responsabilidades burocráticas, próprias da Administração do Estado. Tornei-me gestora e tecnocrática, geria parte dos recursos financeiros da assistência social da FAB - Força Aérea Brasileira, e que por isso, o trabalho mais social, ou seja, o de me aproximar das histórias de vida, dilemas e problemas psicossociais de pessoas, dos quais, tanto gosto, fiquei distante e ausente.

No entanto, após um tempo, as exigências do trabalho administrativo acumularam-se com o trabalho de orientação, atendimento ao público e planejamento técnico dos referidos recursos financeiros, isto porque a atividade de atendimento, na qual exercito a escuta e delibero soluções práticas, em forma de benefício social, sobre parte dos problemas do público alvo, apresentados caso a caso, passou a ser minha responsabilidade segundo as instruções reguladoras da assistência social da FAB - Força Aérea Brasileira.

O mencionado atendimento consiste na inserção dos militares e seus dependentes em projetos para concessão de benefícios em forma de recursos materiais, tais como livros,

---

<sup>1</sup>Expressão utilizada por Sofia Aboim em “Emoções e rotinas: A construção da autonomia na vida conjugal”. Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia. Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção. Atelier: Famílias, 2010, pp.146-154.

material escolar, cesta básica, medicamentos, exames médicos, entre outros de caráter assistencial.

A seção de Serviço Social também é, em geral, identificada como um ponto de referência para que as pessoas possam expor seus problemas e de lá saírem mais aliviadas – pelo menos emocionalmente. Alguns dos problemas relatados relacionavam-se com a solicitação de benefício social, outros, nem tanto. E foi aí que passei a conhecer alguns conflitos de casais, os quais, todos, ou a maior parte foram trazidos a mim, pelas esposas dos militares, que objetivavam desde uma simples escuta a uma opinião e/ou uma orientação, e encaminhamentos a órgãos de atendimento social.

É aqui, então, que se inicia esta pesquisa e escolho minhas entrevistadas. Movida pelo interesse em conhecer a história dessas mulheres casadas com militar, suas dinâmicas conjugais, a vida pessoal, suas origens familiares, seu cotidiano, a relação parental e, sobretudo, qual impacto das exigências e da carreira militar do marido no seu modo e escolhas de viver, ser e estar no mundo. Sem dúvida, todas as questões que mobilizavam o meu olhar no início da pesquisa estavam ligadas às minhas ansiedades, todas projetadas na realidade e histórias daquelas mulheres – ainda que minha realidade seja inversa, uma vez que a militar na história de família sou eu.

A formulação de objetivos e pré-suposições de trabalho sobre relação conjugal emerge, portanto, neste contexto. Toda a problematização contida neste trabalho foi construída a pequenos passos: inicialmente, a partir de uma pós-graduação *lato-senso* em estudos sobre Família na Contemporaneidade e Contextos Sociais e, posteriormente, com a coleta assistemática de dados quantitativos resultantes da aplicação dos questionários socioeconômicos, característicos do processo e rotinas do trabalho de Assistente Social; concomitantemente, foram feitas anotações de campo e coleta de relatos autobiográficos livres de mulheres casadas com militares que procuravam o Serviço Social para ‘falar’,

‘reclamar’, ‘chorar’, ‘contar’ acerca da vida em família, tudo em vista de um desejo de revelar ao serviço de atendimento quais as necessidades reais da família. Sobre essas famílias transeuntes e a questão da transferência entre cidades escrevi um artigo, que se tornou embrião desta dissertação<sup>2</sup>.

Tendo sido concluída uma análise dos dados dispostos à luz da ‘teoria relacional’ da família, propus-me investigar conjugalidades e carreira militar, seguindo a inspiração sobretudo dos trabalhos nas áreas de Sociologia e Antropologia.

Uma questão se impõe a esta pesquisa: que desafios enfrentam essas mulheres no seu fazer cotidiano conjugal face sua individualidade? As tentativas de resposta apontam para várias possibilidades. Ao longo dos capítulos, as histórias de vida estarão ancoradas numa discussão mais ampla sobre construção da individualidade, por ser esse um tema que atravessa não apenas o que a literatura especializada vem falando sobre característica da contemporaneidade, mas por ser esse o pano-de-fundo das vozes, falas, angústias dessas mulheres: que história e individualidades escrevem as mulheres que vivenciam uma conjugalidade marcada pelas atribuições da profissão do marido, que se destina a uma carreira militar, na qual a prerrogativa da mobilidade geográfica, entre outras atribuições específicas da profissão, interfere na dinâmica conjugal e individual? Todas as entrevistadas são casadas, têm filhos em idade escolar e não são naturais da cidade de Salvador.

A dissertação está dividida em introdução, sete capítulos e considerações finais. No primeiro capítulo, expomos as perspectivas teóricas e uma reflexão sobre família-conjugal na contemporaneidade, mudança social e alguns marcos teóricos importantes para se pensar a conjugalidade. Grande parte deste trabalho está ancorada numa literatura sociológica, não apenas porque a conjugalidade e a família são terrenos privilegiados desta disciplina, mas, porque algumas propostas têm marcado o debate atual e influenciado outras disciplinas à

---

<sup>2</sup>SILVA, Ester Nunes Praça da. “Família e Cidade: as transformações no modo urbano no Brasil e algumas consequências nas relações familiares”, Salvador, 2009, *mimeo*.

compreensão da relação entre indivíduo e grupo. Discute-se, assim, o amor, a igualdade de gênero e a questão da divisão social do trabalho e da reprodução social.

No segundo capítulo, demarcamos uma reflexão crítica sobre a obra de Erving Goffman, “Manicômios, Prisões e Conventos” (1974) e, à luz da teoria das instituições totais, elaborada pelo referido autor, analisamos o pressuposto das características gerais de instituição total em face das organizações militares. Como tratamos de conjugalidade interferida pelas especificidades do trabalho militar, dialogamos com a ideia de Goffman, de instituições totais, para refletir sobre as tensões vividas no cotidiano conjugal das esposas dos militares.

No terceiro capítulo, referimo-nos aos procedimentos metodológicos aplicados para realização da pesquisa, seguido da perspectiva teórico-metodológica e dos subcapítulos sobre abordagem, método e alguns fatos da história e trajetória conjugal das entrevistadas.

No quarto capítulo, escrevemos sobre as interações conjugais. Entra-se no cotidiano dos casais e se observa o seu funcionamento interno, recorrendo aos conceitos de coesão e integração externa segundo Aboim (2006, p.224). Ao serem articulados gênero, divisão do trabalho, lazer, convívios e conversas, chegamos a uma tipologia do estilo de interação conjugal. Como se verá, este converge a visões normativas específicas sobre o casal e vice-versa, dimensão-chave que nos ajudou a vislumbrar a dinâmica das conjugalidades.

No quinto capítulo, demos relevo às dimensões afetivas da conjugalidade. Analisamos as orientações amorosas, reconstituindo os seus trajetos sentimentais e os seus ideários afetivos. Objetivamos identificar os ideários amorosos contemporâneos da conjugalidade e, a partir dessa dimensão, perceber como os sentimentos contribuem para as tramas das relações atuais e se conjugam com formas específicas de interação.

No sexto capítulo, resumimos os principais resultados da pesquisa, observando as respostas que afinal encontramos para as suas principais interrogações: i) qual a dinâmica

interna conjugal de mulheres casadas com militar? ii) quais os principais fatores sociais que contribuem para explicar a dinâmica conjugal? iii) e, finalmente, quais os fios que tecem a autonomia feminina na relação conjugal de mulheres casadas com militar?

No sétimo capítulo, fizemos uma articulação entre individualidade e trabalho militar. Nesse ponto, verificamos em qual medida os projetos pessoais dessas mulheres são interferidos pelo trabalho de militar de seus maridos, procurando saber quais as vantagens e desvantagens de ser casada com militar.

Além do mais, buscamos relacionar as características de instituição total, presentes nos quartéis, pelo *método de tipos ideais* (GOFFMAN, 2007, p.17), através do estabelecimento de aspectos comuns; ainda que outros aspectos do pressuposto de uma instituição total escapem a esta pesquisa, acreditamos, de uma maneira geral, que essas instituições carregam no seu bojo as características que Goffamn aferiu sobre instituições totais.

Por isso, pensamos que os elementos presentes na instituição militar, apontados pelas mulheres em questões como as desvantagens em morar na vila ou na convivência com os valores militares, são pressupostos de uma instituição total e, neste sentido, podem esclarecer parte das tensões e conflitos vividos no cotidiano de mulheres casadas com militar.

Esta pesquisa ajudará, de uma forma geral, aos profissionais estudiosos de família, especificamente, de conjugalidades e aqueles inseridos nas áreas de intervenção social das Forças Armadas. Suas preocupações e resultados podem conduzir a projetos sociais que tomem a família como a menor unidade de trabalho e, a partir da metodologia e objeto, sugeridos pela presente pesquisa, disponibilizar um conjunto de medidas destinadas ao moral e motivação do militar no reconhecimento do significado da mulher - esposa de militar - na produção indireta da instituição militar. Embora os capítulos possam ser lidos e compreendidos de modo independente, há uma conexão lógica entre os mesmos, pois o tema

é abordado em cada um por uma ótica distinta, mas correspondendo a um mesmo objeto, qual seja, a dinâmica interna conjugal de mulheres casadas com militar e em termos da própria vida individual.

Vale ressaltar que, se esta primeira parte parece muito longa para uma introdução, é porque as demais dependem dela e encontrará aí seus principais elementos de interpretação do objeto e motivação da pesquisa.

## Capítulo 1

### CONJUGALIDADES NA CONTEMPORANEIDADE

Não só não devo modelar a minha vida em função das exigências do mundo exterior como nem sequer posso encontrar um modelo de vida no exterior de mim mesmo. Não posso encontra-lo senão em mim. *Sources of the Self* (1989), Charles Taylor.

Estudar as famílias na contemporaneidade exige o esforço de interpretá-la à luz de uma teoria. Se, por um lado, família é uma experiência social – universal, diriam alguns autores –, sua análise e compreensão, por outro, exige uma opção do direcionamento do “olhar”, a fim de ultrapassarmos o mero descritismo da observação.

Desse modo, é necessário ter em mente as mudanças que a instituição conheceu ao longo do século XX e na contemporaneidade. Nos últimos anos, as transformações que interpelaram e transformaram as regras e as formas de viver a família, especificamente na família conjugal, tornaram-se visíveis por cada um de nós no cotidiano das próprias vidas.

Partir para uma compreensão da família contemporânea exige uma incursão em diversas qualidades que a caracterizam. Assim, falava-se de uma família conjugal com papéis bem definidos até os anos 1960; a partir daí e por várias razões, fala-se da *individualização* na família, conceito importante na sociologia da família contemporânea, compreendido como “busca de gratificação pessoal e autodeterminação do self, por um lado, e realização afetiva através de uma relação de alteridade, em que, em última instância, o sentimento para a própria individualidade existe porque o outro existe” (ABOIM, 2006, p.146), constituindo-se em um marco diferencial nas mudanças históricas dos últimos séculos.

Contudo, constantes interrogações são feitas por diferentes abordagens teóricas sobre os elos que unem o indivíduo ao grupo casal e/ou família, pois elas espelham as mudanças estruturais operadas nas relações entre homens e mulheres de uma forma geral e, sobretudo, na família-conjugal.

Na opinião de Torres (2001, p.07), fazendo uma crítica à literatura que trata da conjugalidade, o casamento e o casal não deixaram de ser analisados no prisma que os enquadra numa perspectiva teórica mais vasta, afirmando que “Parsons e Bales (1956, 1968) e alguns seguidores contemporâneos os incluem no sistema familiar”. Outro conjunto de autores, diz Torres (2001, p.07), continua “a considerar o casamento também como produto de interações regidas por normas de regulação e coesão particulares, como foi de início o caso de Burgess (1960) e é, mais recentemente, o de Kellerhals, 1982”. Ademais, afirma que alguns outros analisam o casamento e o casal “como produtor de sentido e identidade”; assim, é o caso de Berger e Kellner (1964, 1957), “valorizando as relações internas ao casal mas sobretudo o papel ‘nômico’ do casamento e, nesse sentido, construtivo, identitário e existencial” (TORRES, 2001, p.07). Ressalta, ainda, Torres que outros autores, como Bourdieu, identificam o casamento dentro de uma lógica de reprodução social (TORRES, 2001, p.07).

Além disso, consigna que outros ressaltam a “ideia de casamento como forma particular de produção de trabalho gratuito e de dominação masculina” nos termos de Delphy, 1978 e 1992, e, por fim, destaca que, nesta pluralidade de pontos de vistas sobre casamento, Singly (1993) e Kaufmann (1993) defendem uma “abordagem da família contemporânea como relacional” (TORRES, 2001, p.07).

A diversidade de perspectivas acima mencionada é um indicativo de que a escolha de uma delas tem como consequência um olhar específico sobre o real, pois cada uma pode considerar este ou aquele aspecto da conjugalidade para constituir um objeto de pesquisa.

Com efeito, é indiscutível que nas sociedades ocidentais contemporâneas o laço conjugal continua a representar um elemento fundador dos laços familiares e até mesmo dos laços sociais no seu conjunto; afinal, é no casal que, em grande medida, se projetam as possibilidades de realização afetiva e é também o casal que muitas vezes funciona com

elemento central de construção das relações socialmente relevantes (de parentesco e até de amizade).

É inegável que as formas de construir e de viver a conjugalidade sofreram transformações profundas, alargando o leque de biografias possíveis, mas nem por isso a conjugalidade, nem que seja apenas como projeto, deixou de dominar, em grande medida, os trajetos dos indivíduos; o fato é que se assiste a criação de um “novo” indivíduo que, por várias razões, é “ao mesmo tempo ideológica e objetiva” (SINGLY, 2000, p.14).

Trata-se do “surgimento do indivíduo original”, ou seja, aquele que respeita sua verdadeira natureza (SINGLY, 2000, p.14). Na contemporaneidade, os indivíduos perseguem uma identidade pessoal, um *verdadeiro eu*, no interior de cada um. Vive-se, desse modo, o que François de Singly (2000, p.14) chamou de “mito da interioridade”, que vai se forjando de forma lenta e gradual até se tornar uma realidade que consubstancia um dever ser para cada um de nós.

Vemos, assim, que o lugar do indivíduo no mosaico da família e da sociedade mudou, seja porque práticas e representações foram sendo reinventadas – entre os gêneros e gerações –, alterando-se os vínculos no mundo privado, seja porque a concepção de indivíduo mudou em relação aos seus grupos de pertencimento e, particularmente, quanto à família. Nasce o sujeito, em razão da concepção moderna de indivíduo, que desvaloriza os papéis sociais e o grupo, “exaltando, pelo contrário, a originalidade e a autenticidade, como sentimento de fidelidade a si mesmo” (SINGLY, 2000, p.21). Pressupõe-se, pois, uma identidade escondida, uma natureza que concentra o “eu”, o qual só ele pode enunciar-se e descobrir-se.

Dessa forma, as escolhas do modo de vida, na esfera privada, que cada um decide viver, parece não buscar mais uma equiparação exterior, um enquadramento num modelo institucional, ou um alinhamento com uma moral: “a vida privada estrutura-se, antes de mais

nada, no reconhecimento mútuo das pessoas que vivem juntas”, no respeito que têm uma pela outra (SINGLY, 2007, p.19).

Nessa ótica, a família representa um meio importante, essencialmente porque ela se situa no centro da construção da identidade individualizada dos sujeitos em relação e como lugar designado para criação e manutenção dos laços sociais e afetivos. Ela assume, portanto, em grande medida, a atribuição de ser reveladora das identidades interiorizadas.

Identidade interiorizada é sinônimo de individualizada – “maneira de pensar que exige uma conversão ao subjectivismo, uma forma de introversão na qual no venhamos a pensar-nos a nós próprio como seres dotados de profundidades interiores” (SINGLY, 2000, p.20) -, e para que esta identidade individualizada se elabore como tal, faz-se necessário um outrem específico, ou melhor, aquele que lhe tenha sentido como alguém singular à própria elaboração.

A família, portanto, é o lugar onde se dar sentido às relações entre os indivíduos, os quais, adultos, jovens, crianças, homens e mulheres, elaboram parte de suas interioridades e experiências (SARTI, 2004, pp.120-121). O *eu* só pode ser conhecido porque outros o reconhecem como tal, levando-o a conceber-se como ser dotado de profundidades íntimas que lhe ultrapassam a aparência e que estão escondidas em si próprio, mas que lhe diferem de todas as outras pessoas, como uma marca que lhe dá autenticidade, uma certa forma de ser que lhe é própria, que se traduz em “Ser fiel a si próprio significa ser fiel à minha própria originalidade, que é uma coisa que só eu posso enunciar e descobrir” (TAYLOR *apud* SINGLY, 2000, p.21).

O eu contemporâneo se constrói num diálogo interior negociado pelo diálogo, parcialmente, exterior, mas que só o próprio indivíduo pode ir buscar. A minha própria identidade, neste sentido, depende, vitalmente, das minhas relações dialógicas com os outros. Com efeito, a família contemporânea continua a contribuir para a reprodução biológica e

social da sociedade, mas essa função coexiste com outra, tão importante quanto àquela, a função de revelação do eu, que só se constrói se houver comunicação com os outros que lhe sejam próximos, processo que se opera, por ser nosso lugar de relações mais frequentes, no interior da família.

Por conta disso, a família é vista como instituição, porque ela é, como afirma Sarti (2004, p.116), uma experiência universal, embora com configurações múltiplas. Para a autora, toda essa condição torna a família um espaço/objeto naturalizado, como uma unidade biológica de reprodução (pai, mãe e filhos). Naturalizada, a família se projeta, no espaço e no tempo, a partir de uma realidade vivida, ou até idealizada, dos indivíduos, e, assim, transforma-se num “deve ser”, de base biológica, a ser seguido socialmente, conforme afirma Sarti (2004, pp.115-116). Ultrapassar essa noção exige um esforço para olharmos para a família como uma

realidade que se constitui, portanto, pela linguagem, socialmente elaborada e internalizada pelos indivíduos por um mecanismo necessariamente relacional, a família torna-se um campo privilegiado para se pensar a relação entre o indivíduo e a sociedade, o subjetivo e o objetivo, o biológico e o social (SARTI, 2004, p.117).

É, por essa razão, que acreditamos que a família saiu do lugar de instituição de regras pré-concebidas, rígidas, para ser vivida como um espaço que se pretende construir relações afetivas pessoais bastante duradouras.

A família se transformou, a fim de tentar garantir essa função vital de produção da identidade – para produzir indivíduos *individualizados*, e assim, poder fazê-lo, pois dispõe de uma legitimidade de funcionamento ideal: o amor - que pressupõe a gratuidade e a incondicionalidade -, a dedicação ao processo de construção dos Outros (membros) e o respeito à possibilidade do outro escolher ser e viver sua individualidade.

Ao falar de família e de relações familiares, duas situações são colocadas: a da conjugalidade e a da parentalidade (no caso de casais com filhos). As transformações porque vem passando a família atinge, sem dúvida, a relação entre os cônjuges (COSTA, 2009). O

casal convive com a difícil tarefa de ser dois e nessa troca de (re)conhecimentos se presume a transformação do eu (FÉRES-CARNEIRO,1998) – não devendo ser, no entanto, uma transformação de mutilação, mas, um eu que corresponde a um interesse em aprender novas possibilidades de ser outra pessoa, mas que não perde a identidade.

É como se a pessoa permanecesse ela própria, que apenas se incluiu um novo repertório na maneira de pensar, agir e sentir, e, a partir daí, se torna outra, em função do olhar do outro que lhe é próximo, dos efeitos que provocou nesse mesmo outro e refletiu em si.

Dada nossa importância ao casal, para nós, trata-se de um lugar permissível de encontros pessoais de realizações e renovação. Por isso, acreditamos num movimento que tende a busca de redefinições das formas de relações vividas na conjugalidade, em contextos sociais diversos, e, por isso, tornando-se ainda mais complexa.

E, contrariamente aos discursos de desconstrução e deslocação da importância da família, Singly (2000, p.23) afirma que “a família nunca teve tanta importância como agora”, isto porque “ela opera através das relações entre os cônjuges ou equivalentes<sup>3</sup> e entre adultos muito próximos, bem como através das relações entre os pais e os filhos” e o eu pode descobrir os recursos que lhe ajudarão ter unidade e a desejada estabilidade.

Por isso, dizemos que as famílias são *modernas* no sentido de valorizarem fortemente o seu *eu* íntimo, o do seu cônjuge e do seu filho, pois acreditam na existência de uma natureza profunda, pessoal, que deve ser exercida, mas, nem por isso abandonaram todas as referências aos marcadores de uma identidade estatutária de família. O ideal-tipo de *intercâmbio conjugal* nas sociedades contemporâneas diz que cada um deve ajudar o outro a tornar-se ele próprio, assumindo um trabalho relacional, e, apesar dessa tendência, não

---

<sup>3</sup> “Na lógica da revelação do eu no interior das relações de confiança, a institucionalização da relação não é o critério mais pertinente (isto não quer dizer insignificante – ver a conclusão), tal como não é o da heterossexualidade” (SINGLY, 2000, p.23).

podemos afirmar que esta ideia sobre família seja um único movimento social, convivemos, então, atualmente com orientações normativas diversas.

O período precedente, aquele que vai do início do século XX até os anos 1960, caracteriza-se, sobretudo, pela construção de uma lógica de grupo, centrado no amor e na afeição. No caso da família, este é um grupo regulado pelo amor, no qual os adultos estão a serviço do grupo e principalmente das crianças; trata-se da “família feliz” (SINGLY, 2000, p.15) que permite a cada um dos membros ser feliz.

As famílias que surgem na atualidade não estão em ruptura completa com a “família feliz”, na medida em que a lógica do amor se impôs, ainda mais, ao ponto dos cônjuges só ficarem juntos sob a condição de se amarem, por isso o fato que distingue as famílias contemporâneas da fase precedente é o peso dado ao processo de individualização.

O elemento central não é mais o grupo reunido, são os membros que a compõem, porque a família se transformou num espaço privado a serviço dos indivíduos, isto é, sua permanência e sua instabilidade se dão ao preço de uma composição situada na individualização. Assim, nos diz Singly (2000, p.17): “o ideal é a alternância entre um eu sozinho e um eu com, nem o fechamento egoísta sobre si mesmo, nem a dedicação excessiva ao outro”.

Assim, paradoxalmente, a família pode parecer frágil e forte; frágil, pois são poucos aqueles que sabem incluir-se na tarefa de co-elaborar com o outro – o cônjuge ou o seu equivalente –, ajudando-o a ser ele próprio, a desenvolver as suas capacidades pessoais; forte, porque a vida privada, com uma ou várias pessoas, é desejada pela grande maioria das pessoas, pois verificamos que, embora o número de lares de uma pessoa só tenha aumentado nos últimos anos, as pessoas ainda continuam casando, descasando e recasando, o que demonstra um desejo de estarem ‘juntas’.

A família pode assim ser bem definida em termos de uma *família em mudança*, uma vez que é nesse campo de tensão entre os dois polos que se constroem e se renovam as famílias contemporâneas. Portanto, não se pode traduzir, necessariamente, na existência de uma lógica homogênea quanto às expectativas ou às modalidades de encarar e de viver as experiências conjugais.

Como o eu reclama cada vez mais o primeiro papel, homens e mulheres se sentem obrigados a mudarem sua maneira de conceber a vida em comum. Nessa medida, vive-se o pluralismo familiar, fruto das transformações vivenciadas nas relações entre homens e mulheres, gêneros e gerações as quais impõem a necessidade de uma nova equação na relação entre individualização e pertencimento familiar.

Inclusive os afetos, que na atualidade justificam e elaboram os relacionamentos conjugais, quando denominados essenciais ao casamento e à família, para um conjunto cada vez mais significativo da população das sociedades ocidentais, não asseguram a eliminação da diversidade de lógicas em jogo na família e no casamento.

A família passa a ser desenhada na literatura contemporânea como uma instituição nomeadamente “relacional e individualista”, visto que, inversamente às aparências, na contemporaneidade, a conjugalidade permanece central nos projetos dos indivíduos, como sublinha Roussel (1986) ao contrariar a ideia de crise do casal.

Logo, ao propor que a família contemporânea é individualista e relacional<sup>4</sup>, Singly (2000, p.15) afirma que, na sociedade contemporânea, exige-se do indivíduo a busca da sua autenticidade, mas que só pode ser construída através da relação com o outro, especificamente, o outro conjugal; ainda, percebemos que o autor encontra na busca

---

<sup>4</sup> Na perspectiva “relacional e individualista”, perspectiva de Singly, a análise da família contemporânea passa pela compreensão do processo que ele chama de “individualização”, onde, segundo ele, diferencia-se do individualismo, uma vez que este último promulga a independência total e irrestrita dos sujeitos. Para uma melhor compreensão desta abordagem, ver a produção de François de Singly, em particular, suas obras *Uns com os Outros – quando o individualismo cria laços* (2003), *O eu, o casal e a família* (2000), *Família e Individualização* (2000), *Livres Juntos* (2001), *Sociologia da Família Contemporânea* (2007).

individual de identidade a função central da família contemporânea, sendo esta, por sua vez, concebida pelos laços afetivos.

Contudo, por várias razões, segundo Aboim (2006, p.50), esta perspectiva de família é considerada por alguns como possível, mas razoavelmente parcial. A primeira, de caráter conceitual, encontra-se na natureza dúplice das noções de autonomia ou de fusão na vida a dois. Os contextos sociais ou as fases da vida podem influenciar os significados dessas concepções possibilitando que variem, desaguando em uma pluralidade de motivações, projetos e formas de viver a conjugalidade e a família.

Os valores atribuídos por cada sujeito à individualidade autônoma ou às recompensas afetivas não são sempre os mesmos, visto que existem diversos modos de construir a fusão e a autonomia. Assim, as perspectivas afetivas, identitárias ou materiais, bem como as econômicas são vivenciadas e percebidas com maior ou menor intensidade por cada indivíduo. A segunda consiste em definir a conjugalidade além de um espaço de produção de afetos, passando, também, a ser ambiente fértil de recursos materiais e de trajetórias sociais.

A família, atualmente, não prescinde do caráter utilitário, pois propicia a satisfação de necessidades econômicas e educacionais, embora seja definida considerando a sua inclinação afetiva, isto é, ao lado do apoio sentimental está o material<sup>5</sup>. Essa necessidade de suporte material reside no fato de que os sujeitos na conjugalidade nem sempre estão no mesmo nível de recursos, os quais abrangem o trabalho, as responsabilidades e o exercício de competências, subjazendo, como pano de fundo desse processo, as desigualdades de gênero, as competências e as contingências da produção da vida material.

---

<sup>5</sup>Conforme Aboim (2006, p.50) “os afetos, dimensão hegemonicamente valorizada, é certo, convivem com outras dimensões, também elas capitais no fabrico do laço conjugal”. Por outro lado, “a fusão afetiva e a autonomia pessoal não dependem apenas de ideários afetivos ou da procura de si mesmo, mas igualmente de contingências e contextos sociais, em suma, de um campo de possibilidades em que intervêm múltiplos fatores”.

Por fim, a gradativa separação entre as tarefas de produção e as de reprodução lançou novos desafios sobre família relativos à transformação da organização familiar – isto porque as primeiras passaram a ser desenvolvidas no espaço externo ao doméstico e as segundas, baseadas nos afetos familiares - face à individualização da sobrevivência natural, especialmente pela inserção das mulheres no mercado de trabalho e pelo aumento de prestações de caráter social destinadas aos indivíduos – educação, saúde, assistência social, previdência social.

Nessa medida, os estudos sobre desigualdade de classe e de gênero e rede social, ambos na conjugalidade (TORRES, 2004; BOTH, 1976), bem como pesquisas sobre família e Estado (seguridade social, sobrevivência econômica e educação) (SINGLY, 2007) têm demonstrado que as funções tradicionais da família estão longe da extinção.

De fato, a família não pode ser entendida apenas como um espaço no qual se produz afeto ou de constituição da identidade, nem, tampouco, resumida a um espaço em que homens e mulheres assumem papéis na divisão do trabalho, em que pese ocorra, com bastante frequência, a mútua ajuda conferida pelos seus membros no concernente à resolução de dificuldades, funcionando como entreajuda, muitas vezes, indispensável na vida familiar.

Logo, a constatação da permanência de funções materiais e de dependências funcionais na família consigna que a individualização na esfera privada é bem complexa, somando-se a isso as mudanças estruturais ocorridas no plano simbólico e nas formas de produção no que tange a vida do indivíduo.

Têm-se na contemporaneidade uma família conjugal relacional e individualista que não teria sido possível sem que um processo de individualização tivesse lugar, mas acaba esse mesmo processo tornando-a campo mais fácil de tensões e rupturas, evidenciado pela tensão entre a fusão amorosa e a individualidade. A ela são exigidas mudanças estruturais nos seus fundamentos, sem que se neguem suas outras funções.

Pretende-se inquirir afinal, num contexto do trabalho de militar, sobre aquilo que alguns autores consideram ser um dos aparentes “paradoxos” que progressivamente se impoem às conjugalidades contemporâneas, divididas entre um ideal de fusão afetiva e o investimento na individualidade. Nesse sentido, fabrica-se “um imaginário compósito do casal, habitado por dimensões aparentemente contraditórias, que resumem o que alguns chamam paradoxo conjugal contemporâneo”, ao aproximarem-se a busca pela autonomia, gratificações e realizações pessoais e a aspiração de intimidade e proximidade afetiva fusional na relação a dois (ABOIM, 2010 p.146).

É do lugar da escuta profissional, que supomos que o cotidiano conjugal dessas mulheres não é conforme o tipo ideal de individualização, porque o viver conjugal emerge de condições atuais, a saber, uma realidade interferida pelas obrigações e prerrogativas da carreira profissional militar dos maridos, a saber: serviços e viagens de longa duração e/ou constância - resultando em ausências em datas festivas e/ou importantes para a família, na convivência com os filhos e nas adversidades do dia-dia; ademais, festas sociais e representações específicas do trabalho, direcionadas, tão somente, aos militares, e, às vezes, eventos sociais, onde a presença da mulher é requerida em razão da esfera social da carreira; além disso, fundamentalmente, as transferências entre cidades, trazendo efeitos para o trabalho e moradia.

Contudo, paradoxalmente, suspeitamos, também, que, a partir do tipo de trabalho dos maridos, estas mulheres concretizam aspirações pessoais, e, sendo assim, cogitamos que as perdas de gratificações e de realizações pessoais destas mulheres, por conta do trabalho do marido, não são totais. Acreditamos que, para além das irrealizações profissionais e pessoais, existam vantagens em suas vidas particulares por serem casadas com militar, as quais lhes dão sentido e identidade, embora, também, existam outras dificuldades advindas dessa atividade

laboral - delineada pelas características de instituição total inerentes ao quartel -, possibilitando conflitos vividos no cotidiano conjugal.

## Capítulo 2

### SOBRE O CONCEITO DE INSTITUIÇÃO TOTAL E QUARTÉIS MILITARES

Toda instituição conquista parte do tempo e do interesse de seus participantes e lhes dá algo de um mundo (GOFFMAN, 2010, p.16).

A profissão militar é criação da sociedade moderna. No Brasil, existem três Forças Armadas: Marinha do Brasil, Exército Brasileiro e Força Aérea Brasileira, cuja missão precípua é assegurar a defesa militar contra qualquer agressão ou ameaça externa (Lei 111/91 - Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas).

O indivíduo, que se destina a ser militar no quadro permanente, viverá um regime de carreira a qual “é caracterizada por atividade continuada e inteiramente devota às finalidades precípua das forças Armadas, denominada atividade militar” (Art. 5º, Estatuto dos militares).

A carreira militar, constituída em estabelecimentos próprios - no sentido de abranger características específicas -, é forjada sobre dois pilares fundamentais para a categoria: disciplina e hierarquia; a primeira designa relações de subordinação em um sistema hierárquico, a segunda, ordenação da autoridade em diferentes níveis, os quais determinam os patamares de hierarquia. Estas estruturas, de modo geral, fomentam a compreensão do que é ser militar. E isto é possível de ser observado no Art. 2º da Lei nº 6.880, de 09 de dezembro, de 1980, bem como na Constituição Federal de 1988, no Art. 142 ao dispor:

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Assim, formam uma categoria especial de servidores da Pátria. O referido Estatuto destina-se aos militares<sup>6</sup> da ativa e da inatividade, conforme prevê o Art. 14, § 3º, do Estatuto dos militares (Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980) – “a disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos em todas as circunstâncias da vida entre militares da ativa, da reserva remunerada e reformados”.

Logo, a hierarquia e a disciplina são os princípios constitucionais específicos das Forças Armadas e que devem ser observados nesse tipo de relação e em qualquer espaço de convivência militar, formando, desse modo, uma liturgia entre os postos, a qual impõe o cumprimento a parâmetros institucionais de convivência, que, por sua vez, abrangem as relações dentro e fora das instituições, pois as atribuições, poderes e prerrogativas inerentes à carreira militar não cessam, pois se exige a sua observância em todas as circunstâncias da vida entre militares da ativa, da reserva remunerada e reformados.

Outros aspectos mais gerais, que também servem para caracterizar a dinâmica militar, são os seus valores éticos e sociais no que tange às suas obrigações e manifestações de patriotismo, com o civismo e o culto das tradições históricas, por exemplo, o desfile da independência, em sete de setembro, no Brasil, e a “queima” da bandeira nacional, em dezenove de novembro - dia da bandeira nacional -, bem como o apoio social prestado em calamidades públicas, como o resgate de vítimas, e a ajuda humanitária, como as prestadas às comunidades indígenas situadas em regiões de difícil acesso na Amazônia brasileira - vive-se um estado de prontidão profissional, em razão da exigida fé na missão das Forças Armadas.

---

<sup>6</sup> Os militares da ativa são os de Carreira, os incorporados às Forças Armadas para prestação de Serviço militar, os da reserva quando convocados, os alunos de órgão de formação de militares da ativa e da reserva e, todo cidadão brasileiro, em tempo de guerra, mobilizado para o serviço ativo. Militares na inatividade são os da reserva remunerada, que foram colocados, depois de aproximadamente trinta anos, na reserva e percebem remuneração da união, os reformados, os dispensados que continuem a perceber remuneração da União e aqueles da reserva ou, excepcionalmente, reformados executando tarefa por tempo certo (ESTATUTO DOS MILITARES, Art. 3º, § 1º).

Mais uma característica é o decoro exigido na maneira de proceder na vida pública e particular. Entende-se que um militar seja uma pessoa pública<sup>7</sup> e, por este motivo, dele se espera uma conduta idônea e ilibada, na vida particular e profissional.

Tudo o que foi elencado, entre outras ações, são elementos que particularizam a profissão militar, visto que os servidores assim denominados, além de adstritos aos princípios gerais da Administração Pública, entre eles, o da moralidade, submetem-se a normas e princípios específicos, acima referidos, especializando sua identidade.

A partir da sociabilidade, podemos inserir algumas outras questões muito peculiares a essa profissão. São os chamados círculos hierárquicos<sup>8</sup>, onde a partir deles se estabelece uma espécie de rede social, em todos os níveis de grupos hierárquicos, que caracterizam a rotina da vida mais ampla dos militares e que lhes dá um sentimento de pertença a instituição.

Mediante alguns postos, é possível afirmar que, homens e mulheres conviveram entre meses, ou anos, estudando e morando em um mesmo lugar – quartéis-escolas<sup>9</sup>, podendo, muitas vezes, depois se tornarem companheiros de trabalho em outros quartéis. Além do mais, essas mesmas pessoas têm a chance de morarem nas vilas militares residenciais e, ainda, serem vizinhas.

Dessa forma, muitas das experiências<sup>10</sup> dessas pessoas são vividas na companhia dos amigos, levando-os, ao passar dos anos, a considerarem-se como família. E esse sentimento é estendido muitas vezes aos cônjuges e aos filhos. Castro (2007, p.04) resume:

---

<sup>7</sup>No sentido de exercer uma função pública.

<sup>8</sup>Círculos Hierárquicos são âmbitos de convivência entre os militares de mesma categoria e têm a finalidade de desenvolver o espírito de camaradagem, em ambiente de estima e confiança, sem prejuízo do respeito mútuo (ESTATUTO DOS MILITARES, Art. 15).

<sup>9</sup>Órgão de formação militar.

<sup>10</sup>Um militar de carreira da FAB – Força Aérea Brasileira - pode sair de casa para morar e estudar nos quartéis de formação a partir dos 14 a 16 anos de idade, isso significa que sua relação cotidiana com a família nuclear fica comprometida, delegando aos amigos de escola suas referências de apoio, confiança e fraternidade.

“ao longo da vida militar, há também uma grande concentração de interações dentro de um mesmo ‘círculo social’, seguindo uma imagem da sociologia simmeliana”.

Com efeito, de acordo com Castro (2007, p.04), “o *mundo militar* torna-se mais diferenciado, enquanto a individualidade de seus integrantes torna-se mais indiferenciada”. Continua Castro (2007, p.04): “A interação social é endógena e estimulada, tanto formalmente, através de eventos de confraternização organizados pela instituição, quanto informalmente, através de encontros sociais”, organizados pelos militares e/ou familiares.

Nesse sentido, um dos nossos interesses nesse capítulo é o de, à luz da teoria de Erving Goffman, discorrer, numa versão sociológica, sobre a estruturação da dinâmica nos estabelecimentos militares e as características de uma instituição total. Para isso focalizaremos nossa análise em alguns elementos das *fronteiras simbólicas* sociais (CASTRO, 2007, p.01), que singularizam a instituição militar e que nos direcionam quanto à medida que podemos conceber o enquadramento das organizações militares na teoria de instituição total.

O conceito de instituição total foi elaborada em 1957 pelo antropólogo americano Erving Goffman. No seu livro *Manicômios, Prisões e Conventos*, Goffman trata seu tema - instituições totais -, de modo geral, e, especificamente, de hospitais para doentes mentais; nesse estudo, o autor assinala sua dificuldade conceitual em elaborar um perfil das instituições totais e, assim, vale ressaltar que o autor esclarece que nenhum dos elementos que observou na dinâmica interna, em vista de sua análise sobre a “mortificação do eu”, e das características gerais, no hospital no qual emergiu sua teoria, ou mesmo, a partir das experiências de terceiros em outros espaços, é peculiar a todas às instituições totais, e acrescenta que nenhum deles pode ser compartilhado por todas elas (GOFFMAN, 2010, p.17).

Mas, segundo o autor, é possível afirmar que uma instituição total é um *híbrido social* “por ser parcialmente uma comunidade residencial, e parcialmente uma organização formal” (GOFFMAN, 2010, p.24). Desse modo, introduz o autor (2010, p.11):

uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada.

Quando Erving Goffman (1957) estudou os estabelecimentos sociais disciplinares, estas ainda estavam em seu auge (DELEUZE, 2000, *APUD* GRAEFF, 2005) e ganhavam reconhecimento na dinâmica e ciclo da vida dos indivíduos; nessa época, surgiam os estabelecimentos de confinamento, destinados a uma etapa da vida, sendo exemplo disso as escolas internas ou as instituições pertinentes a uma condição biossocial do indivíduo, como os manicômios, asilos, estabelecimentos prisionais, etc.

Goffman (2010, p.16) observa que muitas outras instituições, de sua época, na sociedade ocidental, podem, também, ter uma dinâmica fechada em si mesma, e, por isso, formalmente administrada, contudo, ele situa seu estudo, numa outra categoria de instituições, “que é considerada como natural e produtiva porque seus participantes parecem reunir muitos aspectos em comum, na realidade, tantos são estes aspectos que, para conhecer uma dessas instituições, é aconselhável considerar também as outras” (GOFFMAN, 2010, p.16).

Na teoria interacionista de Goffman, o fato básico das instituições totais é “o controle de muitas necessidades humanas pela organização burocrática de grupos específicos, seja ou não uma necessidade ou um meio eficiente de organização social” (GOFFMAN, 2010, p.18).

Logo, desse fato decorrem algumas consequências importantes, quais sejam: a *vigilância*, isto é, “fazer com que todos façam o que foi claramente indicado como exigido,

sob condições em que a infração de uma pessoa tende a salientar-se diante da obediência visível e constantemente examinada dos outros”; ademais, a divisão entre internados e supervisores, ou seja, “nas instituições totais, existe uma divisão básica entre um grande grupo controlado, que podemos denominar o grupo dos internados, e uma pequena equipe de supervisão”; por fim, o *caráter binário*<sup>11</sup>, pois, de um lado, “geralmente o internado vive na instituição e têm contato restrito com o mundo existente fora de suas paredes”, e, do outro, “a equipe dirigente muitas vezes trabalha num sistema de oito horas por dia e está integrado no mundo externo” (GOFFMAN, 2010, p.18-19).

O autor ressalta ainda que “individualmente, tais aspectos são encontrados em outros locais, além das instituições totais” (GOFFMAN, 2010, p.18). Assim, ele observa diferenças entre as instituições sociais presentes nas sociedades, partindo do princípio de que algumas instituições se apresentam com uma qualidade de *fechamento mais amplo* do que outras, sugerindo, assim, que nas instituições totais “seu fechamento ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída [...]” (GOFFMAN, 2010, p.16), sendo estes os aspectos que fundamentalmente caracterizariam uma instituição total, e, conseqüentemente, acrescenta o autor:

Uma disposição básica da sociedade moderna é que o indivíduo tende a dormir, brincar e trabalhar em diferentes lugares, com diferentes coparticipantes, sob diferentes autoridades e, sem um plano racional geral. O aspecto central das instituições totais pode ser descrito como a ruptura das “barreiras” que comumente separam essas três esferas da vida. Pois, em primeiro lugar todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade. Em segundo lugar: cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas. Todas elas obrigadas a fazerem as mesmas coisas em conjunto. Em terceiro lugar: todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma atividade leva, e tempo predeterminado, à seguinte, e toda a sequência de atividades é imposta de cima por um sistema de regras formais explícitas e um grupo de funcionários e, as várias atividades obrigatórias são reunidas num plano racional único, supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição.

---

<sup>11</sup>Segundo Goffman (2010, p.19), esse caráter binário das instituições totais lhe foi indicado por Gregory Bateson.

Segundo Goffman (2010, pp.16-17), as instituições totais de nossa sociedade podem ser, *a grosso modo*, elencadas em cinco grupamentos mediante seus fins, nos quais estão os estabelecimentos militares, tendo sido classificados no conjunto de instituições estabelecidas com a intenção de realizar alguma tarefa inerente ao trabalho sobre o qual se propõem, e dessa maneira se justificam, apenas, através de tais fundamentos instrumentais, sejam elas “quartéis, navios, escolas internas, campos de trabalho, colônias e grandes mansões (do ponto de vista de quem vive nas moradias como empregado)”.

De acordo com Castro (2007, p.02), Goffman lança mão do livro de Sanford M. Dornsbuch, “The Military Academy as na Assimilating Institution” (1955), para ilustrar algumas de suas observações sobre a vida do internado nas instituições totais, nestas incluídos os quartéis e os quartéis-escolas militares, seguindo sua metodologia de tipos ideais. Goffman (2010, p.25) ilustra a experiência de Sanford para estabelecer aspectos comuns entre as instituições totais, nesse caso entre quartéis e manicômios.

De acordo com Celso Castro<sup>12</sup> (2007, p.02), o fato de Sanford ter passado apenas dez meses dos quatro anos previstos nas Academias dos Estados Unidos para se formar militar pode ter comprometido uma análise comparativa dos quartéis como instituição total, no sentido concebido por Goffman. Assim, Castro (2007, p.02) diz: “de fato, colocando-nos na perspectiva de um cadete do primeiro ano de uma academia militar, o caráter ‘total’ da instituição, no sentido dado por Goffman, parece evidente”.

Castro (2007, p.03), no entanto, constrói uma perspectiva na qual relativiza o conceito de *total* para se referir às academias militares. Ao propor uma visão denominada de holista, ou seja, que considera os quatro anos de curso de formação militar e que situa a experiência da formação como uma fase da carreira militar, afirma que o aspecto *total*

---

<sup>12</sup>Celso Castro realizou uma pesquisa de campo nos anos de 1987 e 1988 na AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras), onde são formados os oficiais de carreira da linha bélica do Exército Brasileiro.

das academias é *transitório e passageiro*. E, nessa perspectiva, assinala que “se perde mais do que se ganha ao classificar como total a instituição militar, em particular as academias militares, pois as divergências com modelo de Goffman são grandes, apesar de várias semelhanças formais” (CASTRO, 2007, p.03).

Além disso, Castro passa a enumerar outros elementos que, também, permitem-lhe considerar as academias militares dessemelhante da instituição total de Goffman. Por exemplo, Castro alude para o fato de que inexistente uma divisão rígida entre “equipe dirigente” e “internos”, porque nas academias militares são concedidos “fortes mecanismos de mobilidade social com base no mérito individual” entre os militares; ainda, pelo fato de que existe uma espécie de comunicação informal e um convívio de relações afetivas entre os cadetes e oficiais das academias, salientando que, ao contrário do que Goffman pontuou sobre instituições totais, “numa academia militar busca-se justamente uma ‘vitória cultural’ e não criar uma tensão persistente: a academia é claramente vista como um local de passagem, um estágio a ser superado” sendo diferente dos manicômios em que a participação é compulsória. Então, diz Castro: “numa academia militar, ao contrário, só fica quem quer” (CASTRO, 2007, p.03).

Por outro lado, explica Castro que (2007, p.05):

é mais interessante tratar as instituições militares em termos de uma instituição totalizante – adjetivo usado para qualificar o ato que atribui um caráter total, pois, qualifica melhor uma experiência totalizadora e básica para a identidade militar, e que engloba e fundamenta as características diferenciais entre militares e paisanos, seja esta: a da preeminência da coletividade sobre os indivíduos.

Para o referido autor é mais honesto considerarmos a carreira militar como uma “carreira total”. Tal expressão é concebida pelo autor para designar a preeminência da coletividade sobre o indivíduo e, desse modo, representar um desenvolvimento especial, marcado pela meritocracia e hierarquia, ou seja, uma forma de individualismo impregnado por influências da coletividade, na qual se exerce a carreira militar, formando uma espécie de

*individualismo hierárquico*, isto é, o sujeito não perde a sua individualidade, ela apenas é remodelada com qualidades que lhe são agregadas (CASTRO, 2007, p.05).

Contudo, não podemos perder de vista que, no seu livro, Goffman teve o fundamental interesse em produzir uma análise sociológica da estrutura do “eu”, em locais do qual ele denominou de instituição total. Então, no capítulo que trata sobre a vida dos internos, ele observa a dinâmica interna em face do mundo do internado, e, a partir daí, constrói suas ideias sobre o processo de “mortificação ou mutilação do eu, as influências reorganizadoras, as táticas de respostas dos internos e o ambiente cultural”, tudo isto observado num hospital para doentes mentais, ambiente utilizado para seu estudo etnográfico (GOFFMAN, 2010, p.66).

Vale ressaltar que Goffman explica que “o sistema de mutilação do eu e o sistema de privilégios” estabelecem os requisitos que os internados precisam para adequarem-se (GOFFMAN, 2010, p.59) e que os processos de *mortificação do eu* “são relativamente padronizados nas instituições totais”<sup>13</sup> (GOFFMAN, 2010, p.24).

Dessa forma, percebemos que os aspectos anotados no referido capítulo se tratam de características inerentes às instituições totais, porém, cada lugar pode não apresentar as mesmas dinâmicas de adaptação do *internado* às respectivas regras. Outros aspectos presentes nas instituições totais tratados por Goffman são as consequências de um tipo *de direção burocrático* gerido por grupos específicos, como o *caráter binário*<sup>14</sup>, desse tipo de direção, ou seja, a duplicidade de relacionamento das pessoas na instituição e com a

---

<sup>13</sup>Segundo Goffman (2010, p. 24), “um exemplo da descrição desses processos pode ser encontrado em Gresham M. Stykes, *The Society of Captives*, Princeton, Princeton University Press, 1958, cap. IV, *The Painsof Imprisonment*, pp.63-83”.

<sup>14</sup>Goffman (2010, p.19) explica que: O “caráter binário das instituições totais me foi indicado por Gregory Bateson e já foi notado na literatura especializada. Ver, como exemplo, Lloyd E. Ohlin, *Sociology and the Field of Corrections*, New York, Russell Sage Foundation, 1956, pp. 14, 20. Nas situações em que os dirigentes devem viver dentro da instituição, podemos esperar que sintam que estão sofrendo dificuldades maiores e que tenham a impressão de depender do *status* no interior da instituição, e que não esperavam. Ver Jane Cassel Record, *The Marine Radioman’s Struggle for Status*, *American Journal of Sociology*, LXII (1957), p. 359.”

instituição, onde, “geralmente, os internados vivem na instituição e têm contato restrito com o mundo existente fora de suas paredes, enquanto que a equipe dirigente muitas vezes trabalha num sistema de oito horas por dia e está integrada no mundo externo” (GOFFMAN, 2010, pp.18-19).

A mobilidade social entre os grupos, existentes na instituição, de “dirigentes e dirigidos”, sendo esta “grosseiramente limitada e geralmente há uma grande distância social e esta é frequentemente prescrita”, bem como restrições de informações, “sobretudo informação quanto aos planos dos dirigentes para os internados”. Todas essas restrições de contato ajudam a conservar a distância e facilitar o controle por parte da equipe dirigente, conclui o referido autor. Logo, “desenvolvem-se dois mundos sociais e culturais diferentes que caminham juntos com pontos de contato oficial, mas com pouca interpenetração” (GOFFMAN, 2010, pp.19-20).

Segundo Goffman (2010, p.20), outra consequência é que “o sentimento de eu e de posse do internado pode torna-se alienado em sua capacidade de trabalho”, tendo em vista que todas as necessidades mais básicas e importantes desses são planejadas e garantidas pela instituição, então, ele diz: “qualquer que seja o incentivo dado ao trabalho, esse incentivo não terá a significação estrutural que tem no mundo externo”. Por exemplo, cita o autor que a remuneração percebida pelos trabalhadores comuns é destinada às suas necessidades essenciais, mediante suas decisões, diferentemente dos internos, que tem seu viver determinado pela organização da instituição total (GOFFMAN, 2010, p.21). “Em algumas instituições totais todas as necessidades são organizadas pela instituição e o pagamento só é dado depois de uma estação de trabalho, quando os operários saem do local” (GOFFMAN, 2010, p.21).

De uma forma geral, nos quartéis, é comum que a jornada de trabalho seja estabelecida em oito horas diárias; sabe-se, portanto, que o horário e as atividades são planejados pelo

militar de maior autoridade hierárquica, devendo, por isso, ser seguida pelos demais militares do quartel.

Nesse sentido, existe a possibilidade de que estes tenham suas jornadas de trabalho modificadas para atender o planejamento militar e administrativo do superior hierárquico, e por esta razão podem ficar aquartelados por mais horas que o habitual, e até prolongar-se por dias ou meses. Assim, nos termos de Goffman (2010, p.21), podemos afirmar que o tempo integral do internado é colocado à disposição da equipe dirigente e que, neste caso, “o sentido de eu e de posse do internado pode tornar-se alienado em sua capacidade de trabalho”.

Para corroborar a afirmativa acima, vejamos o quadro abaixo, que pretende demonstrar as diferenças entre as garantias constitucionais de direitos sociais, previstas no art. 7º, que foram asseguradas aos servidores civis e não aos militares, segundo o disposto no art. 142, inciso VIII, da Constituição Federal de 1988.

INCISOS	TEXTO	APLICABILIDADE	
		SERVIDORES	MILITAR
XIII	Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;	SIM	NÃO
XV	Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;	SIM	NÃO

Assim, em se tratando de instituição militar, notadamente, quartéis, a autonomia e, também, a liberdade dos militares é adequada aos preceitos previstos em leis, estatutos, legislações e regulamentos específicos; “a condição jurídica dos militares é definida pelos dispositivos da Constituição, que lhes sejam aplicáveis, por este Estatuto e pela legislação, que lhes outorgam direitos e prerrogativas e lhes impõem deveres e obrigações” (Art. 7º, ESTATUTO DOS MILITARES).

As infrações disciplinares e os crimes militares são previstos num conjunto de leis específicas, quais sejam, o código penal militar, o estatuto militar e regulamentos. Assim, persiste em decorrência desse sistema de regras e princípios uma doutrina de conduta social militar, isto é, um entendimento majoritário de relacionamento no dia-dia do quartel, além do fato que o militar é um indivíduo que sofre maior número de limitações sociais, situação percebida ao se verificar que pode ser sujeito ativo do crime militar e do crime comum, estando passível à legislação penal militar e à legislação penal comum<sup>15</sup>. Portanto, são características essenciais da profissão de militar a capacidade, responsabilidade e corporatividade, distinguindo o militar de outros tipos sociais, como os servidores civis, em função dos fins perseguidos pelo Estado e pela sociedade, pois somente por intermédio dos militares se espera que as atividades de segurança e informação sejam bem realizadas<sup>16</sup>.

Essa perspectiva de conduta e convívio estende-se às vilas residenciais militares, pois nelas os militares residentes continuam subordinados à disciplina e à hierarquia constituídas nos referidos código, estatuto e doutrina, uma vez que, “a disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos em todas as circunstâncias da vida entre militares da ativa, da reserva remunerada e reformados” (Art. 14, §3º, ESTATUTO DOS MILITARES).

---

<sup>15</sup>Entenda-se a lei penal militar como aquela aplicada aos crimes definidos em sua respectiva seara, conforme critérios específicos, ou seja, aqueles consignados nos arts. 9º e 10 do Código Penal Militar, sob jurisdição da Justiça Castrense. A lei penal comum, aquela destinada a punir crimes comuns, não militares, sob jurisdição da justiça Comum, assim como o Código Penal e as leis penais extravagantes.

<sup>16</sup>Módulo 5 da Coletânea de Regulamento da Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica, Capítulo Profissão Militar, p. 10-12.

É importante, também, sublinhar o fato de que as instituições totais são incompatíveis com outro elemento decisivo de nossa sociedade, a saber: a família.

Afirma Goffman (2010, p.22):

Por que a vida familiar é às vezes contrastada com a vida solitária, mas, na realidade, um contraste mais adequado poderia ser feito com a vida em grupo, pois aqueles que comem e dormem no trabalho, com um grupo de companheiros de serviço, dificilmente podem manter uma existência doméstica significativa.

A vida em um quartel muitas vezes faz com que os militares se distanciem por um período de suas famílias, em razão de missões, relacionadas à sua atividade, seja embarcados, ou transferidos para o exterior, por exemplo, a missão de paz da Organização das Nações Unidas (ONU).

Destacamos ainda que, no quartel, são realizadas várias atividades diariamente e continuamente e, por isso, é possível, para qualquer militar, independentemente de suas especialidades, ficar, algumas vezes no mês, numa escala de vinte e quatro a quarenta e oito horas, em regime de plantão no quartel, diga-se de passagem, que sem contato com sua família.

Goffman chama atenção para o fato de que desta forma as instituições totais não buscam uma *vitória cultural* sobre o internado, mas, sobretudo, uma manutenção de tensão entre o mundo doméstico do internado e o mundo institucional. Nesse sentido, diz Goffman (2010, pp.23-24): “as instituições totais realmente não procuram uma vitória cultural. Criam e mantêm um tipo específico de tensão entre o mundo doméstico e o mundo institucional, e usam essa tensão persistente como uma força estratégica no controle de homens”. Realmente, o que ocorre nos quartéis é a substituição de algo já formado pela cultura específica da vida social e familiar do indivíduo pela instituição total, mas não no patamar de uma aculturação, por isso se afirma que não há uma vitória cultural, mas apenas uma tensão persistente, já que o militar é socializado continuamente em mundos culturais distintos, quais sejam, o ambiente da família e do quartel, em pelo menos trinta anos de carreira.

Logo, a diferença na forma de ser e viver na instituição e/ou na família colabora para uma ambivalência das identidades das pessoas, ou dos papéis desempenhados pelos sujeitos em cada estágio e/ou lugar da vida, devendo o indivíduo ambivalente, julgar as situações cabíveis em cada ambiente no qual circula e realiza sua própria vida.

Segundo Goffman (2010, p.23), a estabilidade da organização pessoal de um sujeito antes de entrar numa instituição total, é parte de um esquema mais amplo, intercalado em seu ambiente relacional com o mundo, “um conjunto de experiência que confirma uma concepção de si e constrói um conjunto de formas de defesa, exercidas de acordo com sua vontade, para enfrentar conflitos, dúvidas e fracassos”.

E, nesse sentido, Goffman (2010, p.23) afirma que, apesar de não parecer, as instituições totais buscam mudar algo já formado pela cultura específica do sujeito, todavia, segundo o autor, não se trata de aculturação ou assimilação, mas de um processo menos absorvente, talvez, como o próprio autor se refere: um modo de *desculturamento*<sup>17</sup> - isto é destreinamento, “tornando o indivíduo, temporariamente, incapaz, de enfrentar alguns aspectos de sua vida diária”. Então, de acordo com o mencionado autor, quando as mudanças culturais ocorrem e estas se tornam perceptíveis aos outros e ao próprio indivíduo “internado”, deve-se compreender a dificuldade de viver sob tal mudança como resultante dos “afastamentos de algumas oportunidades de comportamentos e ao fracasso de acompanhar mudanças sociais recentes no mundo”.

Complementa Goffman (2010, p.22):

Independentemente do fato de determinada instituição total agir como força boa ou má na sociedade civil, certamente terá força, e esta depende em parte da supressão de um círculo completo de lares reais ou potenciais. Inversamente, a formação de lares dá uma garantia estrutural de que as instituições totais não deixarão de enfrentar resistências.

---

<sup>17</sup> Termo empregado por Robert Sommer em *Patients who grow old in a mental hospital*, *Geriatrics*, XVI, (1959), pp. 586-87. O termo “dessocialização”, às vezes usado neste contexto, parece muito forte, supondo a perda de capacidades fundamentais para comunicação e cooperação (GOFFMAN, 2010, p. 23)

Nessa medida, o estudo sobre quartéis e instituições totais é útil à atual pesquisa sobre conjugalidades, porque, a partir das concepções advindas da pesquisa sobre as características gerais das instituições totais, sugeridas por Goffman, pudemos traçar uma metodologia de pesquisa que considere o fato de trabalhar em instituição militar e, até mesmo, morar na vila residencial militar - considerada por nós, neste trabalho, como instituição total -, como algo que possa contribuir para as desvantagens na vida pessoal de mulheres casadas com militares, ou até mesmo possamos descobrir que se trata de uma “desvantagem” que venha valer a pena na vida dessas mulheres.

Assim, dentro da perspectiva segundo a qual a família contemporânea enfrenta o desafio de conviver com processos de individualização (SINGLY, 2000, p.16), esta pesquisa volta-se para indicadores de conflitos frente à vida pessoal das mulheres casadas com militar, considerando o ambiente de trabalho (quartel) como instituição total.

### Capítulo 3

#### **AS PERSPECTIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS: do geral ao particular da pesquisa.**

O objetivo desta pesquisa é identificar - a partir do debate sobre o elo que une o indivíduo ao grupo, no marco da discussão em torno de uma crescente valorização da autonomia e individualidade nas relações conjugais - a forma de construção conjugal frente ao contexto da carreira de militar. Tipificamos a dinâmica interna da conjugalidade, ou seja, a relação entre o eu e o nós-casal no cotidiano do fazer conjugal, “posto que a vida conjugal e em família é feita de tempos pessoais e tempos compartilhados” (PEIXOTO, 2007, p.20). Contudo, parte-se da pré-suposição de que existe uma relação de articulação entre orientações amorosas femininas e as maneiras como as mulheres concebem e vivem na prática a sua autonomia face à instância conjugal - face ao nós casal.

Ainda, buscamos saber quais significados e contexturas que podem assumir as gratificações e realizações pessoais de mulheres em conjugalidades marcadas pelas prerrogativas e exigências da carreira de militar, bem como os conflitos conjugais e individuais delineados pela convivência com os valores e a cultura institucional militar característicos de instituição total, procurando saber as vantagens e desvantagens de ser casada com militar.

Nesse sentido, primeiramente procuramos estudar o tipo de conjugalidade que se expressa nessa realidade, ou seja, a dinâmica de interação conjugal, e, por isto, olhamos para dentro da vida conjugal, partindo do pressuposto de que a vida a dois é feita tanto de rotinas e obrigações como de afetos. Assim, unimos os afetos à coesão e integração externa - dimensões inseparáveis da dinâmica conjugal e necessárias para tipificar uma dinâmica de interação conjugal.

Como visto acima, foi sob a ótica da coesão e integração externa e do tipo de afeto discursivamente valorizado que descobrimos o que une e o que separa o casal no jogo entre o eu e o nós-casal, ou seja, o peso e as circunstâncias dadas ao eu e ao nós-casal, buscando conhecer como se relacionam os indivíduos em diversas áreas da vida conjugal (intimidade afetiva, produção da vida material conjugal e familiar) e, especialmente, sob qual natureza (complementariedade de papéis ou procura da igualdade) que se dá a fusão ou a autonomia.

Destacamos que levamos em consideração os valores pessoais e normativas sociais pertencentes ao compósito cultural dessas mulheres e que, em certa medida, orientam a conjugalidade; ademais, consideramos capitais sociais e profissionais, angariados ao longo de suas vidas e as redes de apoio, para sugerir o tipo de dinâmica conjugal, uma vez que os significados de fusão e autonomia variam significativamente segundo contextos sociais, ou momentos da vida, consoante Torres (2000, p.574).

Em seguida, objetivamos conhecer o peso e as circunstâncias em que se realiza o eu de mulheres cujo cônjuge segue a carreira de militar. Neste aspecto, buscamos conhecer a questão profissional dessas mulheres frente às prerrogativas e exigências da carreira de militar de seus cônjuges, especialmente, no que tange às transferências entre cidades. Contudo, ressaltamos que procuramos saber o significado atribuído ao trabalho profissional por essas mulheres (se estratégia de sobrevivência no sentido de fonte de independência ou fonte de gratificação no sentido de projeto forte de individualidade), pois mediante o sentido concedido aos seus trabalhos profissional, tentaremos compreender em que medida estas mulheres valorizam a individualidade autônoma e as recompensas afetivas, ou seja, o peso dos aspectos afetivos, identitários, materiais e econômicos.

Num outro momento, buscamos, também, conhecer a percepção que a mulher tem da vigilância, morando na vila militar, e como se desenvolve a convivência em face da questão das *tensões persistentes*, característico da instituição total, provocadas pelo choque de

culturas entre o ambiente doméstico e o quartel. Investigamos, dessa forma, se há conflitos conjugais decorrentes desses fatores e, em que medida, existem desvantagens para sua vida individual resultantes do trabalho de militar de seus cônjuges.

Dessa maneira, a pesquisa se debruçou sobre as seguintes dimensões do cotidiano dessas mulheres: trabalho doméstico, educação e cuidados com os filhos, lazer, vivência social, trabalho profissional, moradia militar e a relação esposa/família com a cultura e os valores militares. Tudo isso constitui as coordenadas centrais da temática da pesquisa, pois todas são tão importantes quanto comum às mulheres entrevistadas no fazer cotidiano das vidas privadas, conjugais e individuais.

Ainda, nas biografias pessoal e conjugal/familiar, as mulheres estão em certa medida sob o mesmo tempo de conjugalidade; seus maridos terão a mesma graduação militar, bem como um tempo mínimo de trabalho; seus filhos serão menores de idade; e todas terão uma experiência profissional anterior. Igualmente, todos esses aspectos desempenham um papel central na abordagem do tema, exigindo, dessa maneira, pontes de articulação entre o micro e o macrossocial.

É nesse cenário em que se desenvolveu nossa investigação, buscando, primeiramente, analisar, a partir da versão feminina, as dinâmicas internas dos casais, melhor, o funcionamento interno do casal e da família conjugal frente ao contexto de trabalho militar de seus cônjuges, acentuando o caráter relacional da família contemporânea, pois, conforme Torres (2000, p.570), é necessário um constante vaivém entre o micro e o macrossocial que possibilite a articulação entre família e contextos sociais de existência.

A Sociologia contemporânea, que trata sobre a conjugalidade, tem apontado para o fato de que “o que se pensa, o que se espera e o que se vai praticando no casamento dependem de dimensões como: recursos, tempo histórico, momento do ciclo de vida, culturas e questões de ordem existenciais e identitárias” (TORRES, 2000, p.574).

E, com essa perspectiva, confirma-se a ideia de que a conjugalidade se inscreve em relações e trajetórias sociais e de gênero, isto é, “ela ocorre num dado momento do percurso pessoal, com traços sociais, culturais e ideologicamente marcados de forma diferenciada, de acordo com as condições de existência e com o gênero” (TORRES, 2002, p.574).

Ressaltamos que há um pluralismo paradigmático que caracteriza a sociologia da família conjugal e que proporciona diversas formas de abordagem da dinâmica interna da família. Nesse sentido, um dos aportes teóricos para o estudo do funcionamento interno da família vem de Roussel (1980 e 1992). Este propõe uma análise a partir da dimensão simbólica dos valores e das representações sociais. Segundo Aboim (2006, p.216), “entre as grandes transformações socioculturais e os comportamentos conjugais, acentuando o caráter historicamente situado dos modelos familiares, tal como apontaram os historiadores da mentalidade (Ariès, 1973; Shorter, 1977)”. Nessa ótica, explica-se a diversidade dos modelos conjugais e familiares a partir da interpretação e reprodução das normas sociais produzidas, num determinado contexto histórico, pelos indivíduos.

O interacionismo simbólico também desempenha um papel importante neste esforço de captar a dinâmica interna conjugal e familiar, construindo conceitos e metodologias de análise. Essa perspectiva presta atenção à família conjugal e sua dinâmica interna, com propriedades específicas, mais ou menos, sustentadoras da explicação dos comportamentos privados, pressupondo a relativa independência da família face aos contextos sociais.

De acordo com Aboim (2005, p.217), Jean Kellerhals, professor no departamento de sociologia na Universidade de Genebra e que também tem se dedicado longamente à microsociologia da família, salienta a capacidade construtora de realidade de que a família é portadora (1982, 1987 e 2000), embora, por outro lado, o autor lance mão da articulação com

os contextos sociais. Nessa perspectiva da interação, ou seja, “olhando para o casal e a família como produtos das relações entre seus protagonistas”, Aboim (2005, p.217) analisa a importância de outros autores para a produção acadêmica sobre família, como Kaufmann, que estuda a construção de hábitos na vida conjugal”, Singly (1993), que enfatiza o “caráter relacional da família contemporânea”, e Torres (2000b), que se dedica à definição da pluridimensionalmente do conceito de conjugalidade, considerando “a necessidade de um constante vaivém entre o micro e o macrosocial”, no formato assumido pela sociologia.

Contudo, sabemos da importância de análises sobre família a partir do seu lugar na organização social e, neste sentido, assegura Aboim, (2005, p.218) “encontramos as propostas de famílias de classe (Bertaux, 1978; Menahem, 1979 e 185) que privilegiam a organização econômica da família”, destacando que “na interação se jogam recursos que dependem do lugar (classe e gênero) que se ocupa na estrutura social (Giddens, 1984; Bourdieu, 1979, 1980 b)”, como também demonstrou Girard (1978), no trabalho sobre a homogamia Torres (2004, p. 58).

Para a autora, “outro contributo relevante é o dos *women studies* que, ao conceptualizarem o gênero enquanto factor inerente aos processos familiares, esconstruíram a separação artificial entre produção e reprodução ou entre instrumental e expressivo” (OAKLEY, 1974; MICHEL, 1977 E 1978; TILLY E SCOTT, 1978; BARRÈRE-MAURRISSON ET TAL, 1984; OPPENHEIMER, 1977; *apud* ABOIM, 2005, p.218)<sup>18</sup>.

Segundo Aboim (2005, pp.218-219), Bertaux (1978) demonstrou que “diferentes lugares na estrutura social correspondem a diferentes tipos de produção doméstica”, e, Kellerhals (1982), por sua vez, consignou que aderir “a uma norma de igualdade conjugal por oposição a uma concepção diferenciada dos papéis conjugais de gênero” se explica “pelas

---

<sup>18</sup> “É nesta linha que Michel (1977) propõe a distinção entre *famílias tradicionais*, fortemente estruturadas por papéis de gênero diferenciados, e famílias modernas, mais igualitárias no que toca à divisão do trabalho. Por outro lado, vários autores têm, entretanto, articulado classe e gênero ao vincularem os comportamentos familiares às posições sociais dos seus protagonistas” (ABOIM, 2005, p.218).

alternativas profissionais, econômicas, culturais”, ao quais eventualmente dispõe os cônjuges, conforme seu status sócio-profissional.

As diferentes formas de observar a família têm pontos comuns, ainda que sob enfoques distintos, pois todas procuram investigar as principais características da dinâmica interna das famílias - todas visam tornar compreensível a natureza do laço social que une a família-conjugal. Todavia, nossa pesquisa procurou, razoavelmente, debruçar-se sobre uma visão sociológica de maneira pluridimensional no estudo sobre a família-conjugal, a partir de variáveis diversas, níveis de análise e quadros explicativos da ação.

E conforme os pressupostos expostos acima, em resumo, nossa pesquisa tratou de investigar: 1- as interações internas para conhecer: a) como se processa a articulação entre o “eu” e o “nós-casal”, no trabalho doméstico e lazer do cotidiano da vida conjugal - se mais voltada para relações fusionais ou individuais; b) o jogo entre o “eu” e o “nós-casal” em função do gênero - se complementaridade de papéis ou procura da igualdade; c) e a natureza da autonomia das mulheres produzida dentro da vida conjugal - se situada na vida doméstica ou na vida mais ampla; 2- a orientação afetiva para descobrir: a) o tipo de afeto valorizado; b) a espécie de afeto no início conjugal até os dias atuais; c) e o peso dos afetos no contexto de projeto familiar.

E, finalmente, depois de discorrermos sobre dinâmica interna, a partir das interações e das orientações afetivas, demos particular atenção para 3- as interferências do trabalho de militar na vida das mulheres para compreender até que ponto se pode falar de uma perda de realização pessoal resultante dos efeitos do trabalho de militar nas vidas dessas mulheres, buscando saber quais as desvantagens de ser casada com militar, na intenção de sabermos a profundidade do sentimento de irrealizações individuais das entrevistadas.

Ainda, para complementar o sentido da pergunta acima, que visa compreender o sentimento de busca de si mesma dessas mulheres, que adaptam suas vidas ao trabalho militar

de seus maridos, perguntamos, também, sobre as vantagens de ser casada com militar, no sentido de saber o que vale a pena e que de alguma maneira seja suficiente para permanecer casada face às sugeridas “desvantagens”, bem como buscamos discutir sobre os efeitos da cultura do trabalho militar na conjugalidade e vida dessas mulheres.

Dessa maneira, acreditamos atingir nosso objetivo de saber como se dá a relação entre o eu e nós-casal/família na conjugalidade face ao contexto de trabalho militar, em termos do que alguns chamam de “*paradoxo das conjugalidades contemporâneas*” (ABOIM, 2010 p.146).

### 3.1 A Estruturação da pesquisa

Logo, a vida conjugal de mulheres casadas com militar é o viés pelo qual pretendemos alcançar o objeto desta investigação. Cremos que a análise qualitativa das entrevistas colhidas, apenas, na versão feminina, nos ajudou a descortinar os pormenores da autonomia e individualidade, observando, em certa medida, a dinâmica interna conjugal e, num outro ponto, as interferências das atribuições da carreira militar de seus maridos, considerando as características de instituição total pertinentes ao espaço do quartel, em suas vidas pessoais.

As informações, obtidas em narrativas de vida, permitiram, em suma, encontrar respostas mais abrangentes e complexas para a análise da questão, pois descrevem, com maior minúcia, o jogo entre o “eu” e o “nós-casal” e entre família e gênero no cotidiano do laço conjugal, bem como permitem uma leitura mais apropriada das gratificações e realizações na vida das mulheres em virtude das prerrogativas da carreira profissional militar.

Tratamos, pelos instrumentos utilizados no âmbito do interacionismo simbólico, primeiramente de “olhar” as interações internas conjugais.

Com efeito, se a abordagem interacionista contribui para o desenvolvimento de instrumentos de análise da dinâmica interna da vida familiar, as análises da família a

partir do seu lugar na organização social permitiram relativizar a ideia de uma privatização total dos comportamentos, lembrando que as famílias também são de classe (Bertaux, 1978) e que na interação se jogam recursos que dependem do lugar de classe e de gênero que se ocupa (Giddens, 1984; Bordieu, 1979 e 1980b) (ABOIM, 2006, p.217- 218).

Em vista disso, debruçamo-nos sobre as interações observando, por um lado, a *coesão* - natureza do laço conjugal que une internamente os membros da família, ou seja, buscamos classificar a relação cotidiana do casal em termos de fusão e autonomia – e, por outro, a *integração externa* - que visa medir a abertura ou o fechamento do grupo, buscando perceber se o casal manifesta um alto nível de integração no mundo exterior ou se exerce uma atitude de fechamento.

Nesse sentido, caracterizamos as interações internas da família – utilizando a ideia de coesão e integração -, investigando vários setores da vida conjugal, ou seja, tanto o trabalho doméstico, os lazeres, as conversas, como os gostos e os convívios com amigos e familiares.

A opção de analisar a coesão inicialmente pelas *práticas de coesão* na vida conjugal é porque estas nos remetem à ideia de *rotinização* da vida<sup>19</sup>, a qual, por sua vez, apresenta-nos o sentido da vida familiar como um produto da interação social.

Portanto, observar as práticas rotineiras em setores chaves do cotidiano, como o trabalho doméstico, os lazeres e as conversas, permite-nos esmiuçar entre o lado produtivo e o lado reprodutivo da vida familiar, e entre família e gênero, considerando a complementaridade de um e do outro, no dia-dia.

Ademais, buscamos articular coesão e gênero - num quadro de análise que observa o gênero na esfera da produção doméstica – e que, segundo Aboim (2006, p.220),

---

<sup>19</sup> Idéia central para a teoria da estruturação de Giddens (1993), que o autor vai buscar ao interacionismo simbólico, designadamente ao trabalho de Goffman. A rotinização é, segundo Giddens, um dos conceitos fundamentais a ligar a análise institucional à interação dos atores em situações de co-presença. Também para Bourdieu (1987), a prática não deve ser pensada como simples execução de normas conformes a um determinado modelo de realidade. Deve, pelo contrário, colocar-se a tônica no princípio real das estratégias, o que pressupõem um trabalho de invenção constante por parte dos indivíduos que, sem ser cálculo consciente e racional, também não é obediência mecânica à regra explícita e codificada (ABOIM, 2006, p.219).

“área menos habitual nas pesquisas sobre as divisões de gênero” –, bem como no âmbito das práticas de lazer.

Com efeito, a dimensão de gênero não pode ser marginalizada no estudo sobre dinâmica interna conjugal, pois as conjugalidades não se produzem alheias às relações de gênero, “ou não fosse a família um lugar primordial de incorporação e de reprodução das diferenças entre homens e mulheres” (BOURDIEU, 1998, *apud* ABOIM, 2006, p.220).

Por conseguinte, para perceber a natureza do laço que une internamente a família, observamos, primeiramente, as *práticas de coesão*, procurando saber quem faz o que com quem, em três dimensões do cotidiano: trabalho doméstico, lazer e conversas. Esta análise permite-nos saber se no cotidiano predominam práticas fusionais centradas no nós-casal, nós-família, ou práticas marcadas pela autonomia, onde o nós tem fraca expressão.

As classificações das formas de *prática de coesão* poderão ser: a) *separação forte*, quando há ausência de práticas feitas em casal, predominando atividades feitas individualmente por cada um dos cônjuges; b) *separação atenuada*, quando há ausência de práticas realizadas em casal no que tange o trabalho doméstico e conversas, mas com algumas atividades de lazer realizadas em casal ou em família; c)  *fusão expressiva*, quando há o exercício de práticas realizadas pelo casal ou pela família em torno das atividades lúdicas e conversas, e, de certa forma, nas realizações das atividades domésticas; d)  *fusão instrumental e expressiva*, quando há práticas de lazer e conversas realizadas em casal, e, em certa medida, com maior predominância na maioria das atividades e assuntos do que na  *fusão expressiva*, contudo, nas atividades do trabalho doméstico, vivem-se práticas individuais; e)  *polivalentes expressiva*, quando, tanto em casal ou individualmente, os sujeitos realizam as atividades de lazer, e um pouco mais individual as atividades domésticas; e f)  *polivalentes expressiva e instrumental*, quando, tanto em casal ou individualmente, os sujeitos realizam as atividades

domésticas e de lazer. Procuramos, dessa forma, saber qual o tipo de práticas de coesão que é produzido - se fusão, centrado no nós-casal/nós-família, ou autonomia.

Uma segunda dimensão de análise é a *coesão interna* que se fundamenta em conhecer se há coerência nas divisões conjugais dos trabalhos doméstico e profissional, bem como na forma de viver os lazeres, convocando para a investigação a questão da igualdade de gênero na conjugalidade. Caracterizamos os casais sob a perspectiva do modelo de *indiferenciação* - aquele no qual predomina a partilha conjugal dos trabalhos domésticos, a dupla profissão e um equilíbrio na autonomia individual em relação ao lazer -, ou pelo modelo de *diferenciação* das tarefas e das atividades - nesse sentido, podem se manifestar pelo aspecto de *ganha-pão* no masculino, onde o homem trabalha remunerado e a mulher toma conta dos afazeres domésticos, ou pelo aspecto *desequilíbrio* no feminino, onde ambos têm profissão, mas só a mulher se encarrega das tarefas domésticas, além da forte autonomia masculina para o lazer em contraponto a fraca individualização no feminino para o lazer. Assim, buscaremos, por esse prisma, saber se existe uma complementariedade de papéis ou busca de igualdade de gênero.

A última dimensão de análise da coesão é a *regra de coesão* que permite analisar o controle de recursos essenciais no casal, como o tempo livre e os gostos. Essa é um mecanismo que permite identificar, de maneira mais explícita, a construção da individualidade dos cônjuges, melhor, a circunstância da fusão ou da autonomia que é produzida dentro da vida conjugal. Situaremos como: a) *bolsa comum*, quando os cônjuges desejam partilhar todos os momentos e amizades e se vive uma espécie de erosão dos recursos pessoais. b) *autonomia relativa*, quando os cônjuges reservam um pouco dos seus recursos pessoais e vivem seu tempo livre ou amizade independente um do outro - em certa medida, combinam fusão e autonomia. E assim, conheceremos as características da individualidade face ao nós-casal, bem como a percepção que a mulher faz da sua própria autonomia pessoal.

Finalmente, com o conceito de *integração externa* queremos aferir se o casal tem contato com as questões do mundo exterior a sua vida privada, observando o tipo de atividade que predomina na vida familiar, ou seja, se existe uma diversidade de atividades e lazeres do casal e, também, de convívio com outras pessoas, melhor, o universo da sociabilidade do casal. Aqui, atividade significa sair de casa para fazer qualquer coisa. Sendo assim, classificamos como: a) *fechada*, quando há ausência de convívio e poucas - até três tipos - atividades de lazer realizadas fora de casa; b) *abertura fraca*, quando há uma relativa frequência e quantidade de variação - de quatro a seis - de atividades de lazer realizadas fora de casa; c) e *abertura ideal*, quando existe uma rotina frequente e a uma variada quantidade - sete em diante - de lazer realizado fora de casa.

Procuramos, também, conhecer as orientações normativas dos casais e, para isso, isolamos, de modo geral, dois referenciais normativos: 1- orientações normativas mais igualitárias: com predominância da realização pessoal voltada para a autonomia e tendência de relacionamento, assegurado pelos valores da igualdade de gênero; 2- orientações normativas mais institucionalizadas: quando o casamento ganha a qualidade de instituição perene sexualmente diferenciada e fortemente reguladora dos direitos e deveres individuais. Nas páginas em que fizemos a exposição dos resultados obtidos sobre as interações, cuidamos da perspectiva das orientações normativas, pois, segundo Aboim (2006, p.223), “as interações são cúmplices das visões específicas sobre o casal”.

Os valores, que caracterizaram a orientação normativa conjugal, classificam-se através das respostas que as entrevistadas proferiram sobre o que é importante para o casamento e sobre a possibilidade de dissolução do casamento. Foi, portanto, considerado orientação de cunho institucional, quando as respostas referentes à primeira pergunta contiveram o respeito, o afeto e a fidelidade como sentimentos baluartes do casamento e, para a segunda questão, a respostas que visaram uma negação absoluta, ou pouco concreta, do

término do casamento, na qual, inclusive, a mulher persegue como, objetivo principal, a família unida. Some-se a estas respostas, o fato de ter passado por uma pressão social para casar e ter filhos.

Consequentemente, para corresponder ao modelo igualitário, aceitamos como resposta sobre o que é importante no casamento o discurso que valoriza a ideia de conjugalidade como uma relação com o outro significativo, na medida em que a qualidade da relação antecede à família, bem como, para responder a segunda assertiva, entendemos como igualitário um discurso situado na aceitação da dissolubilidade do casamento e um destaque para a igualdade entre os sexos tão quanto à ausência de regulação externa nos assuntos relacionados à vida privada, em especial no que se refere à família.

Antemão, descrevemos as seguintes ancoragens sociais das mulheres: os capitais escolares, bem como a existência de redes de apoio familiar. Isso porque acreditamos que os capitais escolares delimitam um campo de possibilidades objetivas para a construção da dinâmica da família conjugal, mesmo que saibamos que existe um estatuto de autonomia relativa à conjugalidade. Segundo Aboim (2006, p.249), as escolaridades femininas e masculinas, quando cruzadas com os tipos de interação, “apresentam um padrão semelhante de variações significativas”, que quer dizer que a escolaridade dos sujeitos poderá imprimir diferentes especificidades às conjugalidades. Por exemplo, segundo a mesma autora, a ótica da teoria dos recursos proposta por Blood e Wolfe (1960) e igualmente utilizada por Singly (1990a), diz que “os desequilíbrios conjugais em matéria de capitais escolares podem agilizar dinâmicas de desigualdade de gênero”.

No que tange às redes de apoio e dinâmica conjugal, nossa intenção é descobrir quais conjugalidades estão em contato com a família extensa do casal, procurando perceber em que medida ter ou não ter uma rede de apoio familiar se articula às determinadas formas específicas de interação. “As pesquisas sobre este tópico remontam, sobretudo, aos anos 50 e

60, sendo referência o clássico estudo de Elizabeth Bott (1976) ou as pesquisas de Reiss e Oliveira (1983) e Lee (1979 e 1980)” (ABOIM, 2005, p.252).

A partir do quadro de análise acima descrito, pretendemos, portanto, conhecer às interações internas, e, ao desvendar o tipo de interação, acreditamos apresentar indicadores do tipo de conjugalidade, em termos de fusão e autonomia, vividos no cotidiano dessas mulheres casadas com militar e, dessa maneira, a margem de individualização das referidas mulheres. Utilizamos para nossa análise das interações a tipologia e suas definições sugeridas por Aboim em sua obra escrita em 2006, nos seus estudos sobre conjugalidades em Portugal, uma vez que suas sistematizações são suficientes para abarcar os aspectos que pretendemos conhecer.

Em seguida, buscamos, igualmente através dos relatos femininos, investigar as orientações afetivas, demarcadas pelo sentimento discursivamente valorizado pelas mulheres, bem como pelo lugar que este ocupa na dinâmica conjugal. Aqui, nosso principal interesse foi conhecer as delimitações que os sentimentos imprimem às dinâmicas internas na construção das rotinas do casal, iniciando por relatar o tipo de sentimento valorizado e o caráter mutável dos afetos nos percursos conjugais, bem como a relação destes com outras componentes elaboradas no interior das conjugalidades, a saber, a formação da família e criação dos filhos, e, a partir daí, pretendemos captar com maior minúcia o jogo entre o “eu” e o “nós” na vida do casal, agora em face do discurso dos afetos, visto que se vive num “contexto histórico em que o amor se estabeleceu como principal elemento de legitimação da união conjugal” (ABOIM, 2006, p.169).

Ao articular rotinas e afetos, duas dimensões inseparáveis do laço conjugal<sup>20</sup>, pensamos poder entrar numa esfera importante para a compreensão propriamente das dinâmicas das conjugalidades, alcançando uma tipologia que abarcará tantos os achados das

---

<sup>20</sup>A análise dos diferentes perfis de orientação afetiva, dimensão que analisamos revelou-se, afinal, fundamental para a compreensão das dinâmicas internas.

interações quanto os dados obtidos sobre as orientações afetivas, e, dessa forma, construímos uma descrição do tipo de dinâmica interna dos casais em questão. Procuramos unir interação e afetos, e como anteriormente dito, utilizando as tipologias construídas por Aboim (2006, p.280), para denominar a dinâmica interna dos casais estudados.

Em seguida, num outro capítulo, escrevemos sobre o trabalho de militar e os projetos de vida das mulheres casadas com militar a fim de investigar sobre os significados e contextura que podem assumir as gratificações e a (ir)realização pessoal de mulheres em conjugalidades, marcadas pelas prerrogativas e exigências da carreira de militar, particularmente a transferência entre cidades, bem como os conflitos conjugais e individuais pela convivência com os valores e a cultura institucional característico de uma instituição total, utilizando o contexto da vila de militar e a convivência conjugal e familiar, ou seja, as vantagens e desvantagens em ser casada com militar para a vida pessoal dessas mulheres.

### 3.2 Abordagem e método

A abordagem assumida neste trabalho é a qualitativa, seguindo um método explicativo/compreensivo, representado aqui pelas perspectivas dos autores escolhidos para a construção do objeto desta pesquisa. Conforme Haguette (2005), há um consenso sobre a relação da abordagem a ser utilizada e o objeto da pesquisa. Sendo assim, utilizamos a abordagem qualitativa, pois nosso objeto requereu uma compreensão de processos subjetivos, ou melhor, como diz a mencionada autora, porque esse “ênfatiza as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser” (HAGUETTE, 2005, p.63).

A escolha do método compreensivo para o presente estudo adveio de uma inquietação que incidiu em conhecer o modo das mulheres viverem a conjugalidade marcada pela dinâmica de uma carreira militar, pois percebemos que seguir uma carreira significa atender exigências que se desdobram em investimentos de ordem emocional e social, gerando

conflitos, geralmente, de grandes proporções, para o casal, especialmente, quando se trata de uma carreira militar, cujas prerrogativas estão para além de um bom desempenho profissional, como por exemplo, transferir-se de Estado/cidade para fins de serviço e moradia, bem como pelas características de instituição total inerentes ao âmbito do quartel. Ademais, no desejo de conhecer o tipo de conjugalidade, face à carreira de militar, na voz das próprias mulheres, buscamos o caminho sociológico para alcançar tal objetivo.

Algumas etapas se conjugaram na elaboração da pesquisa:

a) Observação e acompanhamento de casos (aproximação com os dados empíricos que ocasionaram na construção do anteprojeto de pesquisa). Consistiu na experiência de contato com a realidade de casais que buscavam o Serviço Social de uma organização militar na qual a pesquisadora é Assistente Social. E, no exercício dessa profissão, em uma organização militar, percebemos que algumas dificuldades trazidas em forma de benefícios materiais pelas mulheres ou por seus cônjuges ao setor de Serviço Social poderiam ser resultantes de toda uma dinâmica familiar, influenciada pelos determinantes da carreira profissional, pois entendemos que se integrar às exigências do trabalho e de uma carreira demanda uma contínua reestruturação produtiva e reprodutiva no modo de ser e viver em casal, e, que tal atualização, trata-se de um processo que gera conflitos social e emocional, tornando-se um drama pessoal na vida dos atores desse contexto, em especial das mulheres que seguem seus maridos nessa empreitada;

b) entrevistas informais (com marido e esposas de militares). Esta etapa é continuação da fase anterior e representou uma extensão dos contatos já realizados. Nela separamos casos e obtemos mais informações que mais tarde serviram de concatenação de critérios para escolha do universo de informantes da pesquisa.

c) entrevistas não-diretivas Nossa principal fonte de dados e análises foi a entrevista não-diretiva, a partir da qual buscamos, através do discurso livre, colher as informações destinadas

a responder nossas questões, e acreditamos que as narrativas são uma chave para a compreensão das vivências e da subjetividade dos sujeitos<sup>21</sup>.

As entrevistas tiveram uma *estruturação invisível* – que quer dizer “tópicos estruturados referentes aos pontos principais do objeto de estudo, porém, nenhum roteiro escrito” (ROCHA-COUTINHO, 2007, p.231) – a ordem de emergência destes tópicos, em grande parte, foi determinada pelo fluxo da conversa, que, na tentativa de construir histórias de vida, duraram longas horas. Realizamos, posteriormente, análise de conteúdo, observando as categorias mais importantes e recorrentes que emergiram da própria fala das entrevistadas. Procuramos ler e analisar as narrativas e falas a partir de um conjunto de significados emergidos na própria fala das entrevistadas.

Em nossas entrevistas, tentamos proporcionar um clima livre do receio de uma possível repreensão profissional aos seus maridos, no sentido de que esta atividade não implicaria em nenhuma complicação no ambiente profissional deles, cujo universo, tradicional e conservador do ponto de vista da reprodução dos comportamentos, concebe e propõe um modelo ideal de família<sup>22</sup>. Diante desse fato e da condição de representante hierarquicamente superior aos maridos das entrevistadas, coube-me esclarecer, também, aos maridos que se tratava de uma pesquisa científica respaldada por uma ética, na qual exige o sigilo das identidades e das informações e que não busca um julgamento moral, social e religioso de certo ou errado.

Dessa forma, à primeira vista, os comportamentos e respostas, diante das entrevistas, foram semelhantes, dada à relevância do meio social na qual as entrevistadas

---

<sup>21</sup>Todas as interlocutoras desta pesquisa, bem como os nomes de familiares citados por elas, tiveram seus nomes reais substituídos por nomes fictícios para preservar suas identidades. Os nomes substituídos escolhidos são de mulheres de apreço pela pesquisadora no mundo das artes e ciência, tendo sido alguns personagens de histórias literárias, mas, em nada se relacionam com o objeto da pesquisa, e especialmente com a personalidade das informantes, tendo sido aleatório a escolha de nome para a entrevistada.

<sup>22</sup>A doutrina católica é intensamente presente no cotidiano dessas famílias, visto que existe uma igreja católica presente na organização e na vila residencial, nas quais as mulheres entrevistadas moram com sua família. Além, da figura do representante sacerdotal da igreja católica ser reconhecido por essa comunidade como legítimo mediador de conflitos familiares e sociais, de um modo geral, e, ainda assumir o posto militar de oficial.

estão inseridas. Entretanto, inflexionamos nossa pesquisa de modo que as perguntas buscassem aprofundar os discursos, a fim de alcançarmos as mais sinceras opiniões e legítimas histórias para construirmos categorias resultantes das semelhanças e dessemelhanças entre as respostas das entrevistadas e, assim, podermos descrever sobre a dinâmica interna conjugal e sobre a individualização dessas mulheres frente à carreira militar.

### 3.3 A definição da amostra para as entrevistas

O critério para a seleção das interlocutoras foi o contato anterior das informantes e/ou seus cônjuges no uso do setor de Serviço Social da organização militar situada em Salvador, bem como vossas disponibilidades em participar da pesquisa. Cinco das seis mulheres participantes da pesquisa tinham seus nomes numa espécie de cadastro de beneficiários da Seção de Serviço Social da referida organização militar; a sexta entrevistada nos foi apresentada por seu marido.

A inscrição nos “Programas e Projetos de Assistência Social” visam à concessão de benefícios sociais como medicamentos, exames médicos, cesta básica, material escolar, etc. Nesse contato inicial, tratamos sobre o objeto do Serviço Social; para isso fizemos uma entrevista de cadastro socioeconômico e observamos documentos de comprovação de despesa – critério de elegibilidade para concessão de benefícios do Serviço Social.

Com o tempo, algumas delas retornaram à seção, ou procuraram manter um contato, para revelar um pouco de suas vidas - angústias, medos, decepções e dificuldades econômicas, no casamento. Em alguns momentos servimos de escuta e, na medida do possível, encaminhamos para profissionais de áreas competentes, como psicólogos e advogados, ou mesmo, para setores da sociedade civil e órgãos públicos, como centro de referência da mulher, conselho tutelar e defensoria pública.

Selecionamos, dentre tantas outras mulheres inscritas no programa de assistência social, seis mulheres que haviam conversado com a pesquisadora sobre algumas dificuldades vividas, ou no casamento, ou na sua vida particular, ocasionadas pelas atribuições requeridas no trabalho de seus maridos ou por outros reveses da vida.

Por sua vez, todas elas são mães de criança e/ou de adolescentes, em idade escolar, entre três e dezesseis anos - esta opção tem a ver com fato de termos pretendido observar como são compartilhadas as atividades exercidas dentro de casa no que diz respeito aos cuidados com os filhos, bem como se há diferença nesta divisão de tarefas; ademais, a escolha por essa faixa etária decorreu porque acreditamos que filhos nessa faixa de idade demandam grande atenção e cuidados e isto pode constituir um elemento relevante para o estudo sobre conjugalidade.

Ademais, as mulheres que participaram da investigação têm até vinte anos de união conjugal e seus maridos têm mais de dez anos de carreira militar, tendo adquirido estabilidade profissional; ainda, todas elas, como, também, seus cônjuges não são naturais da cidade de Salvador – Bahia; por fim, carregam a experiência de morarem em cidades diferentes e distantes da sua terra natal e de suas famílias nucleares por mais de cinco anos. Destacamos que algumas dessas mulheres tiveram a oportunidade de morar, durante alguns anos, com os filhos e com seu cônjuge na mesma cidade que das suas próprias famílias nucleares.

Os seis casos estudados abrangeram o horizonte econômico-social de famílias da camada social médio-baixa, isto porque, a renda mensal familiar é, em média, de R\$ 3.000,00 (três mil reais) e os integrantes possuem acesso à rede particular de saúde e são proprietários de automóveis populares, bem como os filhos estudam na rede particular de ensino. As mulheres têm escolaridades de nível médio ao superior completo, bem como seus maridos.

Registre-se que, apesar de todas as entrevistadas terem concordado em participar da pesquisa e de terem colaborado com a pesquisadora, na concretização do grau acadêmico, preservamos as suas identidades e, nesse sentido, fizemos a opção de, também, não revelar o nome da organização militar, tanto quanto os nomes dos seus respectivos cônjuges.

E, para melhor contextualizar as entrevistadas e suas narrativas, apresentamos, ao fim deste capítulo, um quadro geral do perfil dessas mulheres, tentando, assim, oferecer informações sobre os percursos conjugais, capitais sociais – escolaridade e experiência de trabalho remunerado - e redes de apoio, tão importantes nesse estudo sobre dinâmicas internas de conjugalidade e individualização feminina frente a carreira profissional militar de seus cônjuges.

#### 3.4 A dinâmica das entrevistas

As entrevistas tiveram uma duração média de setenta minutos<sup>23</sup>. Todas elas foram gravadas e transcritas posteriormente, obedecendo na íntegra os discursos das informantes. Vale ressaltar que a pesquisadora realizou sete entrevistas e só pode utilizar as informações necessárias para compor os tópicos de interesse da pesquisa de seis entrevistadas, pois uma delas desistiu de autorizar que seus dados pudessem ser trabalhados nessa pesquisa.

Cinco das entrevistas foram realizadas nas casas das informantes, enquanto uma das mulheres preferiu que o nosso encontro fosse realizado no quartel, mas, ainda assim, mantivemos a privacidade necessária a esse tipo de trabalho, da mesma forma que as entrevistas feitas nas casas das nossas pesquisadas. Realçamos o detalhe de que geralmente ficávamos na sala ou no quarto das crianças, mas sempre a sós, exceto quando os/as filhos (as) eram pequeninos, menores de cinco anos.

---

<sup>23</sup> Todas as entrevistadas assinaram o termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), em anexo.

As entrevistas foram elaboradas seguindo um determinado roteiro, apesar disso, foram tomando um direcionamento de acordo com as falas das informantes.<sup>24</sup> Todas as entrevistadas demonstraram satisfação e empenho em responder fielmente as respostas, disponibilizando-se em retratar sua vida do ponto de vista mais fidedigno possível. Assim, elas foram participativas durante todo o decorrer desses encontros e demonstraram o quanto se sentiam valorizadas em terem os seus depoimentos adotados e reconhecidos ao ponto de servirem como fonte de pesquisa acadêmica.

As entrevistas aconteceram em um clima confortável e bem humorado para os envolvidos, com recepções calorosas e lanches. Durante algumas entrevistas, instaurou-se um sentimento de admiração por parte da pesquisadora para as entrevistadas por causa do conteúdo humano nas histórias de vida ora relatadas, estabelecendo-se, nesse momento, uma “relação” de troca de experiências e não mais apenas fonte e coleta de dados, condição inicial das entrevistadas e objetivo da pesquisadora. Isso porque as histórias das vidas particulares dessas mulheres estão repletas de drama pessoal, cujos fatos retratam dores, superações, encontros e desencontros, emocionantes ao serem escutados.

Em face desse contexto, posteriormente, algumas das entrevistadas procuraram a pesquisadora para tratar de assuntos relacionados aos conflitos conjugais que ora estavam enfrentando, na tentativa de buscar um conselho e/ou escuta; aqui, interessa-nos destacar o grau de intimidade ocasionado pelas entrevistas.

---

<sup>24</sup> A pesquisadora se apresentava como estudante de pós-graduação *strictu-sensu*. Esclarecia que este era um trabalho acadêmico para o Programa de pós-graduação Família na Contemporaneidade da Universidade Católica do Salvador, no qual objetivava receber o grau de Mestre e que se tratava de compreender a conjugalidade frente à carreira militar por ser esta uma realidade na qual a pesquisadora, em certa medida, também, era parte. Em seguida, explicávamos que o presente trabalho visava, sobretudo, conhecer os tipos de dinâmicas internas vividas em seus cotidianos conjugais no panorama das prerrogativas da carreira militar de seus maridos.

### 3.5 Apresentações das mulheres entrevistadas e dos motivos pelos quais foram escolhidas para entrevista

Como anunciamos no capítulo 3, subcapítulo 3.3, a fim de melhor contextualizar as entrevistadas e suas narrativas, apresentamos um quadro geral do perfil das entrevistas, tentando, assim, oferecer informações importantes no estudo sobre a dinâmica interna no cotidiano conjugal de mulheres casadas com militar. Logo abaixo, apresentaremos um quadro geral do perfil das entrevistadas, e, mais adiante, detalharemos, um pouco mais, a trajetória da conjugalidade, a condição de trabalho/profissão, o percurso até o Serviço Social da Organização Militar, entre outras informações pertinentes em nosso estudo.

Nome (fictício)	Idade	Tempo de casada	Nº de filhos/filhas	Naturalidade
Ada	33 anos	15 anos	01	Rio de Janeiro - RJ
Frida	43 anos	15 anos	03	Rio de Janeiro - RJ
Capitu	44 anos	20 anos	02	Rio de Janeiro - RJ
Dorothy	33 anos	12 anos	02	Interior nordestino
Clarice	40 anos	19 anos	02	Rio de Janeiro - RJ
Coralina	Idade não revelada	19 anos	02	Manaus - AM

A primeira entrevistada se chama Ada, trinte e três anos, nível superior completo, formada em Administração de Empresas. Ela é dona de casa há pelo menos quatro anos; não desenvolve trabalho remunerado desde quando estava gestante; ela e seu marido são naturais do Rio de Janeiro; as famílias de ambos permaneceram nesta mesma cidade; não existe uma relação de proximidade e convivência entre as famílias nucleares de Ada e de seu marido. Devido ao trabalho de seu cônjuge, ela já morou em Santa Maria da Boa vista/RS, no Rio de Janeiro/RJ, em Brasília/BR e, hoje, em Salvador/BA.

Casou-se com vinte anos, no religioso e no civil, e, atualmente, conta com quinze anos de casada. Ela e seu marido são católicos; ambos frequentam regularmente a igreja; têm

uma filha de três anos. Conheceu seu marido ainda quando era adolescente e namorou por alguns anos antes de casar.

Na época de solteira, morou com seus pais e irmãos e, posteriormente, padrasto e irmãos, pois seu pai faleceu quando ainda era criança e sua mãe casou novamente; sua mãe sempre trabalhou fora de casa e considera importante que as filhas estudem e tenham um trabalho remunerado no horizonte de seu futuro.

Ada se tornou conhecida da pesquisadora quando o seu esposo procurou a seção de Serviço Social e se inscreveu no cadastro de benefícios sociais; conhecemo-la nas diligências realizadas para efeito de comprovação da vulnerabilidade social da família, mecanismo necessário à inserção dos assistidos à política interna de assistência social da OM (organização militar); durante a conversa inicial sobre a vida da família - etapa necessária ao processo de trabalho de intervenção social -, tomamos conhecimento que a renda familiar de Ada estava comprometida com débitos e, na medida em que íamos situando nossa conversa sobre os motivos da crise financeira, algumas reflexões sobre sua vida conjugal lhe viam a cabeça e eram conosco compartilhadas; durante nossas conversas, parte de sua intimidade conjugal nos era revelada, instaurando-se uma relação de confiança recíproca entre nós; é em razão desse desinteressado respeito que, dentre tantas outras mulheres, elegemos Ada como uma de nossas entrevistadas da pesquisa.

A segunda se chama Frida, quarenta e três anos, com nível superior completo, formada em Educação Física; atua, eventualmente, como esteticista, e, durante a semana, em dias alternados, no período da manhã, como professora de Educação Física, dividindo-se, portanto, alguns dias entre o trabalho remunerado e as obrigações domésticas.

Casou-se aos vinte e oito anos e conta com quinze anos de casada. Conheceu seu marido desde a juventude, pois eram vizinhos e colegas de bairro; o namoro com seu marido durou por um tempo relativamente curto até o casamento; o casamento foi no civil apenas,

pois ela não tem religião, embora ele seja católico; têm três crianças de nove a treze anos de idade.

Ambos são naturais do Rio de Janeiro/RJ; o convívio entre as famílias de Frida e de seu marido não é frequente, tendo em vista que a família de Frida não mais vive no Rio de Janeiro/RJ, mas na época em que eram vizinhas, havia um laço de amizade entre a sua mãe e a sua sogra; atualmente, parte da família de Frida mora no interior da Bahia e toda a família do seu marido continua no Rio de Janeiro/RJ. Antes de casar, ela morava com os pais e irmãos. A profissão de seu pai é militar; assim, ela viveu em vila militar durante sua infância e juventude; sua mãe é dona de casa. Em consequência das transferências exigidas pelo trabalho do seu cônjuge, ela já morou no Rio de Janeiro/ RJ, Porto Velho/RO, Manaus/AM, e, atualmente, em Salvador/BA.

Foi o marido de Frida quem, inicialmente, procurou a seção de Serviço Social em razão da necessidade social frente à condição financeira da família; ele, também, quem relatou as dificuldades que vinham sendo vividas na conjugalidade, as quais variavam entre debilidades da economia doméstica, segredos de família em risco e crises afetivas do casal. Durante alguns meses, escutamos e prestamos aconselhamento ao militar sobre alguns dos aspectos dos conflitos vividos pelo casal.

Frida conheceu a assistente social e com ela manteve o contato telefônico para tratar de alguns dos assuntos relatados pelo marido; as intervenções e conversas profissionais sobre a vida particular do casal se tornaram, com o passar do tempo, abrangentes e constantes, motivo que nos trouxe o interesse de inseri-la na pesquisa.

A terceira entrevistada se chama Capitu, quarenta e quatro anos, com nível médio/técnico em enfermagem completo, mas, atualmente, é dona de casa e, variavelmente, trabalha com vendas de doces e salgados.

Tão quanto seu marido, ela é natural do Rio de Janeiro/RJ e as famílias nucleares do casal estão na referida cidade; antes de casar, morava com seus pais e irmã; seu pai era funcionário público, hoje falecido, e sua mãe, dona de casa. Ela e seu marido são pais de duas filhas de nove e treze anos; são casados há 20 anos; passaram a viver em união estável, inicialmente, quando ela tinha 24 anos; o casal não se conhecia até namorarem; o namoro foi intenso, progredindo para união estável e, depois, casamento, oficializado no civil e no religioso; ambos são católicos e frequentam a igreja da vila militar. Em razão da transferência, ela morou com seu marido em São Paulo/SP e Manaus/ AM e, hoje, Salvador/BA.

O seu marido algumas vezes procurou a seção de Serviço Social para conversar e desabafar a história de sua própria vida pessoal e militar; nos relatos, incluía sua esposa como referência positiva frente às adversidades da vida profissional; pleiteou, depois, um benefício social em virtude de uma reestruturação econômica pela qual passava a família.

Sobre essa reestruturação financeira, Capitu procurou a assistente social para conversar; para falar sobre o assunto, Capitu inseriu assuntos relacionados à sua convivência conjugal e, também, nesse sentido, procurou uma orientação; no que tange a relação conjugal, conversamos por algumas horas e fizemos alguns encaminhamentos, sugerindo algumas intervenções de profissionais especializados que pudessem tratar sobre os conflitos conjugais que nos foram apresentados. Pela construção dessa relação, é que Capitu foi eleita para participar da nossa pesquisa.

Dorothy foi a nossa quarta entrevistada. Uma mulher de 33 anos, com o nível médio completo, que, antes de casar, trabalhava como secretária em um escritório de advocacia e, depois do matrimônio, não mais desempenhou trabalho remunerado, passando a dona de casa apenas, embora, algumas vezes, atenda a encomendas de bolos e tortas que ela mesma prepara; mãe de duas crianças de quatro e seis anos.

Ela e seu marido são naturais de uma cidade do interior do nordeste brasileiro (não é seguro para efeito da ética e sigilo revelar o nome da cidade); eles não mantinham nenhum vínculo até namorarem, resultando em noivado e, posteriormente, em casamento, quando Dorothy tinha vinte e um anos de idade; atualmente, está casada há doze anos; ela e seu marido são católicos e frequentam a igreja da vila militar com regularidade.

Filha única, ela morava com os pais antes de se casar; seu pai faleceu quando ainda era solteira; este era comerciante dono de mercadinho de gêneros alimentícios; sua mãe trabalhava com seu pai no mercado, hoje, viúva, trabalha no seu próprio armazém de gêneros alimentícios; a mãe de Dorothy e a família nuclear de seu marido moram na mesma cidade e mantêm um relacionamento amigável e de proximidade. Em virtude das transferências ocasionadas pelo trabalho de seu marido, ela já residiu em Belém/PA e, hoje, em Salvador/BA.

Foi, em uma entrevista com o marido de Dorothy, em razão da concessão de um benefício social, e, posteriormente, com ela, que ficamos sabendo da sua satisfação em ser dona de casa e sua vontade de ser mãe; ademais, tem um sonho de montar um negócio próprio de vendas de objetos artesanais, mas, enquanto não o realiza, está satisfeita com algumas conquistas na vida. Nossa opção em entrevistá-la perpassa pelo fato de que ela afirma ter optado em ser dona de casa, mas tem sonhos bastante individuais, os quais estão parcialmente realizados.

Nossa quinta entrevistada se chama Clarice; uma mulher de quarenta anos, formada em Contabilidade, com nível superior e mãe de dois filhos de dez e quatorze anos. Já na adolescência trabalhou de modo remunerado, no entanto, desde que se tornou mãe e transferiu a moradia entre cidades, saiu do mercado de trabalho, estando sem trabalhar há seis anos.

Natural do Rio de Janeiro/RJ como, também, seu marido e as respectivas famílias nucleares que se conhecem e convivem harmonicamente, com alternadas fases de desentendimentos; Clarice morava com seus pais e irmãos antes de casar; seu pai, empregado do setor privado, faleceu quando Clarice ainda era criança; sua mãe era dona de casa e permanece assim.

Ela conheceu e namorou seu marido desde a pré-adolescência, casou-se aos vinte e um anos no civil e no religioso e, atualmente, tem dezenove anos de casada; ambos são praticantes da religião católica. Em razão do trabalho de seu cônjuge, já morou em Anápolis/GO, Boa Vista/RR, e, agora, em Salvador/BA.

Apesar dela não ter cadastro social na seção de Serviço Social, nós conhecemo-la em um evento social e, em uma conversa informal sobre casamento, iniciada por ela, percebemos um discurso de angústia e frustrações pessoais, especialmente, por não ter conseguido trabalhar profissionalmente face às mudanças de cidades, mas igualmente a Dorothy, esta mulher valoriza a profissão de seu marido, no sentido de realizações pessoais; no entanto, ao mesmo tempo, sente algumas frustrações pessoais; então, a partir dessa conversa, em especial, elegemo-la para participar da pesquisa. Destacamos que, apesar de ter sido a quinta mulher a ser entrevistada, ela foi a pessoa quem proporcionou a nossa delimitação do objeto da pesquisa e, assim, não poderia deixar de ser escolhida para ser uma entrevistada da pesquisa.

Curiosamente, nossa sexta e última entrevistada foi a primeira a ser escolhida para compor o rol das mulheres que contribuiriam para o estudo da pesquisa; Coralina é uma mulher de meia idade (ela não nos revelou sua idade quando entrevistamo-la); tem nível superior completo na área de saúde, com especialização lato sensu, na mesma área de formação; atualmente, está inserida no mercado de trabalho, na área de seu conhecimento; é

mãe de dois filhos de doze e dezesseis anos; natural de Manaus/AM e seu marido, do Rio de Janeiro/RJ.

Coralina conheceu seu marido em Manaus quando este prestava serviço na OM (organização militar) desta cidade; no mesmo ano em que eles se conheceram, o marido de Coralina era submetido a um novo processo de transferência; está casada há dezenove anos; seu matrimônio foi realizado apenas no civil, embora sua religião seja protestante da igreja presbiteriana e seu marido, mero simpatizante da mesma religião. Desde então, já acompanhou seu marido ao ser transferido para Natal/RN e ao retornar a Manaus/AM, e, hoje, moram em Salvador/BA.

A família de Coralina e de seu marido só se conheceram em função do casamento deles, uma vez que as famílias moram em cidades de diferentes regiões, ou seja, Manaus/AM e Rio de Janeiro/RJ; tanto quanto às outras entrevistadas, inicialmente, quem procurou a seção de Serviço Social foi seu marido; ao expor a condição social da família para solicitar o benefício social, este revelou as histórias e manobras de sua esposa frente às especificidades do trabalho de militar para tecer a vida em família e sua vida particular.

Assim quando tomamos conhecimento da história pessoal de Coralina, procuramos conhecê-la, confirmando nossas expectativas sobre a sua personalidade, cujo empenho da busca por si, frente às adversidades engendradas pelo tipo de trabalho do marido, nos surpreendeu.

Quando decidimos fazer esta pesquisa, de imediato, consultamo-la sobre o interesse em participar e, após a aceitação, deixamo-la para entrevistar por último, visto que sua história era razoavelmente conhecida diante das conversas que tivemos sobre sua vida, conforme relatado anteriormente.

Em face do exposto neste capítulo, enfatizamos a escolha pela abordagem qualitativa que se articula com o referencial teórico do método compreensivo, buscando

compreender as dinâmicas internas conjugais vivenciadas por essas mulheres no seu cotidiano conjugal, em suma, que angústias e dramas, em comum, podem estar presentes nas narrativas de vidas pessoais e conjugais de mulheres tão diferentes, mas, que na concretização do “eu” e diante das exigências do trabalho militar de seus maridos, a priori, ajustam seus próprios sonhos e desejos.

Desse modo, a presente pesquisa percorreu entre o que afirma o saber científico sobre conjugalidade na contemporaneidade e o que nos diz os casos específicos de conjugalidades, como o de mulheres casadas com militar, para assim tentar refletir sobre o que o une e o que separa o indivíduo ao grupo, de uma forma geral e específica, utilizando dos relatos femininos, ou seja, a versão feminina sobre individualidade e relações conjugais diante de características singulares presentes nas suas histórias e daquelas, ao mesmo tempo, comuns a todas elas.

## Capítulo 4

### Análises da coesão e da integração externa

Conforme anunciamos no capítulo metodológico, debruçamo-nos no cotidiano dos casais para investigamos o “lado de dentro” da vida conjugal com a pretensão de conhecer as interações e, considerando o ponto de vista das relações de gênero, como se vivenciam práticas e representações em diversos setores que compõem o universo da vida em casal, principalmente, o cotidiano da vida das mulheres casadas com militar.

Nossos achados serão apresentados seguidamente à estruturação da pesquisa. Dessa maneira, já é sabido que a interação é apreciada segundo as perspectivas da coesão e da integração externa. Sobre a *coesão*, serão abordadas três categorias de análise, na seguinte ordem: 1- *práticas de coesão*, 2- *coesão interna*, 3- *regras de coesão* e, por último, *integração externa*.

No que tange à *integração externa*, tomamos como análise o prisma que visa observar a relação do casal com o mundo e as influências exteriores, utilizando como indicadores as atividades culturais e eventos sociais, quais sejam: shows, teatro e cinema, confraternizações entre amigos na própria casa, etc.; com isso procuramos observar a abertura ou fechamento da família conjugal.

O primeiro indicador de coesão pretende identificar, através das rotinas familiares, a *prática de coesão* do trabalho doméstico, do lazer e das conversas. O traço central, que deve ser percebido, é saber, se ao realizar estas atividades, os cônjuge estão juntos ou separados – sendo aquela circunstância indicadora da fusão e esta, da autonomia.

Portanto, nesse ponto, os casais analisados se caracterizam pela prática fusional, protagonizada pelo casal ou pela família nuclear, evidenciando um nós-família, construído, especialmente, em torno das atividades domésticas externas e das atividades lúdicas, contudo,

um pouco mais individual no que diz respeito à esfera das conversas; assim, mediante os achados da *prática de coesão*, nominamo-lo de  *fusão expressiva*, pois queremos aludir ao fato de que as realidades das vidas social e privada dessas mulheres são significativamente fundidas a de seus maridos.

Esta conclusão foi possível de ser notabilizada, primeiramente, pelo vetor da divisão das atividades domésticas. Pois, ao procurarmos conhecer em que exatamente se está junto do ponto de vista das atividades domésticas, dividimos esta perspectiva em duas vertentes, sendo elas: atividades externas - aquelas realizadas na rua, como ir ao mercado - e atividades internas - aquelas relativas aos cuidados da casa, como limpar, cozinhar, etc.

Nesse sentido, verificamos que as mulheres costumam realizar as atividades domésticas externas com seus maridos, uma tendência a incorporar o casal em um só, porém, nas atividades domésticas internas, contraditoriamente, as mulheres as realizam individualmente, ou, quando não, estas mulheres contam com a ajuda de uma trabalhadora doméstica.

Ainda que as mulheres digam fazer tudo junto com seus maridos, observamos que se trata de uma fusão baseada na função, ou no papel, de proteção ou de complementariedade por parte de seus maridos, ou melhor, prática marcada pela fusão engendrada pela separação de papéis no que concerne a um mesmo ponto do fazer cotidiano conjugal.

Observemos o quadro abaixo:

Capitu, 44 anos, mãe de duas filhas:

**Atividades realizadas na rua:** *Eu vou acabar de sair daqui contigo, eu vou correr pro mercado.... Ele até vai comigo, mas, quem tá ali vendo as datas, a validade é comigo, ele pega o banco, não tem no mercado, não vende uns bancos? Ele pega o banco, onde ele encosta ele senta, mas vai ficar comigo, ele não fica em casa (risos), vai ficar comigo, entendeu?*

Frida, 43 anos, mãe de 03 filhos:

**Atividades realizadas na rua:** *...saímos sempre pra tudo juntos, se saímos para algum lugar, se vamos fazer compra, vamos juntos por que é difícil você ver casal comprando juntos. A gente só faz compra de supermercado juntos, tudo nosso é assim, vai no shopping junto. Eu só resolvo minha vida com ele!*

**Atividades doméstica de casa:** *Eu faço tudo. De manhã é a hora que eu faço as minhas coisas. É hora que eu limpo a casa, é hora que eu faço almoço, é hora que eu boto roupa na máquina. Então a agitação é de manhã.*

**Atividades internas:** *Eu. Somente Eu. Ele só reclama. E eu prefiro, em relação às crianças, eu prefiro. Porque eu prefiro que não estresse. Eu arrumo casa, eu faço tudo aqui sozinha.*

Em seguida, buscamos reforçar nossa pesquisa no que tange às *práticas de coesão*, e procuramos conhecer, pela esfera do lazer, se o casal alimenta atitudes centradas em um nós-casal, com uma tendência à fusão, ou em práticas marcadas pela autonomia, pela individualidade. Ainda, descobrimos quais as formas de estar juntos, especificamente: se conjugalmente ou se o casal e os filhos; se a mãe e os filhos; se o pai e os filhos.

Contudo, nosso foco, nas questões relativas ao lazer, é saber se existe lazer individual ou fusional, e, assim, aprofundarmos nossa análise sobre as entranhas das *práticas de coesão* conjugal.

Então, no que tange às atividades de lazer, obtivemos as seguintes respostas:

*Juntos eu e ele e com a menina mais velha, não à noite. É mais com ela, a gente é muito família! Ali, já ligou o carro já entra todo mundo (risos), não adianta dizer que vai só o pai e a mãe. Ligou o carro..., A tropa já tá dentro do carro (risos) até a cachorra, é a mascote!*

Capitu, 44 anos, mãe de duas filhas.

*A sós é mais difícil. De vez em quando, alguma coisa... Vai num teatro, vai num barzinho tomar um chopp. Quando os meninos vão para alguma festinha só pra eles, aí a gente vai tomar um chopezinho. Mas, sair sozinho é mais complicado.*

Clarice, 40 anos, dois filhos.

Assim, no que concerne às *práticas de coesão*, podemos dizer que os assuntos de cunho reprodutivo da vida da família, ou seja, em relação aos cuidados com os filhos e às atribuições domésticas, de maneira geral, são deveres exclusivos das mulheres; por sua vez, no quesito, lazer, não existe um momento de prazer pessoal e individual delas, estando este evento relacionado ao casal, na maioria das vezes, vinculado à família.

Mergulhamos, ainda, um pouco mais nas *práticas de coesão* no fazer cotidiano conjugal, e, seguidamente, partimos para a análise das conversas. A intenção de observar esta dimensão na análise das *práticas de coesão* é destrinchar ainda mais um pouco entre fusão e autonomia no ângulo das questões instrumental e reprodutiva da família, em face dos aspectos mais pessoais e individuais, apreendendo a complementariedade entre ambos no dia-dia. Desse modo, questionamos sobre quem conversa com quem e sobre o quê; através das respostas, descobrimos que, em geral, os maridos lhes aparecem, em primeira instância, como a pessoa com a qual elas compartilham suas intimidades, não resguardando nenhum assunto de seus maridos, ou seja, não nos foi sugerido um momento mais individual<sup>25</sup>.

Ressaltamos que os assuntos sobre os quais elas mais conversam com seus maridos estão, em geral, relacionados à economia doméstica, educação dos filhos, acontecimentos do trabalho do marido e, algumas vezes, sobre um problema de entendimento da relação e convivência do casal, isto é, quando alguma crise se instaura ou quando algum projeto familiar não foi atingido, ou seja, os assuntos mais comuns, nas conversas dessas mulheres com seus maridos são aqueles pertinentes ao lado instrumental da família - aspectos da reprodução e produção da vida conjugal e familiar, de uma forma geral -, não sendo citado, pela sua maioria, assuntos que pudessem corresponder as suas expectativas e projetos de vida pessoal.

Olhemos as respostas abaixo:

---

<sup>25</sup>Por outro lado, sem generalizar, podemos afirmar que quando se trata de chateações entre o casal ou de outras dificuldades da vida em família, estas mulheres procuram outras pessoas para conversarem e não seus maridos - pessoas de seu convívio mais cotidiano, do presente, do passado, da vizinhança ou das relações de trabalho, ou, ainda, pessoas de sua família de origem.

*A gente conversa, sobre a vida da gente mesmo, assim a gente é muito de conversar, mesmo em casa agente é muito de conversar, sobre tudo da vida de cada um.*

Coralina, meia-idade, dois filhos.

*Têm alguns assuntos, né? Que não dá para falar com ele. Por exemplo, essa minha amiga daqui da frente, a gente se conhece já há sete anos, aqui ela tem a família dela, eu não tenho. Aí a família dela é como se fosse a minha, e às vezes quando o marido tá., ou pinta alguma coisa com os filhos, até em questão da gente pedir uma opinião.*

Capitu, 44 anos, duas filhas.

*Eu não tenho segredo em relação a nada, tudo ele sabe tudo ele pode mexer em qualquer coisa minha por que eu não gosto disso, eu não tenho segredo com minha mãe nunca tive com ninguém por que eu acho que você tem que conviver.*

Frida, 43 anos, três filhos.

Destacamos que as conversas entre pais e filhos estão mais vinculadas ao rol das obrigações de educação formal e social, sendo, na maior parte dos casos, tarefas das mulheres. Contudo, essa designação não é tão bem resolvida e aceita pelas mulheres, pois elas exprimem a necessidade da participação paterna nas conversas com os filhos, principalmente, em matéria de educação escolar; isto, portanto, é apontado como uma possibilidade de eficiência na educação formal dos filhos - seja porque elas consideram que o pai tem mais domínio nos assuntos apreendidos na escola, seja porque acreditam que o respeito ao pai sobre assuntos de socialização, relacionados à fase etária, seja mais contundente -; ainda, consideram que esta atitude possa ajudar-lhes em face das suas obrigações na vida conjugal e familiar.

Estas duas situações são configuradas nos relatos da seguinte forma:

*Mas, eu preferiria que ele tivesse paciência de conversar com as crianças porque tem assunto da escola que eu não lembro mais e tem coisas que é da vida que eles já tão ficando grandinhos e aí o pai podia ajudar.*

Frida, 43 anos, dois filhos.

*Ah tem, ele é formado em inglês, ele é um quase advogado e ele não se empenha em ajudar elas a estudar... eu falo pra ele: os pais devia ajudar, as mães participando dos estudos dos filhos. Eu passo o dia cuidando da casa, ainda chegar a noite e estudar, tenha dó, né?*

Capitu, 44 anos, duas filhas.

*Ele me ajuda muito..., Ele estuda com os meninos, principalmente na educação, principalmente com o mais velho, porque o mais novo fica mais comigo.*

Clarice, 40 anos, dois filhos.

Partiremos, agora, para a análise da variável *coesão interna*, uma dimensão pela qual se propõem conhecer a plataforma social e de gênero que sustenta as divisões conjugais do trabalho doméstico e profissional, bem como a forma de viver os lares, convocando para a investigação a questão da igualdade de gênero na conjugalidade.

No entanto, inicialmente, demonstramos que nossos achados possibilitaram conhecer que, em alguns casos, as mulheres não trabalham fora, nem tampouco desenvolvem qualquer forma de renda, e assumem todas as atividades domésticas, ou seja, o homem desenvolve o trabalho profissional remunerado e a mulher o papel doméstico, sendo este o modelo predominante na mentalidade.

Porém, existem os casos nos quais as mulheres realizam um trabalho que lhe proporcionam uma renda, desenvolvendo-os ou no próprio lar, ou até mesmo fora de casa, em tempo parcial, ou seja, elas ficam poucas horas distante de casa. Excetuando-se um caso no qual a mulher trabalha fora de casa, por pelo menos seis horas diárias. Porém, nestes casos, em que as mulheres buscam uma renda ou tem um emprego, estas seguem um tipo de vida

centrada no modelo dupla jornada de trabalho, onde participam ativamente no mundo profissional e são as responsáveis primordiais dos assuntos domésticos.

Vejamos abaixo, um quadro comparativo, que assegurado pelas vozes femininas, exemplifica cada situação descrita acima.

**Trabalho profissional:** *Não. Hoje eu não trabalho.*

**Trabalho doméstico:** *Assim, a parte de limpeza da casa e da cozinha é tudo comigo.*

Clarice, 40 anos, dois filhos.

**Trabalho profissional:** *Sim. Eu trabalho como esteticista, em casa, também por que eu tenho vários cursos de estética, e trabalho como free-lance, professora de educação física, também, uma hora todos os dias na semana pela manhã.*

**Trabalho doméstico:** *Somente Eu.*

Frida, 43 anos, três filhos.

**Trabalho profissional:** *Sim, trabalho na área de saúde, e sou empregada de uma empresa, e estou montado um negócio em sociedade com meu marido, somos sócios.*

**Trabalho doméstico:** *Fulano é muito amigo. Ele divide bacana comigo, eu digo que às vezes, ele sobrecarrega mais do que eu, porque às vezes na minha ausência ele acaba suprindo.*

Coralina, meia idade, dois filhos.

Nessa medida, são designados casais do estilo *diferenciação*, segundo o qual os casais apresentam uma *coesão interna*, arraigada no modelo tradicional - família tipicamente *parsoniana*<sup>26</sup> - e nominada, neste trabalho, ora como modelo *ganha-pão*, ora *desequilíbrio*; naquele caso, o homem assume a função de provedor financeiro da família; neste, as mulheres tem a preocupação de conciliar o trabalho doméstico, papel tradicionalmente atribuído às mulheres - os cuidados da casa e educação dos filhos cumulativamente com o trabalho remunerado, mesmo que seja realizado em casa ou fora dela.

<sup>26</sup>“Parosns propõe o estudo da família nuclear como um pequeno grupo-tarefa, no qual os membros adultos desempenham papéis altamente diferenciados, assimétricos e complementares, o que possibilita a presença de modelos masculinos e femininos claramente definidos. Nesse modelo, cabe à mulher ser esposa, dona-de-casa e, sobretudo, mãe” (BRUSCHINI, 1993, p.55).

Destacamos, ainda, que as mulheres que trabalham fora de casa não se envolvem com um trabalho cujas características demandem uma carreira - situação que tenderia a promover um conflito. Dessa forma, acreditamos que, como seus maridos têm uma carreira a ser seguida, elas se ‘conformam’ com o papel definido de mulher-esposa/mãe – embora, com variações -; eles podem desenvolver e investir em suas carreiras sem maiores prejuízos do ponto de vista das obrigações familiares, pois uma carreira demanda adequações específicas e empenhos extraordinários.

Entretanto, aprofundamos um pouco mais nossa análise sobre conjugalidade e trabalho feminino, e buscamos conhecer, entre as mulheres que tem um emprego ou mesmo uma maneira de captar uma renda, como se dá a divisão das despesas relativas ao sustento da família.

Constatamos que, apesar de algumas das mulheres desenvolverem atividades econômicas - trabalho, emprego e renda -, estas consideram suas remunerações um reforço às finanças domésticas, fortemente embasadas pelas relações de poder entre homens e mulheres no mundo do trabalho, quer dizer, pelas questões de gênero; trata-se de um viés ideológico que atribui à mulher pouca disponibilidade de tempo por conta do trabalho doméstico, considerando que o homem seja aquele quem naturalmente dispõe de um tempo maior, quer dizer de um tempo mais público e, por isso, a responsabilidade pela sobrevivência da família seja sua primordial responsabilidade.

Vejamos abaixo as falas das mulheres sobre o assunto:

*Nas despesas de casa eu ajudo, mas, assim, com as crianças, coisas que não é despesa, a despesa realmente é ele.*

*Frida, 43 anos, três filhos.*

*Nós juntamos o dinheiro e pagamos as contas..., já chegou um tempo que eu segurei a ponta sozinha, eu ajudei ele..., mas é ele quem segura mais as pontas. Eu contribuo.*

*Coralina, meia-idade, dois filhos.*

Nessa medida, além da divisão de papéis a partir dos domínios sexuais - no que tange aos trabalhos doméstico e profissional, demonstrada pelo modelo que se reproduz o estilo da família tradicional em que o marido trabalha e sustenta o lar, enquanto a mulher permanece em casa cuidando dos filhos e dos afazeres domésticos, o qual denominamos de *modelo diferenciação de estilo ganha-pão* - afirma-se que, no *estilo desequilíbrio* - no qual as mulheres trabalham, mas são, também, as principais responsáveis pelas atividades domésticas - suas remunerações são consideradas um reforço às finanças domésticas, elegendo o trabalho do homem como aquele responsável pelo sustento da família.

Para complementar a análise da *coesão interna*, parece persistir uma visão conservadora dos papéis dos cônjuges, porém, agora, sobre as atividades de lazer. Neste ponto, acrescentam-se novos elementos ao cenário e afirma-se a tendência para a desigualdade. Todos os casais comportam uma autonomia construída, apenas, para o lazer no masculino, uma vez que as mulheres não referiram quaisquer atividades realizadas sem a companhia dos seus cônjuges.

Observemos os quadros abaixo sobre a pergunta: Seu marido costuma sair para atividades de lazer sozinho?

*De vez em quando para tomar um chopp é uma coisa, o que não dá é você fazer disso uma rotina, assim é complicado!*

*Ada, 33 anos mãe de uma criança pequena.*

*Oh! De vez em quando, pelo menos uma vez no mês eu dou essa colher de chá a ele. Porque eu acho que ele precisa. Aquela conversa de homem, jogar aquela conversa fora.*

*Capitu, 44 anos, mãe de duas filhas.*

É necessário destacar a diferença entre os gêneros na esfera do lazer; as mulheres, discursivamente, aceitam que os homens tenham possibilidade de viver um lazer mais individual, denominado, por elas, como inerente e necessário ao sexo masculino, no máximo, negociável; trata-se de momentos vividos independentemente da companhia das mulheres e que podem ser realizado na companhia de amigos de bairro ou trabalho, pois, segundo elas, o

lazer masculino individual é um fato consumado na sociedade e inerente à natureza dos homens, sendo, por isso, possível de ser praticado. Estas afirmações foram colhidas quando inquirimo-las sobre a possibilidade de um lazer feminino individual, acompanhado apenas por amigas.

Vejamos, no quadro abaixo, as afirmações ora descritas nas falas dessas mulheres:

*eu tenho amigas da época da faculdade, mas quando minhas amigas da faculdade me chamam pra sair, ele vai comigo, eu nunca vou sozinha.*

*Coralina, meia-idade, dois filhos.*

*Ah não! Só assim, só eu e minhas... Não! Eu tenho uma amiga que a gente sai. Eu e ela, mas assim a gente não sai pra... A gente sai pra comprar, pra resolver assim. Não sai pra beber, pra balada assim não. Se for pra balada, se for pra beber, alguma coisa, eu sempre tô com ele.*

*Capitu, 44 anos, mãe de duas filhas*

Logo, no total do cenário de análise sobre *coesão interna e gênero*, observada pela esfera da divisão do trabalho doméstico e profissional, bem como pelas práticas de lazer, concluímos que, conforme as respostas acima obtidas, os casais são caracterizados pelo modelo conjugal centrado na desigualdade de gênero; trata-se de conjugalidades produzidas pela incorporação da divisão sexual do trabalho doméstico de um lazer, situado nas questões do gênero.

No que tange às *regras de coesão* - onde procuramos perceber o controle de recursos essenciais no casal, como o tempo livre e os gostos -, percebemos que as mulheres, mais uma vez, não exercitam suas individualidades e potencialidades, coadunando seus gostos e tempo livre ao bem-estar da família e ao interesse do casal.

Nessa análise, aponta-se para o fato de que as mulheres enquanto responsáveis pela reprodução da vida do marido e dos filhos, de uma forma geral, da família, não dispõem de muito tempo livre nem tão pouco de um tempo para suas próprias capacidades, sonhos,

vontades e gostos, e, assim, não conseguem elaborar e exercer atividades que correspondam às suas identidades.

É o que chamamos de *bolsa comum*, pois elas, também, procuram partilhar esses recursos com seus cônjuges de maneira que os aspectos individuais se anulem pelo preço de uma convivência em sintonia e estável; somem-se a isso dois fatores, por um lado, a mentalidade pela qual preserva o casal como uma unidade, fazendo com que ambos se reconheçam como um só, e, por outro, como seus maridos apresentam dificuldades em gerir e planejar parte de sua própria vida por conta do tempo destinado ao trabalho em vista das demandas espontâneas da carreira militar e as mulheres se destinam a afazeres mais previsíveis e rotineiros, parecendo ter mais tempo livre e contínuo; elas tendem a adequar-se à realidade de seus maridos, procurando ajustar seus gostos sem preservar uma identidade distinta da de seus cônjuges.

A negociação de conflitos frente a possíveis discordâncias é concebida como um ato pelo qual elas procuram não resistir, e, no qual, sucumbem, acreditando sempre numa mea-culpa, fortalecida por uma autoimagem negativa de sua personalidade ou pelos resíduos remanescentes de uma história de vida frustrada que outrora tiveram e que acaba não servindo para sua realidade atual, prejudicando-as numa certa medida.

Percebamos essa perspectiva referida nas falas das nossas entrevistadas:

*Porque tem horas que você tem que ceder, mesmo que você não concorde com aquilo. Tem coisas que você vai ceder mais, e você não leva tanto as coisas, assim em ponta de faca. Sempre fui independente, e quando começou a ter que dá satisfação, ter que pedir algumas coisas, isso aí no começo deu muito conflito, mas hoje em dia está muito tranquilo.*

*Clarice, 40 anos, mãe de 03 filhos.*

*É impressionante, e isso você vai ver na sua pesquisa, você vai ver, que a mulher sempre cede mais do que o homem. Até essas pequenas coisinhas. É impressionante, e isso você vai ver na sua pesquisa, você vai ver, que a mulher sempre, sempre cede mais do que o homem. Eu sei que sou às vezes cabeça dura e impulsiva, então eu tento me controlar e ceder mais.*

*Frida, 43 anos, mãe de 03 filhos.*

Ao observar a integração externa - que visa analisar o grau de abertura do casal para influências externas na construção da rotina do casal -, salientamos que os principais espaços de integração cultural e social, pelo qual ampliam sua relação com o mundo, declarados pelas mulheres, foram as festividades nas escolas dos filhos, no trabalho dos maridos, ou fora de casa para encontrar com os amigos, comemorando aniversários e datas significativas da família, ou mesmo celebrando o convívio e amizade; ainda, cinema e projetos sociais de serviços de saúde, educação e bem estar, realizado pelo poder público e voltados para crianças, jovens, homens e mulheres, existentes no bairro de suas moradias.

Constatamos que, através da escola dos filhos ou das festas sociais do trabalho dos maridos, passeios em shopping, cinema e, até mesmo, confraternizações particulares entre vizinhos e amigos, é que as mulheres entrevistadas buscam se integrar aos aspectos da vida externa, ou seja, para além de sua família.

Nesse sentido, a capacidade de socialização e experimentação de outras realidades e convívios, para além da vida em família, é pouco significativa no sentido expressamente numérico e, ao mesmo tempo, pela impossibilidade de se deparar com situações que lhes permitam perceber semelhanças e dessemelhanças de outras pessoas e mentalidades, ou seja, uma integração para além da arena socialmente conhecida. Nessa perspectiva classificamos a integração dos casais como abertura fraca, visto que são poucas as atividades realizadas, bem como esporádicas.

Nas respostas abaixo, são expostas os pressupostos de nossas colocações.

*Olha! Só festinha da escola das crianças, mas, o que a gente faz mesmo é receber os amigos em casa.*

*Frida, 43 anos, mãe de 03 filhos.*

*Às vezes quando têm essas festas da base, eu vou com ele, eu até gosto, porque a gente dança, e bebe uma coisinha! Mas o que a gente faz é ir ao cinema ou tomar um Chopp.*

Dorothy, 33 anos, dois filhos.

Explicitados os dados que indicam o retrato de como se caracterizam a *coesão e a integração externa* dos casais pesquisados pela versão feminina dos fatos, relembramos que pelo primeiro indicador - *práticas de coesão* -, buscou-se identificar como se estabelece a percepção da mulher sobre o que pode ser individual e o que pode ser do casal/família, em suma, identificamos formas específicas de se estar junto e separado.

Pelo segundo indicador – *coesão interna* -, buscamos saber a lógica que legitima e assegura os acordos entre os cônjuges, em duas dimensões do cotidiano conjugal: do trabalho doméstico e profissional e do lazer.

Por meio do indicador *regras de coesão*, procuramos perceber o alcance da preservação de uma possível individualidade feminina, ou seja, conhecer, em dois domínios importantes da vida em casal, como se gasta e gerencia o tempo livre e os gostos. Esta última dimensão de análise, permitiu identificar, de maneira mais explícita, a forma de construir a autonomia e a fusão dos casais, ou seja, permitiu observar, na crista dos recursos mais íntimos e inalienáveis dos indivíduos, como se está ancorada a vida do casal, apontando ainda mais os pressupostos que desenham estes casais em contornos fusionais – centrados no nós-casal/nós-família.

Mediante a análise da *integração externa*, aferimos o contato com o mundo exterior ao casal, observando a quantidade, qualidade e permanência de atividades externas à vida em família que são realizadas, ou seja, se existe uma diversidade de atividades extra casal e família que resulte no convívio com outras pessoas, ou melhor, que amplie o universo de sociabilidade dos casais.

Assinalamos, todavia, que, na análise das *práticas de coesão*, encontramos rotinas, características da modalidade *fusão expressiva*, ou seja, aquela na qual o exercício das atividades condizentes aos cuidados da casa e da família é realizado individualmente pelas

mulheres, e, ao se tratar das possibilidades de lazer e das conversas, existe uma vivência mais coletiva, centrada num nós-casal/família.

Esse modelo de *práticas de coesão*, denominado de  *fusão expressiva*, ao se relacionar às análises da *coesão interna* - que articulou as questões do cotidiano conjugal às perspectivas de gênero, ou seja, procurando conhecer a mentalidade pela qual se dá a divisão das atividades domésticas e profissional e o campo de possibilidades destinado para realização do lazer entre os sujeitos dos casais - constata-se um reforço ideológico. Pois, a lógica da  *fusão expressiva* - onde as práticas de lazer e conversas são realizadas pelo casal e as atividades do trabalho doméstico, individualmente, pelas mulheres – encontra vazão na desigualdade de gênero, que fora indicada pela análise da coesão interna.

Com efeito, concluímos que o aspecto  *fusional expressivo* - resultante das análises sobre as *práticas de coesão* - aporta-se, ainda, pela mentalidade de complementariedade de gênero e da dependência entre os sexos, a qual é constituída por um espírito de *diferenciação*, expresso mediante os modelos *ganha-pão* - o qual, por sua vez, foi constatado em quatro casais dos seis pesquisados - neles, as mulheres não trabalham remuneradas, cuidam, sozinhas e unicamente, das tarefas domésticas - e *desequilíbrio* – vivido pelos outros dois - no qual, as mulheres trabalham remunerado e ainda, são suas as responsabilidades do cotidiano doméstico.

Assim, as análises da coesão interna dos casais, em questão, correspondem ora ao modelo *tradicional* - tipicamente parsoniano pela configuração *ganha-pão*, em que o homem assume o papel daquele que sustenta e a mulher, o papel daquela que cuida – ora ao *desequilíbrio* - em que a mulher trabalha fora de casa e “contribui” no sustento da economia familiar e continua como a responsável principal pelo trabalho doméstico e cuidados com a família.

No que se refere ao campo das possibilidades de lazer, a autonomia é masculina, demonstrada através da permissividade de lazer individual para os homens sem a companhia da esposa, o que acrescenta mais um elemento ao cenário de diferenciação de gênero composto pelas formas de divisão conjugal do trabalho doméstico e do trabalho remunerado a partir dos papéis baseados no sexo. Afirma-se, aí, mais uma vez, a tendência para a desigualdade de gênero, pois, nos seis casais, o exercício individual de lazer é exclusivamente dos homens, visto que as mulheres não se referem a quaisquer atividades de lazer realizadas fora de casa sem a companhia do marido.

Nesse sentido, essa espécie de *coesão interna* comporta diferença entre os gêneros em função do sexo, caracterizada pela forte diferenciação dos papéis conjugais, tanto em matéria de trabalho doméstico e profissional, como na construção de espaços de lazer. Assim, o que pode ser percebido nas análises sobre *práticas de coesão* e *coesão interna* é que essas mulheres não vivem o que hoje se entende por casamento igualitário (VELHO, 1975 [1998]; FIGUEIRA, 1985; HEILBORN, 2004). O casal igualitário é aquele definido pela igualdade entre os sexos na divisão dos trabalhos domésticos, na valorização da subjetividade, da liberdade e de uma profunda busca de um eu interior.

Nas conclusões sobre as análises da *regra de coesão* articuladas ao resultado obtido nas análises das *práticas de coesão*, estabelecida em *fusão expressiva*, conseguimos enxergar com maior alcance a construção da autonomia e da individualidade dessas mulheres; referimos que as mulheres tendem a preservar a fusão do casal, não só nos aspectos das práticas cotidianas presentes no fazer conjugal, como no controle de recursos de caráter mais individual. A classificação *bolsa comum* é a manifestação expressa do sentimento do casal em coadunar os mesmos interesses, evidenciados em nossa análise pelos critérios de tempo livre e gostos.

Por último, resta-nos dizer que as famílias se integram com o mundo exterior, com uma intensidade de fraca à média, caracterizada pela ausência de convívio ou pela pouca expressão de atividade realizada para além da vida privada. Isto porque foram constatadas tímidas referências de atividades, citadas como exemplos de socialização e de integração a uma realidade externa à vida conjugal e familiar. Além disso, as atividades fazem parte de uma rotina que mais têm a ver com seus círculos domésticos, como as festas escolares, do trabalho ou particulares, do que com novos espaços que venham lhes apresentar um mundo diferente do habitual e comum, seja como casal ou individualmente.

Desse modo, sobre a classificação das interações internas dos seis casais/famílias estudados por essa pesquisa, podemos conferir as seguintes conclusões: o casal é produzido sob um contexto de diferenciação de gênero, tanto em termos de trabalho doméstico e de trabalho remunerado, como em vista do campo de possibilidades de viver uma atividade de lazer, sendo bastante significativa a desigualdade entre os cônjuges, ancorada pelo gênero.

A diferenciação de papéis conjugais é visivelmente percebida em matéria de lazer, pois aos homens é autorizado atividades de lazer fora de casa independente das mulheres, no que resulta uma tendência de autonomia no lazer estendida aos homens, porém, as mulheres realizam todas suas atividades de lazer fora de casa com seus maridos, condicionando a sua autonomia e individualidade a uma relação fusional expressiva no feminino.

Ademais, existe uma erosão dos recursos femininos em prol do nós-casal, ou seja, uma sobreposição das subjetividades dos cônjuges; frisamos que, em sua maioria, os recursos são adequados conforme as disponibilidades dos maridos, seja pelas questões do trabalho, seja pela mea-culpa da instabilidade emocional que estas mulheres assumem para negociar conflitos de interesse.

Essa forma de construir a conjugalidade nominada de interação do tipo *Bastião* (ABOIM, 2006, p.232) não deixa de comportar algumas maneiras de viver a autonomia face à

presença do nós-casal na vida das mulheres. Nesse modelo, pode ser considerado que exista uma autonomia fabricada, exatamente, através da diferença entre homens e mulheres - “esse tipo de família é também descrita em certa medida da mesma maneira que a família paralelo de Kellerhals” (ABOIM, 2005, p. 231).

O fato é que, apesar dos homens terem práticas mais individualizadas e autênticas na vida pública, estas mulheres encontram espaço para desenvolver performances individuais e de autonomias no cotidiano, no quadro da maternidade e do trabalho doméstico.

Logo, acreditamos que, embora seja apenas na cena da vida privada a referida autonomia, não podemos deixar de considerar esta habilidade como um traço desenvolvido a partir de escolhas e decisões mais pessoais dessas mulheres, ainda que esteja distante do que diz Velho (1975[1998]) - conjugalidades com “ethos vanguardista”, caracterizadas pela busca da “autenticidade”, “igualdade” e “contínua mudança” (SILVA, 2008, pp.25-26.); ou, ainda, do tipo “ideal, um tipo de autonomia do mundo moderno” (ABOIM, 2005, p. 231), que considera autonomia aquela desenvolvida no cenário público e privado da vida do indivíduo individualizado contemporâneo.

Vejamos, nas falas abaixo, um exemplo de autonomia centrada nas práticas domésticas:

*Oh! Muitas das coisas daqui de casa eu mesmo resolvo só, claro que eu comunico a ele, mas, eu tenho a liberdade de decidir, eu passo o dia aqui com as crianças, então, eu decido muita coisa.*

*Frida, professora de Educação Física, 03 filhos.*

*É assim quando eu decido uma coisa daqui de casa ele nem se mete. Quem nem os móveis que quando quebrou a mesa, ele queria trocar, por ele trocava rápido, eu disse, não, vamos esperar porque eu só quero aquele que vai ficar bem bonito, não adianta correr.*

*Capitu, dona de casa, 02 filhos.*

#### 4.1 Orientações normativas

A análise das orientações normativas, perspectiva clássica na abordagem da sociologia da conjugalidade, é importante porque, a partir dela, conhecemos os valores que vão dando sentido às trajetórias conjugais e familiares e à própria dinâmica interna, partindo da ideia de que “o sentido atribuído pelos atores sociais à sua vida familiar contribui para a produção dessa mesma vida familiar” (ABOIM, 2006, p. 239).

Nessa pesquisa, também, procuramos compreender os valores e objetivos que norteiam o grupo enquanto tal. Em suma, aferimos o que Burgess (1945) consignou, ou seja, “uma distinção ideal-típica entre instituição e companheirismo”, e que mais tarde Roussel (1908 e 1986) complexificou, tendo como base o grau de individualismo e de expressividade coletiva, demonstrados pelo grupo familiar (*apud* ABOIM, 2006, p.239).

No capítulo anterior, procuramos conhecer o tipo de interação pela qual se relacionam os casais em análise, enquanto, neste, quisemos conhecer os valores subjacentes às interações, através da descrição da matriz normativa que sustenta o casal, tudo isso para ratificar que os valores e as interações são elementos de uma mesma expressão.

A fim de aferirmos o peso de uma ou da outra norma, esmiuçada por nós no capítulo metodológico, demonstraremos as respostas colhidas nas entrevistas. Portanto, desde já, anunciamos que verificamos que se trata de um perfil normativo no cenário do modelo *instituição*, onde verificamos que o grupo tem valores e objetivos norteados pelo predomínio das questões estatutárias da família, normas de funcionamento, em certa medida, até frágeis a pressões sociais exteriores ao casal.

Nos relatos sobre o que é importante para viver em família, obtivemos respostas, sobretudo, que designam o afeto, o respeito e a fidelidade como um sistema estatutário da família, pelo qual se estabelece direitos e deveres.

Observemos o quadro dos resultados abaixo:

*Diálogo. Confiança. ...Então, eu acho assim, que além do diálogo é a confiança..., é..., a sinceridade.*

*Ada, curso superior, 13 anos de casada.*

*Respeito. Respeito e confiança. Porque quando você não respeita mais aquela pessoa que está do seu lado, você não ama ela. O amor vem porque você respeita aquela pessoa, ela é digna.*

*Clarice, Curso superior, 17 anos de casada.*

E sobre a possibilidade de dissolução do casamento, obtivemos respostas que contém um discurso sobre família como instituição, pela qual os sujeitos estão a serviço dela com papéis e suas normas definidas. As mulheres valorizam a perenidade do casamento, e, nos seus imaginários sobre a família, os sujeitos tem competências que não se embaralham e que fazem partes de um todo pré-definido num jogo de encaixe entre si, semelhante a um verdadeiro “quebra-cabeça”<sup>27</sup>, demonstrando uma compreensão do casamento como espaço naturalizado, onde as mulheres elaboram suas vidas, simplesmente pelo “deve ser” do casamento e não pela qualidade da relação.

Persegue-se, como objetivo último, a família unida; sua permanência e sua estabilidade se dão ao preço de seus esforços. Ademais, algumas delas viveram uma pressão social, por parte das famílias de origem, para casar e ter filhos.

Confirmemos nossas colocações sobre as informantes, a partir das seguintes respostas:

*Eu me imagino casada o resto da vida com meu marido..., eu não consigo imaginar a minha vida sem ele, entendeu? Eu posso tá errada, mas eu casei para viver junto com o meu marido.*

*Ada, curso superior, 13 anos de casada.*

*... Porque eu não consigo ver uma família toda..., Não que isso não possa acontecer se acontecer, aconteceu e aí a gente vai se virar. Mas, assim, se eu puder manter a família, eu vou até o fim...*

*Frida, curso superior, 15 anos de casada.*

<sup>27</sup> “Jogo que consiste em combinar peças para formar um todo e gerar uma figura” (MINI AURÉLIO ESCOLAR, 2002, p.573).

Nesses termos, identificamos um repertório moral que valoriza e concebe o casamento e a família como perenes e, fundamentalmente, valorizados como instituições que devem ser preservadas nos seus formatos idealizados, nos quais todos os indivíduos em relação devem estar a serviço de sua existência - a família antecede aos sujeitos.

Os discursos, que declaram o casamento como algo para sempre, bem como de que respeito, confiança, etc. são condições concretas e essenciais – qualidades referidas sob o ponto de vista moralista das relações -, à realização da vida conjugal, consideram, sobretudo, que os afetos são elementos que justificam, senão originam a união. Sobre esse assunto, comentaremos no capítulo seguinte. Enfim, as respostas acima catalisam os valores e objetivos mais conservadores e tradicionais sobre o casamento e a família veiculados pelas entrevistadas.

Percebe-se, ademais, que as orientações sobre família e casamento, discutidas acima, podem coincidir com as das famílias de origem das mulheres; de acordo com os relatos abaixo, é possível observar que a orientação normativa das referidas famílias invoca concepções de cunho conservador sobre casamento e família, seja ao conceberem o casamento como mecanismo de resgate da dignidade moral consentida às mulheres e suas famílias, seja porque considera o casamento a única maneira autorizada e reconhecida de entrada na vida em casal, ou, ainda, pela valorização das etapas socialmente construídas para viver um relacionamento; não podemos deixar de revelar que também nos foi apontado, em tom valorativo, o fato de que a experiência sexual vivida foi apenas no casamento.

Vejam, abaixo, como nossas entrevistadas confirmam essas conclusões:

*Minha mãe é assim, o sonho dela é que a filha case. O pânico dela era por que eu tinha 28 anos e era solteira, (risos) quando eu falei que ia casar ela só faltou soltar fogos de artifício, era tipo assim: graças a Deus não vai ficar para titia, (risos), graças a Deus, entendeu?*

Frida, curso superior, 15 anos de casada.

*Então assim, a minha mãe tinha umas bobearas, que eu entendo, porque eu sou mãe, Ela sempre dizia que tinha que namorar, e depois casar, tudo certinho, e namorar só em casa, na rua de jeito nenhum!*

Ada, curso superior, 13 anos de casada.

*E eu como filha caçula, a única que faltava casar, né?... ...meu pai não gostou que eu saísse para morar com ele, queria que eu casasse antes de morar junto.*

Capitu, curso médio, 18 anos de casada.

Frisamos como as orientações normativas se ligam a específicas formas de entradas no casamento. Nesse sentido, pesquisamos, também, os percursos de formalização da conjugalidade. Interessamo-nos em conhecer a maneira como as mulheres iniciaram a vida em casal, se pelo casamento, se pelo ato informal de partilhar o mesmo espaço e outros pertences. Nesse aspecto, uma mulher, apenas, afirmou ter vivido em união estável, por alguns anos, antes do casamento civil. No entanto, a história dessa coabitação não ressoa uma atitude de tendência a contornos modernos, no sentido da *desinstitucionalização*<sup>28</sup>, ou seja, não pretende um rompimento com o pensamento político-religioso dominante e formal.

Foi percebido, durante a entrevista, que esta mulher, embora tenha vivido cinco anos em união estável, seu sonho sempre foi o de casar na igreja, sobretudo, de véu e grinalda,

<sup>28</sup>«A família se desinstitucionaliza num movimento acrescido de uma privatização ainda mais forte ou dizer, individualizada. Porque ela recusa papéis pré-fabricados, a desigualdade entre homem e mulher, normas vigentes e controle social – privado ou público. Enfim, a família rejeita os caracteres mais institucionalista do casamento e da família. Numa família desinstitucionalizada, apenas, o indivíduo, as suas escolhas e o seu bem-estar contariam como elementos determinantes, livres dos pesados condicionamentos da família como instituição» (ABOIM, 2006, p.31).

configurando-se esta união informal mais como uma fase de transição na construção da vida familiar de que uma alternativa ao modelo de entrar na vida a dois<sup>29</sup>.

Nos demais casos, duas mulheres só casaram no civil, mas isto porque uma delas não tem religião e a outra tem uma religião diferente de seu marido; as outras três mulheres realizaram seus casamentos no civil e religioso. Logo, nos seis casos, pontuamos que todas as entrevistadas só passaram a conviver ou a se entenderem socialmente com o sentido de conjugalidade depois de terem casado no civil, porque para elas o casamento civil é o mecanismo mais legítimo para se casar e viver matrimonialmente.

Nesse sentido, salientamos que a orientação normativa institucionalizada, colhida na análise anterior, cimenta a forma de entrada na conjugalidade dessas mulheres, e, assim, os casos que fogem ao paradigma de entrada na vida a dois - união estável e os casamentos realizados, apenas, no civil - nos sugerem percebê-los mais como um mecanismo de adaptação de uma realidade aos condicionantes da vida moderna e sua dinâmica contemporânea, do que um enfrentamento aos costumes tradicionais dominantes sobre família e conjugalidade. No caso da união estável de Capitu, podemos afirmar que seu encadeamento resulta do que Roussel assentaria como experimentalismo relacional – trata-se do período de teste entre os futuros cônjuges com o objetivo de verificar as possibilidades de sucesso do matrimônio e/ou preparar, sem ansiedade, as condições necessárias ao ritual.

Não se trata de uma concepção diferenciada e ampliada dos valores sobre casamento e família, até porque, conforme os relatos abaixo, estas mulheres se interessaram, por exemplo, em preservar o nome de família em respeito ao pai, enquanto representante incondicional de sua origem e identidade, ou mesmo, porque revelam a trajetória conjugal, seguida de etapas necessárias para desenrolar o matrimônio, como namoro, noivado e, então, casamento, relatadas como importantes na vida do casal para alcançar um bom casamento.

---

<sup>29</sup>“Conclusão que alinha com dados apontados por vários autores (Bozon, 1991a; Roussel, 1989; Graefe e Lichter, 1999; Ottosen, 2001)” (ABOIM, 2006, p.100).

Notemos o que falam as informantes sobre o assunto da trajetória de seu relacionamento:

*Eu casei numa capelinha lá em São Paulo. Foi um casamento super simples, sabe? Assim, só tinha os meus padrinhos, os padrinhos dele, meu pai entrou comigo. Pouquíssimas pessoas. A igreja assim foi muito simples. É, mas assim sabe? Eu acho que tinha naquele momento assim, Deus baixou e falou assim que a felicidade vai reinar.*

Capitu, curso médio, 18 anos de casada.

*Ficamos um ano e meio com a promessa de que ele se formava num dia e casava no outro, e eu tava terminando a faculdade também, a minha mãe sempre deixou a gente muito à vontade, mas queria que a gente casasse.*

Ada, curso superior, 13 anos de casada.

Logo, fica próprio a uma confirmação, verificada empiricamente, que a interação de tipo *bastião* se liga às orientações normativas mais institucionalizadas e vice-versa, enquanto estas últimas, a uma forma específica de entrada na conjugalidade.

Acreditamos, então, que os domínios de compreensão de valores sociais e de objetivos, que concorrem à eterna busca pela família e pelo casamento ideal - na qual seus esforços são demandados e direcionados -, imprimem no cotidiano da vida conjugal dessas mulheres a, denominada e já classificada, fusão conjugal - que prescinde bastante de sua identidade.

Dessa forma, as escolhas do modo de vida, que cada um desses casais decide viver, parecem buscar uma equiparação exterior, um enquadramento em um modelo institucional; desde seu início, a vida privada se estrutura, antes de tudo, no alinhamento de paradigmas sociais, constituídos por papéis, normas, sentimentos e afetos entre as pessoas em conjugalidade e em família.

O acento tônico na diferença de gênero, vivenciada na interação e, por conseguinte, justificada pela orientação normativa institucionalizada de família e casamento,

pode, mediante alguns fatos sociais, a exemplo da inserção da mulher no mercado de trabalho, agenciar um relaxamento das características centrais das diferenças de gênero.

Conforme veremos nas análises sobre capitais sociais, as mulheres consideram importante o aspecto profissional e o trabalho remunerado em suas vidas, do ponto de vista de suas características individualizantes, mas que não passa de uma afirmação da autonomia no feminino, enquanto “prática e como tipo-ideal”, sendo uma postura “tão naturalizada e incorporada como a da família conjugal moderna”; assim, segundo Torres (2001, p.27), “a vontade de manter uma atividade econômica remunerada como forma de maior independência financeira, de valorização pessoal, de reconhecimento das competências” é revelada pela maioria das mulheres entrevistadas; inclusive, elas acreditam que parte dos conflitos pessoais e conjugais pode partir dessa necessidade, muitas vezes, difícil de conciliar com a carreira militar de seus maridos.

#### 4.2 Contextos socioeconômicos, profissionais e redes de apoio

Decidimos, também, observar os capitais escolares e sócios profissionais dessas mulheres, bem como a rede de apoio, pois, acreditamos que estes fatores podem delimitar, objetivamente, os contornos da dinâmica interna da conjugalidade e da família.

Na atualidade apenas duas das seis mulheres desenvolvem trabalho remunerado e fixo; Coralina trabalha como contratada de uma empresa nacional; Frida é professora de Educação Física – embora sem vínculo empregatício, desenvolve esta atividade de modo constante; Capitu e Dorothy trabalham em suas residências com atividades culinárias, vendendo tortas e salgados para uma demanda eventual das colegas de vizinhança, esposas de outros militares; Ada e Clarice, no entanto, já trabalharam, quando ainda não tinham filhos ou quando só tinham um, porém, ambas estão por até seis anos sem trabalhar de maneira remunerada, assumindo, exclusivamente, a condição de donas de casa.

Nesse sentido, buscamos, também, articular os contextos profissionais e de conjugalidades, isto porque, essas mulheres, antes de casarem ou do nascimento dos filhos, estavam inseridas nos espaços do mercado de trabalho de suas profissões; aludem para o fato de que antes de casar, ou seja, quando moravam com suas famílias de origem, elas tinham uma condição mais favorável a investimentos pessoais do que proporciona a realidade da vida de casada, alegando uma qualidade no modo de viver e gestar a vida durante essa fase, no sentido de que, no tempo em que moravam com a família de origem, era possível desenvolver um trabalho remunerado em suas áreas de conhecimento e estudo, ou mesmo em outro ramo, e que através do trabalho elas garantiam suas independências econômicas, levando-as a realizar seus projetos pessoais mais íntimos.

Vejamos o que elas nos dizem sobre o assunto:

*Nunca joguei na cara dele, eu podia tá muito bem na minha vida se eu não tivesse te acompanhado, eu quando casei com ele eu tinha um excelente..., um excelente estágio, eu não fui..., eu não efetivei porque eu já sabia que ia casar, e que eu não ia morar no Rio, então eu combinei com a empresa de terminar. Então, eu nunca joguei na cara dele, oh! Eu tô hoje, ando a pé, passo calor, passo perrengue por sua culpa, porque você..., nunca joguei na cara dele!*

Ada, administradora de empresa.

*E quando eu fui viver com ele, ainda no Rio, eu trabalhava, aí, eu falei: não, não quero filho, que eu não quero te prender, eu gosto da minha liberdade. Eu saía, ia curtir meu carnaval, eu saía à noite curtia pra caramba com ele, minha vida no início era só curtir, eu trabalhava e não tinha filhos, então, o tempo que eu não tava de plantão eu tava curtindo com ele.*

Capitu, Técnica em enfermagem.

Em resumo, estas frustrações foram ocasionadas pelas responsabilidades da vida doméstica, ou seja, pelos deveres do trabalho destinado aos afazeres da casa e aos cuidados com os filhos e, especialmente, para as mães de crianças pequenas, pois, conforme as entrevistadas, o cuidado com a educação das crianças e as outras responsabilidades derivadas da maternidade somada às responsabilidades domésticas da casa, se tornaram, ao passar do

tempo, obstáculos nas suas carreiras profissionais. Some-se a isso, a falta de uma rede de apoio<sup>30</sup> - mencionada como uma dificuldade que potencializa suas frustrações profissionais.

Além disso, como muitas vezes o orçamento doméstico não comporta uma contratação de uma empregada doméstica e/ou babá, elas acreditam que a aproximação territorial com a família nuclear seria uma possibilidade concreta de solucionar o problema de sair para trabalhar - perto de suas famílias elas poderiam ter mais tempo e condição de assumir uma jornada de trabalho. Por exemplo, a única mulher, nesta pesquisa, Coralina, que tem uma jornada de trabalho, igual ou superior a 40 horas semanais, quando pariu seus filhos, morava na mesma cidade que sua família de origem e usufruía dessa rede de apoio, tendo, por exemplo, iniciado sua faculdade nesta época.

Ada e Frida concluíram o ensino superior quando moravam com seus pais, ou seja, entraram no casamento com este capital social; entretanto, logo que saíram de suas cidades natais e tiveram seus filhos, não deram prosseguimento aos estudos com especializações, mestrado, etc.; no caso de Ada, não mais trabalha de modo remunerado.

Capitu depois que se tornou mãe e mudou de cidade não conseguiu continuar trabalhando, tampouco ingressar em uma universidade. Apenas Clarice concluiu o curso quando já estava casada e tinha filho pequeno. No entanto, nesse tempo, como estava longe de sua família de origem e trabalhava remunerado, contratou uma trabalhadora infantil para cuidar da criança na sua ausência, porém, quando, novamente, mudou de cidade, perdeu o emprego e o outro filho nasceu deixando de investir na sua vida profissional.

Assim, o fato de terem saído de perto de suas famílias de origem se tornou oneroso para a vida dessas mulheres, tendo em vista que a despesa com trabalhadora doméstica e babá para suprir as demandas com os cuidados com os filhos e outras obrigações

---

<sup>30</sup> No ponto, como já mencionado, resultante das transferências entre cidades.

domésticas, como cozinhar e limpar a casa, não é compatível com o orçamento familiar. Desta forma, os seus desejos de viver um projeto profissional são relegados em face do contexto socioeconômico e, fundamentalmente, em favor de seus papéis de gênero e de concepção institucionalizada de família.

Contudo, do ponto de vista do exercício da privacidade conjugal, o fato de ter que ficar distante da família de origem, de ambos os cônjuges, foi considerado por todas as entrevistadas como um avanço importante na vida conjugal. Para elas o contato e a aproximação com sua família de origem ou com a família de seus maridos lhes traziam um indesejável desconforto ou, propriamente, um desgaste de ordem emocional.

Nessa medida, a distância lhes rendeu uma condição apropriada para a individualidade do casal, o que na fala de uma das entrevistadas foi tratado como “amadurecimento pessoal e do casamento” ou, em outros termos, “um campo neutro” capaz de promover a construção da identidade do casal mais independente e livre de possíveis constrangimentos, fomentados pelas interferências das famílias de origem.

Segundo Torres (2001, p.27), essa situação pode ser compreendida no sentido segundo o qual alguns autores, desde Durkheim (1975), consideram como sendo a crescente autonomia da família nuclear face aos ascendentes, favorecendo espaços para a individualidade de cada membro da família nuclear.

Entretanto, nesses casos, a distância foi percebida com maior pesar, especificamente, quando se deu o nascimento dos filhos; quando as mulheres se tornaram mães, havia a ausência de uma rede de apoio, especialmente, do apoio por parte de familiares de origem. Entenda-se rede de apoio - conforme a ótica dos recursos - como ter alguém para confiar à segurança e a educação dos filhos, funcionando como uma condição que lhes aumenta o poder de individualidade e realização pessoal, ou mesmo, de autonomia, do ponto de vista econômico dessas mulheres.

No que concerne à construção da intimidade amorosa do casal - resultante da privatização<sup>31</sup> da família conjugal -, especialmente, nos primeiros anos de convivência, essa distância é vista como uma vantagem, senão uma espécie de amortecedor de constrangimentos sócioemocionais. Por isso, esse afastamento, consubstanciado como um avanço para a construção da identidade do casal sugere, segundo as mulheres, a necessidade de uma distância, em sentido concreto, das famílias de origem, para construir uma identidade própria sobre as questões pertinentes à vida de um relacionamento conjugal e familiar.

Elas nos revelaram esse sentido ambivalente da distância da família de origem da seguinte maneira:

**Desvantagens:**

*Eu sai grávida do Rio com dois meses e fui pra Pirassununga. E aí não conhecia ninguém, barriga só crescendo, só crescendo sem poder trabalhar [...] E atrapalhou, atrapalhou..., que não foi nem a cidade, foi a questão de ter os filhos pequenos, não ter assim apoio de família, né?*

Capitu, 44 anos, dona de casa.

*Perto da família com certeza nos teríamos um amparo melhor, pra tudo, especialmente, pra minha vida!*

Dorothy, 33 anos, dona de casa.

**Vantagens:**

*Assim, que a gente casou fomos morar em Santa Maria, foi a melhor coisa que a gente fez. Foi a melhor coisa que a gente fez, porque recém-casado a gente foi se descobrir longe de todo mundo, teve que aprender a se virar, eu avalio como foi bom, porque a gente se tornou independente.*

Ada, 33 anos, dona de casa.

*É que os teus problemas, você tem que resolver os dois sozinhos os nossos problemas eu consigo resolver e então nem passo pra ninguém, só assim uma besteira... Principalmente, agora que as crianças já estão mais crescidas, e quando eu quero resolver minhas coisas eles já ficam. Agora quando eles eram menores a gente sentia mais falta da família.*

Clarice, 40 anos, dona de casa.

<sup>31</sup>“Destaca precisamente esse corte de amarras com a regulação exterior exercida pelo parentesco, pelos vizinhos, pela comunidade, sem o qual a intimidade amorosa seria ameaçada pela constante imiscuição de outros” (SHORTER, 1995; ARIÉS, 1973; *apud* ABOIM, 2006, p.30).

Noutra medida, buscamos verificar, através das entrevistas, qual o significado atribuído ao trabalho profissional - se estratégia de sobrevivência familiar e fonte de independência financeira ou se fonte de gratificação e forte projeto de individualidade. Essa compreensão nos deu uma maior percepção do significado de autonomia e individualidade para as mulheres inseridas nesse contexto.

Conforme escrevemos no capítulo sobre o perfil das interlocutoras desta pesquisa, todas elas trabalhavam antes de casar ou durante certa fase do casamento, tendo permanecido trabalhando, de forma descontínua, ao longo do convívio conjugal, apenas duas mulheres, Coralina e Frida. Entretanto, é ponto pacífico entre elas o fato de que o trabalho feminino é essencial para a vida da mulher na atualidade.

Mas, ao tratarmos sobre a questão dos significados atribuídos ao trabalho profissional, não foi possível verificarmos uma unicidade entre as entrevistadas. Para algumas delas o fato de não estar trabalhando lhes rende um conflito mais interior, fruto de um projeto forte de individualidade, como se o eu reclamasse cada vez mais um papel mais autêntico; elas, por isso mesmo, vivem em uma tensão entre dois polos; um, que deseja desenvolver as suas capacidades pessoais através das questões profissionais e do trabalho, e outro, que não deixa de querer viver em família ao modelo moderno, sem perder de vista as suas funções mais naturalizadas e os papéis de gênero, conforme observamos nos capítulos anteriores.

Outras dessas mulheres sentem falta do trabalho remunerado pela indubitável independência econômica caracterizada por melhores condições de garantir o sustento, como educação, moradia, alimentação etc., para si e seus filhos; ademais, proporciona-lhes uma autonomia resultante da capacidade de realização material referente à inserção social pelo consumo de moda, eletrodomésticos, lazer etc.; além disso, elas, por serem dependentes financeiramente de seus cônjuges, são cobradas e criticadas por pressões externas,

circunstância fruto da naturalizada e interiorizada inserção da mulher no mercado de trabalho na sociedade moderna ocidental.

Vejamos o quadro abaixo que exemplifica as duas situações:

**Projeto forte de individualidade:**

*Parei minha vida pra cuidar dela, só que eu sinto falta de um momento pra mim, não é que eu seja egoísta. Eu preciso de ter os meus amigos, de ser alguém, sinto falta de minha profissão, de uma vida pra mim. Na vila, eu só a mulher do (fulano). Eu não sou ninguém. Sou a mulher do (fulano). Aqui e no quartel eu não sou ninguém. Sou a mulher do (fulano). E com os coleguinhas de Gabriela eu sou a mãe da Gabriela, quer dizer, eu não sou nada, né? Eu sou um zero a esquerda, eu sou a mulher do (fulano) e a mãe da Gabriela, sinto falta de ser eu mesma! Eu sinto falta disso, entendeu? Ada, 33 anos.*

**Fonte de independência:**

*Foi difícil! Eu tinha que escolher, e aí eu tive que fazer a grande escolha de ficar desempregada. Mas, foi uma opção..., que por um momento eu passei por uma barra, porque você ter sua independência financeira é muito bom.*

Coralina, meia-idade.

Assim, percebemos que o lastro profissional, vivenciado na vida de solteira e sem filhos dessas mulheres, muitas vezes não se desenvolveu quando passaram a viver em casamento, seja pelo ambiente fomentado pela mentalidade de diferenciação entre os gêneros, segundo anotado no estudo sobre coesão interna, seja, de acordo com o consignado nas observações sobre rede de apoio, pela ausência desta; tanto aquele motivo, quanto este pode configurar uma dificuldade objetiva e concreta nos aspectos pessoais da vida dessas mulheres, mais, especificamente, no que tange ao trabalho profissional. Ademais, o sentido do trabalho profissional para as mulheres não correspondeu a um mesmo significado, tendo este variado entre elas, conforme acima discutido, o que nos revela a ambivalência no teor conceitual sobre autonomia e trabalho.

Todavia, percebemos que as mulheres, que não trabalham, projetam um retorno ao mundo do trabalho, enquanto aquelas, que desempenham uma atividade profissional, uma melhor qualificação de suas escolaridades e até uma colocação mais prestigiada no âmbito

profissional; tanto em um caso, como no outro, os projetos dependem, segundo as entrevistadas, do alcance da maioria por parte de seus filhos. São planos de atividades que venham lhes dar prestígio social e profissional, seja por ordem financeira ou mesmo pelo motivo de identidade e satisfação pessoal na realização do “eu”, como exposto acima.

Na perspectiva da vida profissional, normalmente, foi citado, como objetivo, um negócio próprio ou um emprego público ou privado. Contudo, mesmo que presente, muitas vezes, nas narrativas, esse horizonte profissional, construído e inscrito em um plano sinuoso, seu projeto depende, antes de tudo, de outras definições mais situadas em questões pertinentes à vida de seus filhos. Assim, essas mulheres parecem viver tensões resultantes dos conflitos entre um eu e um nós-casal/nós-família, embora, por outro lado, trate-se de uma interação que se põem, sobretudo, fusional e de complementariedade de gênero, resultando em um eu mais passivo.

Esse quadro nos apresenta que se situa no espaço doméstico as maiores implicações e tortuosos impasses e dilemas da vida dessas mulheres, uma vez que, a inserção e o desenvolvimento da mulher no âmbito profissional, frente à vida conjugal e familiar, demanda uma ressignificação de ambos os indivíduos face aos papéis de gênero, tradicionalmente, estabelecidos na família, exigindo uma ponte de ressignificação da socialização entre homens e mulheres, família e indivíduo.

## Capítulo 5

### O afeto num lugar de destaque

O sentimento amoroso é uma das marcas fundadoras que acompanham o movimento de modernização das sociedades ocidentais, fazendo-se presente na contemporaneidade. O debate sobre o amor, segundo Aboim (2006, p.44) ganha relevo central quando, por exemplo, Elias (1993) alude para o fato de uma construção entre o eu e o nós, formatada para além dos interesses do parentesco, demarcando o corte de relações familiares em prol da constituição de outros laços mais originais gerados por uma escolha ou interesse pessoal; ainda, quando Beck e Beck-Gernsheim (1995) debatem a inter-relação entre liberdade, igualdade e amor em vista da discussão sobre individualização.

Na atualidade, o casal encontrou legitimidade na escolha amorosa para se constituir e, ao longo da história, a construção do casamento, como relação de amor, adquire características de hegemonia na contemporaneidade. Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é explorar a dimensão afetiva da conjugalidade, conhecendo as delimitações que os sentimentos imprimem às dinâmicas internas na construção das rotinas dos casais analisados.

Para tanto, é necessário conhecer o tipo de sentimento - discursivamente valorizado nas relações conjugais - e a trajetória afetiva - como modo de aferir possíveis mudanças ocorridas nos sentimentos ao longo dos anos conjugais, passando pela análise da história da trajetória afetiva-conjugal das seis mulheres da pesquisa. Com efeito, relembremos que estas mulheres se casaram, em média, com idades entre 21 e 28 anos, cujos casamentos se consolidaram subjacentes a um contexto sentimental, percorrendo etapas socialmente definidas, que aqui definimos como “pré-nupciais”, isto é, namoro e noivado.

Logo, é preciso notar que existem maneiras diversas de expressar e nominar o afeto nas relações, bem como nas formas de incorporação, isto por que os discursos sobre

afeto se reatualizam de maneiras específicas e apelam à conjunção de vários processos sociais concomitantes, como a valorização da igualdade entre os gêneros, a realização e a liberdade pessoal – os quais constituem bons exemplos. No entanto, “o desejo de encontrar uma satisfação afetiva plena e até pouco realista faz parte dos ideários contemporâneos mais comuns” (SINGLY, 2000, p. 20).

Conforme apresentado no item 3.3 do capítulo metodológico, Frida e Coralina não casaram no religioso, isto porque Frida não tem religião, e Coralina é da religião protestante e seu marido, apenas simpatizante; ambas oficializaram o enlace matrimonial apenas no civil.

Ada, Clarice e Dorothy, cujos maridos são católicos praticantes como elas próprias o são, casaram-se com cerimônia religiosa e civil. Já Capitu, embora seja católica praticante, viveu em união estável por até cinco anos, pois seu marido estava em processo de divórcio, casando-se, depois, com ele, no civil e no religioso.

Nas trajetórias das relações de Frida e Capitu, ambas conheceram seus cônjuges enquanto namoravam outra pessoa, passando, em seguida, ao término deste relacionamento e dando início ao namoro com seus maridos.

Nos casos de Clarice e Ada, as duas conheceram seus maridos quando ainda eram pré-adolescentes com, respectivamente, onze e treze anos; elas e seus cônjuges estudavam nas mesmas escolas, iniciando o namoro nessa época. Nas histórias de Dorothy e Coralina, os encontros com os seus cônjuges se deram a laia do amor à primeira vista, “em um dia de sol”, em passeio com amigos incomuns.

As histórias acima revelam que as trajetórias das relações conjugais são frutos de suas mais íntimas escolhas afetivas, caracterizando a importância dos sentimentos nas trajetórias e identidades. Com efeito, observaremos que a principal motivação para o namoro se desdobrar em um casamento foi o afeto, a sentimentalização das relações, traduzido pelas

informantes pelo verbo gostar ou apaixonar, ou seja, a conjugalidade justificada pelo acento tônico concedido ao afeto na constituição da relação.

Nessa medida, podemos refletir que tais fatos pressupõem uma valorização do indivíduo e de suas escolhas, concebendo um entendimento que resulte de uma aceção de modernização e mudanças operadas na vida na familiar.

Vejamos, abaixo, as vozes das mulheres quanto às histórias e à motivação para os relacionamentos com os maridos.

*Uma amiga me chamou para uma festa, eu fui, aí tinha uma outra pessoa que estava indo lá para casa me encontrar, quando ele chegou eu falei, oh! Vou sair com minha amiga..., foi nesse dia que eu conheci ele... Era o destino mesmo, uma coisa assim..., Eu tinha que ser mulher dele e ele tinha que ser meu marido, meu homem, foi amor mesmo.*

Capitu, dois filhos e 18 anos de casada.

*Eu conheci ele na escola, eu achava ele bonitinho, aí a gente começou a namorar. Fomos dois adolescentes que se apaixonaram.*

Clarice, dois filhos, 17 anos de casada.

Conforme verificamos, a causa do casamento foi, sem dúvida, o afeto, que, então, se revelou como amor, paixão ou gostar, três variações na forma de denominar o sentimento. Além do mais, para estas mulheres, a relação se tornou madura ao longo da vida conjugal, ao viverem, no dia a dia, a cristalização da intimidade proporcionada pelo convívio que solidificou a confiança e segurança no companheiro e, sobretudo, sedimentou os sentimentos. Contudo, repita-se que todos os afetos referenciados pressupõem a existência do casal, sem os quais não haveria a vida a dois.

Todavia, buscamos investigar a estabilidade da natureza dos sentimentos durante os anos de convivência conjugal, comparando o tipo de afeto relatado no início conjugal até os dias atuais. Nossa pretensão, nesse ponto, foi extrair a percepção das mulheres sobre a trajetória progressiva e mutável que pode ensejar os afetos nas relações conjugais. Nesse sentido, conseguimos, a partir dessa análise, enfatizar a importância concedida aos afetos para

a permanência e existência conjugais, permitindo uma melhor compreensão das interações apreendidas nas análises anteriores.

Nessa linha, afirmamos que os seis casos correspondem a um tipo de sentimento ideal que é romântico e *subjetivamente estático* frente aos anos de intimidade e relacionamento, isto é, há uma “ausência de percepção de mudança nos aspectos sentimentais da união” (ABOIM, 2006, p.188). Ressaltamos que algumas das mulheres transmitiram uma ideia de mudança de comportamento, indicando que a forma de manifestar os sentimentos, ao longo dos anos da vida a dois, metamorfoseou-se e perdeu algumas expressões características da época de namoro, ou de quando ainda eram um casal sem filhos. Entretanto, avaliaram que a convivência conjugal proporcionou novas emoções, geradas pelo nascimento dos filhos e pela vida em família, que alimentam a chama do sentimento inicial.

Designaram que o sentimento permaneceu, essencialmente, inalterado, inclusive em face das divergências ou alterações dos projetos individuais e conjugais, ou mesmo diante, dos conflitos proporcionados por dissabores decorrentes da convivência, mantendo-se no presente igual ao que era na época do início do namoro. O caráter subjetivamente estático dos sentimentos pelo cônjuge foi, às vezes, descrito de modo “quase místico e pouco sexualizado” (ABOIM, 2006, p.188), ou seja, de forma mais religiosa, aproximadamente, prescindindo de desejo sexual.

Nesse sentido, consignam as informantes:

*A partir do momento que eu não gostar mais dele eu sou mulher o suficiente pra dizer a ele que eu não quero mais. Meu amor por ele nunca muda, por isso estamos juntos até hoje.*

Dorothy, dois filhos, 12 anos de casada.

*Casei por amor. O que eu sinto por ele é uma coisa assim sem explicação..., é doação, companheirismo, cumplicidade... Coisa de Deus. É amor mesmo desde sempre.*

Clarice, dois filhos, 17 anos de casada.

Ademais, nas entrevistas sobre esse tema, descobrimos o peso dos afetos na vida conjugal, melhor, se estas mulheres procuram ou habitam um mundo conjugal valorizado, unicamente, pelos afetos entre os cônjuges. Certos valores institucionalistas, nos quadros normativos das mulheres em questão, podem, afinal, trazer para os seus projetos de conjugalidade um significado a mais, como o de assumir um papel específico, condicionado às relações de parentesco entre mãe e filho.

Numa leitura mais ampla sobre o interesse em permanecer casadas, observamos que o primado afetivo não é um elemento que surge isolado para justificar as conjugalidades, apresentado a dimensão parental um peso importante. Salientamos que, para as mulheres inquiridas, casar implica ter filhos; logo, o afeto está presente tanto na conjugalidade, como na parentalidade desenvolvida no casamento. A maternidade foi admitida pelas mulheres como uma experiência compensadora e extremamente gratificante, necessária à mulher e à vida conjugal.

Embora o afeto entre os cônjuges, inicialmente, justifique a relação, outras dimensões na vida em família confirmam o laço conjugal. O que é importante notar é que, no caso das entrevistadas, elas sustentam o sentimento ao cônjuge como o elemento motivador para o casamento, mas as permanências nas conjugalidades ganham maior substância ao se conferir um estatuto - enquanto mulher mãe - ao exercício de suas atividades parentais.

Verificamos, assim, que o afeto justifica a conjugalidade, mas, sobretudo, o que assegura o casamento é a relação parental entre pais e filhos, que aos olhos delas é essencial aos filhos. O destaque das funções, norteadas pela família ideal, foi o que percebemos como motivo para manter o casamento, ou seja, uma das razões para que estas mulheres abram mão de seus mais íntimos desejos - nos quais, provavelmente, estão contidas as suas trajetórias profissionais - e passem a acompanhar seus maridos na carreira de militar.

Com a indagação sobre quais seriam, hoje, as dificuldades para uma separação, obtivemos respostas como estas:

<i>Hoje, eu acho que hoje, o que pesaria é a minha filha.</i>	<i>Até, pensar no ponto de me separar dele, só não pensei mais, por conta das meninas.</i>
Ada, 33 anos, mãe de uma criança de 03 anos.	Capitu, 44 anos, mãe de dois filhos.

No entanto, o que vemos diante dessas repostas é que a conjugalidade não é só um lugar de produção de afetos conjugais, nela se produzem também funções e recursos materiais. Construir um casal é também somar desejos, planos e condições materiais etc., elementos esses, que dão a densidade e contextura que molda à vivência da relação afetiva. Em suma, concluímos, por uma parte, que as mulheres casadas com militar e com filhos pequenos não habitam, sequer desejam viver em uma conjugalidade que esteja, apenas, na esfera do ideário afetivo entre os cônjuges; dessa relação, elas adquirem outras recompensas que lhes permitem, conforme suas orientações normativas e valores sociais, escrever sua própria história de vida<sup>32</sup>.

---

<sup>32</sup>“A família, apesar de hoje se legitimar primordialmente pela natureza afetiva das relações, não perdeu, como apontam Kellerhals *et alli* (1982 e 2000), muitas das suas funções instrumentais de produção econômica, de educação, de apoio material” (ABOIM, 2006, p.169).

## Capítulo 6

### Um resumo das dinâmicas conjugais

Face ao conjunto de dados que progressivamente foram apresentados durante todo o corpo da pesquisa, é necessário, contudo, rever, os pontos fundamentais da investigação sobre dinâmica conjugal, recordando o fio condutor da pesquisa balizada pelas seguintes questões norteadoras: interação, orientação normativa, contextos socioeconômicos e profissionais, rede de apoio e orientação afetiva, todos subjacentes à dinâmica conjugal de mulheres casadas com militar.

Como verificamos, o grau de autonomia e de dependência de cada indivíduo pode, no entanto, ser variável segundo a situação particular concernente a recursos, trabalho, responsabilidades, competências, enfim, conforme as contingências da produção da vida material no caso concreto dos contextos sociais. Além do mais, devemos considerar que o indivíduo é parte integrante de uma rede de relações que, obrigatoriamente, o precedem, como família, nação, etc., “prestando enorme contributo para modelar as suas formas de sensibilidade e de pensamento, aquilo que, em suma, constitui o seu hábito social” (ABOIM, 2006, p.39). Neste ponto, “não mais fechamos os olhos para o fato [...] de que cada pessoa singular, por mais diferente que seja de todas as demais, tem uma composição específica que compartilha com outros membros de sua sociedade”, configurando o *habitus*, a composição social dos indivíduos, segundo Elias (1994, p.150). Nesse sentido, rede de relações é um solo social do qual emerge uma linguagem comum, interferindo no caráter e na mentalidade do indivíduo, ou seja, resulta de diferentes contextos em que o sujeito está inserido, proporcionando, ao mesmo tempo, a sua individualidade.

Logo, instrumentos de análise, conceitos e tipologias, na sociologia da família, devem considerar uma acepção que investiga à lógica interna das interações, bem como

analisa as instituições, ou seja, que, a um só passo, verifica o ser e dever ser da família. Além disso, harmonizar o estatuto de autonomia da esfera familiar, mediante a concepção de individualização, com diretrizes sociais que possibilitam a composição dos indivíduos, “não significa cair num determinismo estruturalista”, mas “significa antes a observação dos contextos específicos de actuação dos processos globais de modernização social” (ABOIM, 2006, p.41).

Em retrospectiva, importa reter alguns aspectos que nos parecem centrais enquanto resultados principais da análise das dinâmicas internas de conjugalidades no contexto do trabalho de militar, segundo as versões das mulheres casadas com militar.

Referimo-nos, em primeiro lugar, ao tipo de interação conjugal, resultado que mostrou unicidade no estilo de funcionamento do casal, tanto nas interações cotidianas, como nas orientações normativas e afetivas que lhe são cúmplices. Em seguida, discorreremos sobre as determinações sociais, como capitais escolares e profissionais e rede apoio, que indiscutivelmente atuam sobre essas mesmas interações, sem, contudo, deixar de considerar a margem de autonomia da esfera familiar na construção da vida privada - nesse momento, tratamos das tendências de mudanças que ocorreram no lado de dentro da vida conjugal e familiar, ratificando a importância dos comportamentos privados. Finalmente, citamos as configurações que assumem a individualidade e realizações de projetos pessoais de mulheres casadas com militar.

O contexto do trabalho de militar, utilizado nas análises sobre a interação da vida interna dos casais, permitiu ampliar o debate sobre individualização da família na contemporaneidade, um terreno importante para um estudo desse porte. Em nossa pesquisa, selecionamos seis casos específicos de mulheres cujas semelhanças e dessemelhanças reuniam aspectos comuns na história conjugal. Nesse sentido, o cenário, no qual foi realizado o exame dos casos de cada um dos casais, assenta-se na lógica da desigualdade de gênero.

Comprovamos, portanto, que a singularidade de funcionamento interno dos casais emerge dentro do contexto representado pelo trabalho militar de um dos cônjuges e pela forte incorporação da diferenciação de papéis a partir do gênero. Deste ponto de vista, foi possível identificar, como tipo de interação, o estilo *bastião*<sup>33</sup>, ou seja, fusional, fechado, marcado por papéis de gênero diferenciados. Lembremos que a regra fusional existe de diferentes formas, ora com um direcionamento voltado a práticas estritamente fusionais, ora companheirista. Com efeito, em nossa pesquisa, um casal apresentou um estilo do tipo companheirista, porém, com evidências espaciais e, dessa forma, preferimos, também, chama-lo de estritamente fusional, como os demais.

Constatamos, na análise dos dados concernentes à coesão interna e integração externa - variáveis da análise de interação -, que as conjugalidade comportam um estilo fusional expressivo. Para isso, basta lembrar que o primado indiscutível do nós-casal, no cimento conjugal, estabelece estreita convivência com todas as questões domésticas externas ao domínio do espaço da casa, mesmo que a divisão do trabalho doméstico seja assegurada pela diferença de papéis a partir do gênero. Foi constatado entre os casais o estilo no qual os homens trabalham e sustentam a família e as mulheres se responsabilizam pelas questões maternais e domésticas - tudo aquilo relativo aos cuidados da família -, bem como aquele em que a mulher trabalha remunerada e é responsável direta pelas atribuições domésticas.

Podemos, inclusive, destacar que estes modelos se assemelham ao de família patriarcal, reatualizada, que segundo Freire (1933[1958]), caracteriza-se pela divisão sexual do trabalho, reservando para as mulheres o domínio doméstico, enquanto aos homens o papel de provedor do lar. De acordo com tal arranjo, a divisão sexual do trabalho é hierarquizada e reserva às mulheres o domínio doméstico, enquanto aos homens, o papel de mantenedor do lar.

---

<sup>33</sup> Nomenclatura utilizada por Aboim (2006, p.228) no estudo sobre conjugalidade em Portugal.

Nesse modelo, as esposas não trabalham fora de casa, sendo-lhes delegada a tarefa de cuidar do lar e dos filhos. Muitas vezes, segundo a concepção desse modelo, as mulheres que trabalham fora de casa sofrem preconceito e são estigmatizadas, porque as responsabilidades domésticas, a elas prescritas, são, supostamente, prejudicadas por suas atividades profissionais. Segundo Silva (2008, p.21), no Brasil do século XX, para algumas mulheres de classe média, era socialmente autorizado o trabalho como professoras de crianças, senão como voluntárias sociais, atividade considerada tipicamente feminina, valendo-se da compreensão do papel de cuidadora/mãe. Vale ressaltar um fato histórico, interessante ao nosso estudo, que, segundo a citada autora (2008, p.22), existiu um tempo no qual “era, inclusive, bastante comum o casamento entre militares e as chamadas ‘normalistas’”<sup>34</sup>.

Soma-se a estas questões o fato segundo o qual, na gestão do tempo disponível e dos gostos, o nós-casal se estabelece como regra de funcionamento, onde as mulheres cedem espaços e procuram conciliar suas necessidades aos de seus cônjuges – bolsa comum. Logo, não se trata apenas de diferenças encontradas em nível de divisão conjugal do trabalho doméstico - que como já sabemos, segue a linha da diferenciação de gênero, cabendo às mulheres a responsabilidades do trabalho doméstico -, mas, de diferenças profundamente incorporadas ao cotidiano, pois, como diria Sarti (2000, p.115), trata-se de uma diferença de gêneros que, embora seja socialmente construída, se naturalizou e, nesse sentido, legitima uma concepção de casal como resultado de união entre duas naturezas diferentes e particulares, porém, complementares.

---

<sup>34</sup>Silva (2008, p.22) diz que Barros (1978:109) aponta os motivos dessa comum associação, entre eles, o fato de que a atividade de professora era considerada ‘decente’ para jovens moças da classe média; o fato de compartilharem mais ou menos dos mesmos valores culturais e tenderem a ter origens socioeconômicas similares. O autor observa ainda que boa parte das interações sociais entre cadetes e ‘normalistas’ eram estimuladas através de programas organizados em conjunto pela Academia Militar e o Instituto de Educação, ou se davam nas viagens de trem para o subúrbio carioca, onde eles serviam e elas estudavam.

Ainda, uma terceira conclusão, em que damos relevo nas análises sobre as interações, é precisamente o da integração externa, que foi identificada como de *abertura fraca*, visto que não existe uma interface vultosa entre o casal e a vida social externa, especialmente, no que tange às atividades de lazer e convívio social. Os casais não dispõem de um variado e diferente conjunto de espaços e culturas para diversificar a socialização, bem como os mecanismos de socialização que detém são acessados timidamente e pouco expressivos.

Nessa perspectiva, dando continuidade a análise do casal, que descobrimos fusional, sobressai, ainda, duas importantes observações. A primeira diz respeito aos achados das orientações normativas tendo sido, outrora, delimitada como institucionalizada, seja pela forte diferenciação de gênero, seja porque o casamento é concebido como perene, sobretudo porque as relações familiares são rigidamente apoiadas pela concepção naturalizada da família e dos papéis de gênero. A segunda concerne aos contextos socioeconômicos dos casais; nossa contribuição, nesse sentido, evidencia uma coloração para a fusão em casais cujas mulheres têm nível superior e médio, bem como seus maridos; assim, inferimos que a fusão conjugal está posta num grupo mais qualificado acadêmica e profissionalmente.

Percebemos, também, que a ausência de uma rede de apoio tem um impacto muito forte no domínio das interações destes casais, quer se tenha nível médio, quer se tenha nível superior, experiência profissional ou não. A falta de uma rede de apoio se associa a formas conjugais, mais diferenciadas quanto à matéria de divisão de gênero e caracterizadas no contexto do trabalho militar. Ficou atestado que a inexistência – no lugar para o qual foram transferidos - de uma rede de apoio obstaculiza, ainda mais, as chances da mulher construir uma história profissional, em vista do trabalho doméstico sobre o qual lhe cabe a responsabilidade, indiferentemente do grau escolar e da situação profissional. Podemos, assim, corroborar, com um novo achado, o fato de que a coesão fusional das conjugalidades e

o efeito negativo da ausência da rede de apoio, em face da divisão do trabalho doméstico, para a vida dessas mulheres, manifestam-se frente à relativa alta escolarização.

Nessa linha de ideias, constatamos a importância das relações de gênero na estruturação das interações familiares - dimensão central para que a abordagem de matriz interacionista, apoiada nos eixos da dinâmica interna de grupo, seja, efetivamente, capaz de tornar inteligíveis os comportamentos internos das famílias.

Com efeito, a fusão, a autonomia e a abertura/fechamento - vividos na conjugalidade e na família - não se produzem à margem das relações sociais de gênero, fato que as análises da coesão interna, nas divisões conjugais das atribuições domésticas e do trabalho e nos lazeres, demonstraram tão bem, pois, indiscutivelmente, existe uma desigualdade, na divisão das atividades domésticas e na esfera do lazer, que nos permite perceber, ao se tratar dos homens, condutas mais autônomas nas esferas da vida social e familiar, enquanto com relação às mulheres, a autonomia está enquadrada no âmbito da maternidade e da casa. Em resumo, pelo lado de dentro da vida conjugal, a coesão é fusional e a integração externa, *abertura fraca*.

Outra conclusão é a que alinha o afeto às interações, conferindo inegável importância à sentimentalização na vida privada, porque o afeto, designado pelas mulheres como amor, gostar, paixão, etc., é um valor socialmente transversal na legitimação da conjugalidade contemporânea, revelando contornos específicos aos casais desta pesquisa.

Portanto, percebemos que, nos casos analisados, existe uma *aliança de gênero romântica* a pressupor diferenças de deveres e direitos, mas, também, de identidades e projetos, as quais configuram papéis sociais bastante diferenciados e que, por isso mesmo, se completam e desenvolvem o sentimento, argumento que sustenta a versão institucionalista do romantismo nesses casais e, até, justifica a natureza espiritual da união a dois.

Assim, aferimos que os aspectos afetivos conjugais e a produção e reprodução da vida cotidiana estão fincados na diferenciação sexual de papéis e no amor romântico. Inclusive, aquela forte dependência instrumental, demonstrada pelos relatos do cotidiano da vida dessas mulheres, pode decorrer da existência do intenso discurso sentimental de romantismo excludente da ideia de autonomia individual, beneficiada ainda mais pelas margens da naturalização das diferenças de gênero - instituída na orientação normativa dos casais.

Vale ressaltar que, embora institucionalista, este modelo de conjugalidade, observado entre os casais, está além do ideal tipo de casamento instituição, por um lado, em razão da tônica que os afetos sinalizam na concepção do casal, numa espécie de amor institucionalizado, e, por outro, em virtude da incessante retórica da busca de identidade, ou, nos termos de Singly (2000, p.14), “do verdadeiro eu” presente na interioridade de cada um. De fato, nenhuma das entrevistadas pareceu alheia a esta “invenção da intimidade romântica” e do “eu”, que se instaura nas sociedades atuais, mesmo diante das outras funções presentes na família e que são consideradas prioridades no cotidiano e no projeto de vida conjugal das mulheres entrevistadas.

A estratégia de apresentação dos resultados foi realizada de forma a evidenciar a relação de cumplicidade entre interação conjugal, orientações normativas e orientações amorosas, em contextos de trabalho específicos. Todas as análises, ainda, levaram em conta outras variáveis, determinantes para este estudo sobre conjugalidade, como a idade dos filhos e a naturalidade das mulheres, visando relacionar o peso destas dimensões, no seio do casal, para a construção das interações e do campo de possibilidades de configuração da individualidade dessas mulheres, no contexto do trabalho de militar de seus maridos.

## Capítulo 7

### O trabalho de militar e projetos de vida de mulheres casadas com militar

Dentro da perspectiva segundo a qual a família contemporânea enfrenta o desafio de conviver com processos de individualização, esta pesquisa foi direcionada para indicadores de tensões emergentes dessa realidade. Com efeito, trata-se de uma pesquisa que se baseia na ideia do “primado do indivíduo em quanto tal, de modo que nenhum elo – nem de parentesco, nem de sangue, nem de filiação - possa prioritariamente defini-lo” (SINGLY, 2000, p.16).

Então, em conformidade com as teorias de autores que estudam a conjugalidade na contemporaneidade, ressalta-se a importância de se considerar as necessidades individuais de cada indivíduo em casal, ou seja, ponderar que os indivíduos buscam sua verdadeira natureza, como se indivíduos perseguissem uma identidade pessoal, um “verdadeiro eu”, inscrita no interior de cada um (SINGLY, 2003, p.49).

Vive-se, desse modo, o que François de Singly (2003, p.51) chamou de “mito da interioridade”, que vai se forjando de forma lenta e gradual até se tornar uma realidade para cada um de nós. Nesse sentido, também, questionamos as mulheres sobre as vantagens e desvantagens de ser casada com militar em termos de projetos pessoais e aspirações concretizadas, no sentido de identidade e significado.

Face ao discurso comum de que a transferência entre cidades é um aspecto que interfere na vida dessas mulheres - isto porque, ao acompanharem seus maridos nessas mudanças entre cidades, muitos constrangimentos lhes são acometidos, como a perda da rede de apoio, os óbices de progressão ou continuação da escolarização e o obstáculos para cuidar dos filhos, ou seja, a pouca familiaridade com a “nova” cidade provoca um desgaste e ansiedades na busca pelo acesso às redes de serviços de saúde, supermercado, de ensino etc. disponíveis e que estejam de acordo com seus critérios, vivendo-se num circular processo de

adaptação -, observamos o limite dessa intervenção, em comparação a outras dificuldades que, na mesma medida, demandam seus esforços para serem superadas. Com efeito, o aspecto de maior relevo da interferência decorrente das transferências diz respeito ao campo das possibilidades dos projetos individuais, notoriamente, a questão profissional.

Assim, foi relatado pelas mulheres da seguinte maneira:

*Se tu tem uma vida organizada e aparece pra ele uma oportunidade, que mexe com..., com sua vida, você teve que abrir mão. Minha chefe ela me chamou pra trabalhar num excelente emprego Mas, como é que eu faço? Eu deixo o marido? Ele não podia voltar atrás! Ele tinha acabado de ser transferido pra Salvador.*

Ada morou em três cidades diferentes.

*Olha! Eu tinha realmente meu projeto de vida, mais profissional do que familiar, talvez seja por isso que eu seja tão agitada... Por que o casamento realmente, ele deu uma parada por que a gente é transferida, a gente tem filho e acaba a mulher tendo que parar, e o homem acaba seguindo, então eu realmente parei, e só agora eu estou começando de novo.*

Frida morou em três cidades diferentes.

Portanto, é ponto pacífico - segundo as falas acima - que as transferências entre cidades, para fins de moradia, comprometem o projeto profissional dessas mulheres, quando compreendidas em dinâmicas conjugais - fusionais, institucionais e românticas - inscritas em papéis de gênero, em face dos quais, o trabalho de seus maridos se constitui como o meio de prover a renda familiar e a responsabilidade familiar - com o trabalho doméstico, educação e cuidados com as crianças – se vincula às mulheres. Nesse quadro, a família é concebida como uma instituição naturalizada, uma unidade biológica de reprodução (pai, mãe e filhos), como diria Sarti (2000, p.115), e, por isso ininterrupta e com tarefas naturalmente definidas. Nossa questão, agora, é saber se há vantagens, resultantes do trabalho de militar de seus maridos, na vida dessas mulheres.

A primeira observação foi no sentido de que as mulheres entrevistadas revelaram se perceberem importantes na carreira militar dos maridos, seja pela tarefa que desempenham na vida doméstica em face das dificuldades impostas pela logística das mudanças, seja pelo

apoio afetivo e emocional que os estimula a seguir quando as situações se apresentam adversas.

Nesse sentido, descobrimos que as exigências do trabalho de seus maridos consomem parte do tempo de convívio desses com a própria família, em razão de missões alongadas por dias e até meses, de serviços mensais de mais de vinte quatro horas de duração ou expedientes com jornadas extraordinárias etc., fazendo com que essas mulheres assumam decisões e responsabilidades muitas vezes sozinhas no que tange às obrigações com os filhos e do cotidiano da casa, até porque quando ocorrem mudanças de cidades, de imediato, não existe uma rede de apoio consolidada, e as incertezas causadas pela adaptação nas cidades lhes geram ansiedades que não abrigam espaço para fragilidades e lhes exigem uma postura madura.

Assim, as entrevistas revelam que as mulheres se percebem fundamentais no desenvolvimento das carreiras de seus maridos.

Vejamos abaixo uma emblemática confissão:

*Desde que começou o namoro, eu sempre soube que ele quis ser militar, então eu segurei muito a barra dele fico feliz quando ele recebe um prêmio, recebe um elogio, que ele se realiza, eu fico feliz por ele, eu procuro ajudá-lo da melhor maneira que eu posso, se eu não puder ajudar, atrapalhar eu também não atrapalho! Sempre dei força pra ele, quando vai surgir uma coisa pra ele, e ele pergunta se vai ser bom pra mim, eu digo pra ele: vai ser bom pra você? Então, é bom pra mim! Vá meu filho, eu me viro, dar-se um jeito. Eu me sinto muito responsável por ele tá onde ele tá hoje! Foi graças a mim, assim, a ele e a mim, porque por uma parte o estudo é dele, mas quem deu muita força pra ele fui eu.*

Ada, cujo marido tem 15 anos de carreira militar.

Ora, foi a partir de respostas como essa que constatamos a existência de outras questões importantes para o contexto da vida dessas mulheres, levando-nos a perceber que casar com militar não é, de toda forma, uma erosão de suas individualidades, tampouco, apenas sacrifícios pessoais. No ponto, ainda que, a realização profissional delas, propriamente dita, algumas vezes, seja relegada a um segundo plano, em nome da maternidade e do

trabalho doméstico, por vezes, por ter acompanhado os maridos nas transferências entre cidades, ou ainda, pelo acúmulo de responsabilidades na família, essas mulheres mobilizam, através do trabalho de militar de seus maridos, gratidões que lhes dão sentido e identidade.

Como vimos, elas acreditam que o sucesso profissional de seus maridos tem a ver com elas e por isso todos aqueles benefícios resultantes da condição de militar lhes são próprios, fazem-lhes enxergar-se a si própria.

Então, foi consignada mais uma resposta padrão:

*E eu acho o seguinte: Falo que ser esposa de um militar, você tem que ser guerreira, não é qualquer mulher que consegue ser esposa de um militar, elas pulam fora, ainda mais quando eles viajam, deixam elas sozinhas meses... É filhos que adocece, uma mulher que não é casada com militar, elas não sabem o que fazer, a gente tá preparada.*

Capitu, cujo marido tem 25 anos de carreira militar.

Até mesmo a problemática questão das transferências, muitas vezes, é vista como positiva para a vida do casal; nesse momento, há um sentimento de renovação, uma expectativa de mudança nas relações, ou no mínimo, de esperança de melhoras financeiras, bem como é concebida como uma oportunidade de conhecer outros lugares e outras culturas. Há, portanto, um benefício imaterial inerente a esta necessidade de transferência, que faz a dificuldade, quase sempre, de se estabelecer profissionalmente não seja uma perda tão avassaladora no projeto pessoal e de futuro, constituindo, também, uma situação de troca entre equivalentes concernentes aos projetos pessoais dessas mulheres.

Para contemplar nossas anotações, assinalamos as seguintes falas:

*Conhecer outras cidades sempre me encantou assim conhecer outras cidades, conhecer novas culturas eu não acho ruim não quando a gente tem que viajar!*

Dorothy, cujo marido tem 15 anos de carreira militar.

*Até, assim, nossas mudanças são felizes. Porque como a gente vai começar fase nova, fica naquela expectativa, ai você fica naquela, porque tudo é maravilhoso, arruma casa e limpa, e tira tudo do lugar, não sei o que... ai o negocio fica bom mesmo.*

Frida, cujo marido tem 24 anos de carreira militar.

Assim, ao invés de enfatizarmos uma expectativa conjugal frustrada, na qual as mulheres vivem uma situação de abdicação total de suas individualidades ou uma circunstância quase artificial de suas interioridades, podemos afirmar que elas não estão ao todo<sup>35</sup> dentro de uma prisão. Consideremos a ideia de que estas mulheres trabalham para construir o avanço da carreira do esposo, conhecida, na literatura internacional, como casais “*two person career couples*, que significa dizer que duas pessoas investem numa carreira única” (DINIZ, 1999, p.33). Nestes termos, trata-se de quando a mulher investe na profissão do marido, ou ainda, o que, conforme Silva (2008, p.36), Guerreiros (1996) chamou de *carreira a dois*, ou seja, as mulheres têm a “carreira de seus maridos como algo que não lhes é paralelo, mas da qual são parte intrínseca, quase em termos de igualdade”.

Por isso, podemos dizer que se trata do preço que se paga a uma emoldurada adaptação que requer, invariavelmente, a perda de identidade profissional. Na medida em que existem ganhos pessoais, por sua vez, não avaliamos com uma conduta altruísta e despropositada, mas, sobretudo, como um condicionante - denominado, outrora, por *carreira a dois* - resultante de todo um investimento planejado como estratégia de vida. Logo a carreira a dois comporta a capacidade de construção do “eu” que desejou e se realiza profissionalmente, mesmo que de forma indireta, e, diretamente, pelas interfaces que este tipo de trabalho lhes confere, como morar em diversos lugares do país, entre outras.

Além do mais, as entrevistas mostraram, também, conforme as análises anteriores sobre orientação normativa e interação conjugal, que o papel feminino, historicamente valorizado, é uma retórica que lhes concede uma satisfação, até mesmo a questão da transferência - pedra de toque dos insucessos profissionais para algumas delas - esteve presente, no início do relacionamento, como um elemento motivador para viver em

---

<sup>35</sup>Dissemos ao todo, porque consideramos que o aspecto total dos quartéis de certo modo é uma questão que aprisionam os indivíduos que neles estão inseridos.

conjugalidade com militar. Portanto, as transferências podem constituir um elemento cambiante de novidades e esperanças, às vezes, tão necessárias ao convívio conjugal e familiar.

Nesse viés de realizações, outras questões integram a ideia de que vale a pena ou de que não é de todo mal perder a autonomia profissional, colocada a margem como artifício para a construção de uma história original em face das prerrogativas e exigências do trabalho de militar dos maridos dessas mulheres.

Olhemos as respostas relacionadas abaixo, para enfatizar que, de fato, no fabrico do laço conjugal, além dos afetos ou da procura de si mesmo, outras dimensões de contingências e de contextos sociais são igualmente importantes, logo as funções instrumentais de produção econômica, de educação e de apoio material convivem com o afeto, produzindo e dando sentido à conjugalidade. Com efeito, fizemos questão de enumerar e, assim, demonstrar o repertório que, predominantemente, foi exteriorizado e que representa o universo no qual as “perdas” profissionais - expressão maior de autonomia e individualidade - se reconfiguram em formato de conquistas e gratificação, quando não, status social na vida dessas mulheres casadas com militar.

Nesse sentido, apresentamos os referido repertório para facilitar a explanação:

- |  |  |
|--|--|
| <p>1. <i>A estabilidade;</i></p> <p>2. <i>Conhecer gente diferente fazer novas amizades pelo Brasil.</i></p> <p>3. <i>É que as portas pra você tão abertas quando você diz que é esposa de militar, por exemplo, vai fazer uma compra, aí você fala assim, sou esposa de militar, você mostra os documentos, abrem-se as portas rapidamente;</i></p> | <p>4. <i>Em termos financeiros é um dinheiro certo, é uma vida certa, você não bater cabeça. Você vê que é um futuro garantido;</i></p> <p>5. <i>Quando você chega numa cidade, você tem uma casa pra morar;</i></p> |
|--|--|

Assim, verificamos que as mulheres podem, em certa medida, ter suas individualidades interferidas, mas, em outra, percebemos que algumas das suas aspirações e projetos de vida só lhes foram possíveis em virtude das condições da carreira militar de seus maridos. Isso significa que há uma tensão vivida no cotidiano dessas mulheres porque o trabalho de militar de seus maridos se converte em óbices construir uma vida mais autêntica, notadamente, profissional, e, ao mesmo tempo, contempla outras realizações.

Assim, ressaltamos que a espécie de trabalho de seus cônjuges não pode ser compreendida em termos opostos, nem complementares para a vida pessoal dessas mulheres, mas, trata-se de reconhecer nele os fundamentos de constituição de investimento pessoal.

Logo, a principal e decisiva escolha dessas mulheres – no que tange ao investimento pessoal- foi casar com alguém da carreira militar, pois as suas histórias são delineadas em razão desse fato. Decisão esta que nos pareceu consciente frente às características intrínsecas ao ofício militar. Então, ainda que, no cotidiano conjugal, os assuntos do mister de seu cônjuge sejam, discursivamente, os grilhões do desenvolvimento de seu trabalho profissional, é, sobretudo, através daquela carreira que elas têm proporcionados outros recursos e benefícios – particularmente conhecidos e valorizados, que lhes concedem autoestima, sentido e identidade - tão importantes quanto às suas questões profissionais<sup>36</sup>.

Dentre as respostas que enfatizam a vantagem de ser casada com militar, destacamos a tônica no discurso valorativo sobre a questão do benefício da moradia, ou seja, a vila residencial militar. Ressaltamos a existência de uma previsão estatutária no sentido de conceder residências funcionais aos militares e seus familiares nas cidades das unidades em que estão lotados.

---

<sup>36</sup>Curiosamente, com relação àquelas que demonstraram ao aspecto profissional um sentido mais constitutivo do seu eu, bem como às outras que concederam ao trabalho profissional um entendimento mais instrumental, concluímos que os benefícios advindos do trabalho de militar de seus maridos se sobrepõem a perda profissional. Assunto que sugerimos, posteriormente, maior aprofundamento.

Nosso interesse sobre esse assunto é descobrir quais conflitos conjugais e individuais são acometidos pela convivência com os valores e cultura institucional característico de uma instituição total e, dessa forma, entender se da prerrogativa da moradia decorre um fato que venha tencionar ainda mais o embate da realização pessoal, configurando-se como, em certo sentido, uma desvantagem.

Portanto, tentamos conhecer as tensões e conflitos vividos no cotidiano de mulheres casadas com militar, em vista de uma estrutura hierárquica e fechada – total -, cujos valores são incorporados à vida familiar e pessoal, no contexto da vila militar. Sendo assim, perguntamos-lhes como seria para elas morar na vila militar, no sentido da convivência com os valores militares que estruturam o ambiente. Então, a princípio, obtivemos três tipos de percepções diferenciadas entre si, mas que para nós podem ser partes de uma mesma condição:

**Perspectiva 1:** *Conviver aqui é você conviver com o militarismo. E eu não tenho muito assim..., eu não frequento as coisas da vila.*

Frida gostaria de investir mais na profissão de Educação Física.

**Perspectiva 2:** *Acho que o difícil são as fofoca de coisas de quartel. Porque as pessoas sabem o quanto o outro ganha..., então sabe o que você fez ou faz. Quando você mora em outro ambiente, como no meu primeiro ano aqui, eu pagava meu aluguel, era um outro ambiente, pessoas diferentes, ninguém sabe da sua vida. Mas, é salário indireto, né?*

Clarice quer ter um emprego público.

**Perspectiva 3:** *É como uma família, acaba sendo, você acaba se apegando as pessoas amigas mais próximas, porque já que você não tem sua família aqui, ai você acaba adotando as pessoas como família.*

Coralina pretende investir em um negócio.

Destas respostas decorreram duas análises importantes que podem revelar, um pouco mais, o teor das tensões e conflitos vividos no cotidiano conjugal de mulheres casadas com militar em vista das suas realizações pessoais. A primeira alude para o fato de que morar

na vila é em certa medida gratificante por, no mínimo, três motivos: i) o *status*, evidenciado, normalmente, pelas localizações das vilas - no caso em análise, por exemplo, a vila situa-se num bairro turístico da orla de Salvador, bastante desenvolvido em termos urbanos; ii) a satisfação de uma necessidade essencial à sobrevivência, garantida como qualidade por tempo indeterminado<sup>37</sup>, promovendo, dessa forma, certo equilíbrio financeiro doméstico e colaborando para o planejamento do futuro socioeconômico da família; iii) porque se trata de um grande grupo - unido pelos mesmos motivos, uma interação endógena, provocada pelas transferências - capaz de conceder suporte à todos no grupo, principalmente, quando se trata de recém chegados.

Por outro lado, existe o desgaste de se conviver com a conduta militar prescrita aos militares residentes, já que estes continuam subordinados à disciplina e à hierarquia constituídas nos referidos códigos, estatuto e doutrina, uma vez que, “A disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos em todas as circunstâncias da vida entre militares da ativa, da reserva remunerada e reformados” (Art. 14, §3º, ESTATUTO DOS MILITARES).

Dessa maneira, estende-se às vilas residenciais militares a sensação de vigilância, a qual sugere que “todos façam o que foi claramente indicado como exigido, sob condições em que a infração de uma pessoa tende a salientar-se diante da obediência visível e constantemente examinada dos outros”, perspectiva presente nas instituições totais, segundo Goffman (2010, pp.18-19), estando tudo isso, inserido nas reentrâncias daquilo que elas chamam de “fofoca das coisas de quartel”.

Por fim, descortinamos se, em termos de convivência conjugal, haveria dificuldades em face das quais as mulheres entendem como resultante do ambiente do trabalho militar e que lhes rendem algum tipo de conflito na vida conjugal e familiar. Sob essa perspectiva, finalizamos nossa pretensão com a pesquisa, qual seja, conhecer como se

---

<sup>37</sup>Desde que o comandante da instituição não demande o imóvel diante de alguma circunstância necessária à boa administração militar, ou não se trate da reserva, pois, por este motivo, o militar deve desocupar o imóvel.

desenvolve a relação entre o eu e o nós-casal/família na conjugalidade frente ao contexto do trabalho militar, em termos do que alguns autores chamam de *paradoxo das conjugalidades contemporâneas*, a partir das versões de mulheres casadas com militar. Desta vez, utilizamos o conceito de instituição total, pelo qual acreditamos poder explicar, um pouco<sup>38</sup>, as questões engendradas pelo militarismo, que, de certa forma, é incompatível com a convivência conjugal e familiar e, então, tenciona as expectativas conjugais e os projetos pessoais das mulheres.

Segundo as respostas, os conflitos ocasionados pelas condições do trabalho militar são basicamente:

*Ele manda muito. Eu acho que é já é do próprio militarismo, né? Ele cobra muito sabe? Então é..., Ele não cobra de mim, mas cobra muito das crianças!*

Capitu procurou a assistente social para tratar de assunto conjugal.

*A questão da, dessa imposição. Já teve muitas vezes de ele chegar gritando com todo mundo, sair gritando com as crianças, sair gritando comigo. Por quê? Porque alguém gritou com ele lá, e ele guardou aquilo, e aquilo foi corroendo, e quando ele chegou em casa ele descontou no primeiro que ele viu, isso de gritar acontece lá!*

Frida procurou a assistente social para tratar de assunto conjugal.

Diante das respostas proferidas pelas mulheres, lançamos mão do conceito de Goffman sobre as características de uma instituição total e, nesse sentido, podemos aludir para o fato de que as instituições totais não buscam um triunfo cultural, mas, sobretudo, uma manutenção de tensão entre o mundo doméstico do internado e o mundo institucional. Assim, consigna o referido autor (2010, pp.23-24): “as instituições totais realmente não procuram uma vitória cultural. Criam e mantêm um tipo específico de tensão entre o mundo doméstico e o mundo institucional, e usam essa tensão persistente como uma força estratégica no controle de homens”. Por isso, afirma-se que não há uma vitória cultural, mas apenas uma tensão

<sup>38</sup>Salientamos que algumas das mulheres não quiseram responder parte das perguntas e, por isso, nossas colocações não têm um tom de verdade absoluta, mas, de uma análise que possa ser considerada, com maior profundidade e representatividade, num outro momento, num outro estudo.

persistente, já que o militar é socializado continuamente em mundos culturais distintos, quais sejam, o ambiente da família e do quartel, em pelo menos trinta e anos de carreira.

Logo, a diferença na forma de ser e viver na instituição militar e na família colabora para uma tensão dos papéis desempenhados pelos sujeitos em cada estágio e/ou lugar da vida. Portanto, ousamos dizer que a tensão entre - no nosso caso - o quartel e o mundo doméstico pode estar relacionada com o fato de que os homens destinam pouca atenção à família, pois muito do seu tempo é condicionado ao trabalho, devido às missões de longa duração, plantões, desenvolvimento de atividades sem repouso semanal e expectativa de finalização, sendo todas elas cumpridas sob os rígidos preceitos da hierarquia e sua ritualística. Outra situação - evidenciada nas falas das mulheres e que representa propriamente esse choque de culturas defendido por Goffman - pode ser o fato de que, na contemporaneidade, a maioria dos assuntos vividos em família é admitida, muitas vezes, por um processo de negociação entre os sujeitos em relação, considerando o respeito às capacidades e possibilidades de cada indivíduo, bem como sua fase e desenvolvimento. Essas mulheres consideram que, nas relações familiares, a autoridade inquestionável dos pais não pode ser confundida com autoritarismo, atitude propensa a ocorrer no ambiente de trabalho hierarquizado, cujas características - inerentes à instituição total desta espécie - são aptas a favorecer comportamentos abusivos.

Enfim, acreditamos que, diante das expectativas das relações conjugais e projetos pessoais de algumas mulheres, as prerrogativas e exigências da carreira de militar, particularmente a transferência entre cidades, renderam garantia de recursos materiais de sobrevivência e, até, *status* social. Ademais, a restrita margem para viverem realizações profissionais, face às transferências entre cidades, não é, ao todo, uma perda, em razão dos benefícios trazidos por esta mudança, sendo uma desvantagem, apenas, a depender do caso concreto, no que tange às influências das características da instituição total que podem

tencionar o cotidiano conjugal, tendo em vista que se trata de uma convivência fortemente relacionada com os aspectos da citada disciplina e hierarquia.

## Considerações Finais

*Cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é...*  
(Caetano Veloso – *Dom de Iludir*).

Como o tema central desta dissertação é conjugalidade face ao contexto militar, precisamente, buscamos conhecer como ocorre a relação entre o eu e nós-casal/família na conjugalidade a partir das exigências do trabalho militar.

Para tanto, demonstramos, com os casos analisados, a dinâmica de interação das conjugalidades, analisando o *lado de dentro* da vida conjugal. Assim, observamos como funcionam internamente esses casais, em termos de fusão e autonomia, e quando e como o casal é dois no fazer cotidiano e quando e como é um. Ainda, descortinamos as vantagens e desvantagens de ser casada com militar para o projeto de vida pessoal dessas mulheres, procurando saber quais as tensões e conflitos vivenciados no cotidiano conjugal de mulheres que são casadas com militar frente aos valores militares e às características de total da instituição.

Abordamos elementos da vida conjugal interna em relação aos aspectos da carreira militar dos maridos das mulheres entrevistadas, principalmente, questões do cotidiano presentes na vida conjugal e familiar, considerando as interações; aliás, pelo *lado de dentro*, buscamos conhecer os valores e visões sobre conjugalidade, pois uma perspectiva contém a outra e juntas condicionam uma dinâmica conjugal específica. Nesse sentido, foram analisadas, a saber: divisão do trabalho doméstico, práticas de lazer, convívio social e cultural, as orientações normativas e afetivas, capitais sócios profissionais e redes de apoio.

Ademais, buscamos conhecer as influências positivas e negativas do trabalho e da carreira de militar nos projetos de vida das mulheres casadas com militar; consideramos que as esposas, ao mesmo tempo em que vivenciam contingências pessoais, interessam-se pela

profissão militar dos seus cônjuges, porque através dela concretizam outros projetos pessoais, apesar de narrarem as condições conflituosas em que isso ocorre.

O conceito de *projeto* foi fundamental para a análise dos dados. Um projeto é uma espécie de “conduta organizada para atingir finalidades específicas”, tal como elaborado por Velho (1994). Para o autor, os projetos seriam caminhos escolhidos subjetivamente dentre de um “campo de possibilidades” informado pelo câmbio de parâmetros culturais:

Assim, evitando um voluntarismo individualista agonístico ou um determinismo sociocultural rígido, as noções de *projeto* e campo de possibilidades podem ajudar a análise de trajetórias e biografias enquanto expressões de um quadro sócio histórico, sem esvaziá-las arbitrariamente de suas peculiaridades e singularidades (VELHO, 1994, p.40).

Portanto, a dissertação enfatiza que será possível articular problemas relativos à vida militar em geral e sua interface com questões de conjugalidade e família, e, no lugar de pensar o universo da conjugalidade como uma rede de interações fechada, voltada para dentro, elaboramos uma pesquisa na qual consideramos a conjugalidade com certas características e estatuto próprio, mas sem deixar de apanhar algumas circunstâncias do quadro sócio histórico. Isso porque sabemos que estudar conjugalidade é também considerar a heterogeneidade de origens sociais e culturais dos indivíduos em questão resultante da interação com a sociedade de maneira geral. Desse modo, buscamos evitar generalizações, além de observações deterministas ou reducionistas.

Ainda, utilizamos o conceito de “instituição total” de Erving Goffman (1974), por vezes, para dar conta de situações específicas que foram trazidas pelas mulheres no que tange aos aspectos inerentes à caserna. Dessa maneira, objetivamos apresentar que o universo estudado pode estar marcado pelas características fechada e hierarquizada da caserna, articulando conjugalidade e trabalho, ou vida privada e mundo do trabalho.

Ao longo da dissertação, argumentamos que as tensões e os conflitos na vida conjugal de mulheres esposas de militares, bem como na dinâmica de suas vidas pessoais,

estão, em certo sentido, vinculados às exigências da profissão de seus maridos, como, por exemplo, as transferências e a disponibilidade intrínseca à carreira militar.

Outro conceito importante para nossa pesquisa é o da *individualização* na família, compreendido como “busca de gratificação pessoal e autodeterminação do self, por um lado, e realização afetiva através de uma relação de alteridade, em que, em última instância, o sentimento para a própria individualidade existe porque o outro existe” (ABOIM, 2006, p.01). Assim, constituiu-se como uma categoria relevante para nosso estudo sobre conjugalidade de mulheres casadas com militar, a partir das exigências da carreira militar.

Assim, cremos ser pertinente afirmar que, nos casos estudados, as dimensões da vida privada e profissional estão vinculadas, reciprocamente influenciadas; dessa maneira, procuramos mostrar como a dinâmica conjugal e algumas exigências do trabalho de militar influenciam nos projetos individuais das mulheres de militares, dificultando a construção de uma história mais individual, notadamente, a vida profissional.

Mas, consideramos, também, que os projetos de vida dessas mulheres podem abarcar outras questões, que lhes despertam o interesse por essa condição. Afirmamos que essas mulheres podem até não ter ou não ver realizada uma história tão autêntica ou original - como se presume que desejem os indivíduos na contemporaneidade, especialmente, o discurso da atualidade sobre a mulher independente financeiramente - ao acompanharem seus maridos nas jornadas de suas carreiras, por se dedicarem integralmente, durante uma fase, ou por toda a vida conjugal, à família e ao casamento.

Entretanto, observamos a existência de um conjunto de concretizações dessas esposas de militares, e, nesse sentido, encontramos algumas - tão importantes quanto à independência financeira - que despertaram seu interesse em conviver com seus maridos a fim de lograrem objetivos pessoais de natureza material, possíveis pelas garantias relacionadas ao trabalho de seus cônjuges, como residência, estabilidade financeira, plano de saúde etc., e,

paradoxalmente, no contexto conjugal, elaborado segundo o paradigma da divisão de gênero, uma margem de individualização pela maternidade.

Além disso, é necessário esclarecer que, dadas às possibilidades da pesquisa de campo, na qual as entrevistas foram fundamentais, optamos por uma abordagem que enfatiza as declarações/narrativas de vida como uma realidade apreendida, delimitadoras do universo de observação. Mesmo que, frente à dinamicidade da vida concreta, as falas das mulheres entrevistadas possam nem sempre corresponder aos fatos de seu dia a dia, escolhemos enquadrar seus discursos como dados da pesquisa, pois acreditamos que a apreensão do objeto delimitado por esta pesquisa só possa ser adquirida, de modo viável para pesquisador e pesquisado, a partir das suas falas.

Nesta perspectiva, entendemos a importância de privilegiar esses dados como “verdades autobiográficas”, pensadas ao longo da pesquisa como uma forma de ‘descrição de si’ que não perde de vista as relações estabelecidas entre a experiência em si e a leitura/interpretação cotidiana dessa experiência. É na (re)leitura e na (re)escrita narrativa da experiência que os sujeitos olham suas recordações e referências e pensam/articulam sua vida (SOUZA, 2008).

Nesse sentido, tecemos o que foi inicialmente discurso em conhecimento científico, quer dizer, realizamos uma análise necessariamente esquemática e metodológica, procurando destacar a unicidade nas vozes dessas mulheres, mas, ao mesmo tempo, respeitando a singularidade de cada entrevistada, ou o universo particular de cada casal, tomando, por isso, o devido cuidado de não produzir generalizações - opinião construída por um único argumento sem considerar as especificidades de cada caso - uma vez que são sempre um risco ao estudo de família e conjugalidade, bem como à ciência.

Visamos, nesse estudo, contribuir para os estudos sobre família na contemporaneidade, conjugalidade e profissão militar. Alguns pontos dessa pesquisa podem

saltar aos olhos do leitor como incompletos, pois acreditamos que existem vários motivos de ordem pessoal, prática e científica, acerca de uma dissertação de mestrado, que dificultam a devida evolução, contudo, empenhamo-nos em mitigá-los ao máximo. Além disso, outros assuntos relacionados ao tema não foram abordados, por exemplo, a questão do planejamento do orçamento familiar, ou do divórcio e separação, etc., devido ao recorte feito no sentido de delimitar o objeto pesquisado.

Ressaltamos, também, que deixamos de considerar as esposas de militares da Marinha do Brasil - MARB e do Exército Brasileiro - EB, além das mulheres cujos maridos se encontram em outras fases da carreira, como os oficiais ou aspirantes a oficiais, alunos, cabos, e, até mesmo, soldados, cujas experiências profissionais com o ambiente militar se diferem em vários sentidos dos demais postos, sem esquecer que compõem um grupo de jovens que cumprem uma obrigação perante o Estado, e, nessa medida, constitui-se num grupo extremamente diferenciado.

Por outro lado, circunstâncias, como a faixa etária entre trinta e três a quarenta e quatro anos, o tempo de duração do casamento entre doze a dezenove anos, a residência – Salvador-Ba, a distância de sua família de origem, a existência de um ou dois filhos na faixa etária entre três e dezessete anos, a naturalidade e a religiosidade diversificada, entre outras, que fazem com que a dinâmica conjugal e a vida das mulheres casadas com militar tenham diferentes características, foram consideradas nesta pesquisa como delimitadoras do objeto, permitindo o alcance de resultados específicos.

Acreditamos que o estudo realizado venha, de alguma maneira, contribuir com o campo de discussão sobre conjugalidade. Esperamos ainda abrir possibilidades para que este estudo seja ampliado, contemplando as outras “armas” e faces da carreira militar. Gerar conhecimento sobre as diferentes formas de vivenciar a família no mundo contemporâneo é uma responsabilidade frente o compromisso de desnaturalizar a experiência de família.

Durante esta pesquisa entendemos melhor como diversos temas estão profundamente inter-relacionados no debate atual sobre questões que circunscrevem as famílias. O caminho que fizemos foi rigoroso e atento, no entanto, reconhecemos que possivelmente outras compreensões sobre o tema são mais amplas do que as aqui por nós discutidas.

## REFERÊNCIAS

- ABOIM, Sofia. **Emoções e rotinas: a construção da autonomia na vida conjugal.** In: *Sociedades Contemporâneas: reflexividade e ação.* Disponível em: <<http://www.scielo.com.br>>. Acesso em: 21 mai. 2010.
- \_\_\_\_\_. **Conjugalidades em mudança: percursos e dinâmicas da vida a dois.** Editora ICS, Lisboa, 2006.
- ADÃO, Maria Cecília de Oliveira. **Aspectos da adesão feminina aos valores militares: o casamento e a família.** Disponível em: <<http://www.scielo.com.br>>. Acesso em 12/06/2011.
- BOURDIEU, P., CHAMBOREDON, J. C., PASSERON, J. C. **Ofício de sociólogo.** 5 ed. Editora: Vozes, Rio de Janeiro, 2005.
- BOTT, Elizabeth. **Família e rede social.** Editora: Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1976.
- BOZON, Michel. **Sexualidade e conjugalidade: a redefinição das relações de gênero na França contemporânea.** *Cadernos Pagu* (20), 2003, pp. 131-156.
- BRUSCHINI, Cristina. **Teoria crítica da família.** In: *Infância e violência doméstica fronteiras do conhecimento.* Azevedo e Nogueira (Org.). Editora: Cortez, 1993, pp.49-77.
- CANEVACCI, Massimo. **Dialética da família: genes, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva.** 5ª Ed. Editora: Brasiliense. 1987.
- COSTA, Jurandir Freire. **Sem fraude nem favor: Estudos sobre o amor romântico.** Editora: Roxo, Rio de Janeiro, 1998, pp. 131-218.
- COSTA, Livia Fialho. “Notas sobre formas contemporâneas de vida familiar e seus impactos na educação dos filhos”. In: *NASCIMENTO, A.D. e HETKOWSKI, T. (orgs.) Educação e contemporaneidade – pesquisas científicas e tecnológicas.* Salvador: edufba, 2009, pp.355-371.
- DINIZ, G. **O casamento contemporâneo em revista.** In: *FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.) Casal e família: permanências e rupturas.* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009, pp. 135-155.
- \_\_\_\_\_. **Homens e mulheres frente à interação casamento-trabalho: aspectos da realidade brasileira.** In: *FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.) Casal e família: entre a tradição e a transformação.* Rio de Janeiro: NAU, 1999, pp. 31-54.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. **Horizonte do indivíduo e da ética no crepúsculo da família.** In: *Ribeiro, I. e Torres Ribeiro, A. C. (Org.) Família em processos contemporâneos: Inovações culturais na sociedade brasileira.* Editora: Loyola, São Paulo, 1995, pp. 27-41.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos.** Editora Dom Quixote, Lisboa, 1993.
- ENGLES, Friedrich. **A Origem da família, da propriedade privada e do Estado.** 3ª Ed. Editora: Centauro, São Paulo, 2002.
- FIGUEIRA, Sérvulo. **Modernização da família e desorientação: uma das raízes do psicologismo no Brasil.** In: *Figueira, Sérvulo (Org.) Cultura da Psicanálise.* São Paulo, Brasiliense, 1985, pp.142-146.
- FÉRES-CARNEIRO, T. **Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade.** Disponível em: <<http://www.scielo.com.br>>. Acesso em: 13 jul. 2010.
- FONSECA, Cláudia. **De família, reprodução e parentesco: algumas considerações.** In: *Cadernos Pagu* (29), julho-dezembro de 2007, pp. 09-35.

\_\_\_\_\_. **Política, gênero e sujeito:** afinidades com consequências. In: Cadernos Pagu (21) 2003: pp317-325.

\_\_\_\_\_. **Amor e família:** vacas sagradas da nossa época. In: Ribeiro, I. e Torres Ribeiro, A. C. (ORG). Família em processos contemporâneos: Inovações culturais na sociedade brasileira. Editora: Loyola, São Paulo, 1995, pp. 69-90.

GIDDENS, Anthony. **O mundo na era da globalização.** Editora: Presença, Lisboa, 2006, pp.51-67.

GRAEFF, Lucas. **O “mundo da velhice” e a cultura asilar.** Estudo antropológico sobre memória social e cotidiano de velhos no asilo Padre Cacique, em Porto Alegre. Dissertação em Antropologia Social. Porto Alegre, 2005.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia.** 10 ed. Editora: Vozes, Rio de Janeiro, 2005.

HEILBORN, Maria Luiza. **Dois é par:** gênero e identidade sexual em contexto igualitário. Editora: Gramond, Rio de Janeiro, 2004.

JABLONSKI, B. **Afinal, o que quer um casal?** algumas considerações sobre o casamento e a separação na classe média carioca. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.) Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas. São Paulo: Ed. PUC-RIO e Loyola, 2003, pp. 141-168.

\_\_\_\_\_. **O cotidiano do casamento contemporâneo:** a difícil e conflitiva divisão de tarefas e responsabilidades entre homens e mulheres. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.) Família e casal: saúde, trabalho e modos de vinculação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007, pp. 203-225.

LIMA, Michelle da Silva & GUEDES, Lahud Simoni. **Casa, família nuclear e redes sociais em bairros de trabalhadores.** In: Barros, M. L. (Org.). “Família e Gerações”. Editora: FGV, Rio de Janeiro, 2006, pp. 131-163.

MAIOR, Heraldo Pessoa Souto. **Durkheim e a família:** da “Introdução à Sociologia da família à família Conjugal”. In: Revista Antropológicas, ano 9, volume 16(1), 2005, pp.7-30.

MINAYO, Maria Cecília de, DESLANDES, Suely Ferreira e GOMES, Romeu. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 26 ed. Editora: Vozes, Rio de Janeiro, 2007.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Novas propostas e velhos princípios:** a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: Sales, M. A., Matos, M. C. e Leal, M. C. (Org.). Política Social, Família e Juventude. 6ª Ed. Editora: Cortez, São Paulo, 2010, pp. 43-59.

ROCHA-COUTINHO, M. L. **De volta ao lar:** as mulheres que se afastaram de uma carreira profissional para melhor se dedicar aos filhos. Retrocessos ou “novo” modelo de família? In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.) Casal e família: permanências e rupturas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009, pp. 219-235.

\_\_\_\_\_. **Variações sobre um antigo tema:** a maternidade para mulheres com uma carreira profissional bem-sucedida. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.) Família e casal: efeitos da contemporaneidade. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO, 2005, pp. 122-137.

RAYMOND, Caire. **A mulher militar.** Editora: Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro 2002.

RABINOVICH, Elaine. **Família e cidade:** um estudo sobre trajetórias e *self*. In: Moreira, L. e Carvalho, A. M. A. (Org.). Família, Subjetividades, vínculos. Editora: Paulinas, São Paulo, 2007, pp. 141-145.

REY, F. G. **Pesquisa qualitativa e subjetividade**: os processos de construção da informação. Editora: Thomson, São Paulo, 2005.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3 ed. Editora: Atlas, São Paulo, 2008.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem**. Editora: Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2003.

SEGALEN, Martine. **Sociologia da família**. Editora: Terramar, Lisboa, 1996, pp. 5-20.

SALEM, TÂNIA. **A trajetória do “casal grávido”**: de sua contribuição à revisão de seu projeto. In: Figueira, S. A. (Org.). *Cultura da Psicanálise*. Editora: Brasiliense, 1985, pp. 35-61.

SARTI, Cinthia Andersn. **O jovem na família**: o outro necessário. In: Novaes e Vannuchi (Org.). *Juventude e Sociedade*. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2004, pp. 115-129.

\_\_\_\_\_. **Algumas questões sobre família e políticas sociais**. In: Jacquet, C. e Costa, L. F. (Org.). *Família em mudança*. Editora Companhia ilimitada, São Paulo, 2004, pp.193-211.

\_\_\_\_\_. **Deixarás pai e mãe**: notas sobre Lévi-Strauss e a família. In: *Revista Antropológicas*, ano 9, volume 16(1), 2005, pp. 31-52.

\_\_\_\_\_. **Famílias enredadas**. In: Acosta A. R. e Vitale, M. A. F. (Org.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. 5ª Ed. Editora Cortez, São Paulo, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. Editora Cortez, São Paulo, 2007.

SILVA, Célia Nunes Silva & ANASTÁCIO, Maria Guerra. **O descompasso entre a função parental e a dupla carreira dos pais**. In: Moreira, L. e Carvalho, A. M. A. (Org.). *Família e educação: olhares da psicologia*. Editora: Paulinas, São Paulo, 2008, pp. 197-208.

SILVA, Fernanda Chinelli Machado da. **Mulheres de militares**: família, sociabilidade e controle social. Dissertação em Antropologia Social, Rio de Janeiro, 2008.

SINGLY, François. **Uns com os outros**: quando o individualismo cria laços. Editora: Instituto Piaget, Lisboa, 2003.

\_\_\_\_\_. **Sociologia da família contemporânea**. Editora: FGV, Rio de Janeiro, 2007.

\_\_\_\_\_. **O eu, o casal e a família**. Editora: Dom Quixote, Lisboa, 2000.

\_\_\_\_\_. **Livres juntos**. Editora Piaget, Lisboa, 2001.

\_\_\_\_\_. **O nascimento do “indivíduo individualizado” e seus efeitos na vida conjugal e familiar**. In: Peixoto, C. E., Singly, F. e Cicchelli, V. (Org.). *Família e Individualização*. Editora: FGV, Rio de Janeiro, 2000, pp.13-19.

SOUZA, Elizeu C. **(Auto)Biografia, identidades e alteridade**: modos de narração, escritas de si e práticas de formação na pós-graduação. *Revista Forum Identidades*, ano 2, vol. 4, julho-dezembro, 2008, pp. 37-50.

SPONVILLE, André Comte. **Pequeno tratado das Grandes Virtudes**. Editora: Martins Fontes, São Paulo, 1995, pp. 241-313.

TORRES, Anália Cardoso. **Casamento**: conversa a duas vozes e em três andamentos. Disponível em:<[http:// www.analiatorres.net](http://www.analiatorres.net)>. Acesso em: 04 out. 2010.

\_\_\_\_\_. **Vida conjugal e trabalho:** uma perspectiva sociológica. Editora: Celta, Lisboa, 2004.

\_\_\_\_\_. **Sociologia do casamento:** a família e a questão feminina. Editora: Celta, Lisboa, 2001.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura:** notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 3 ed. Editora: Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1996.

\_\_\_\_\_. **Projeto e metamorfose.** Editora: Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1994.

**ANEXO -Termo de consentimento livre e esclarecido****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Declaro que concordei em ser entrevistada na pesquisa de campo referente à tese de mestrado intitulada **Mulheres-esposas: Dinâmicas conjugais e individualidades a partir da experiência de mulheres casadas com militar**, desenvolvida por **Ester Nunes Praça da Silva**.

Afirmo que aceitei participar por minha livre e espontânea vontade, com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa, sem receber qualquer incentivo financeiro e sem arcar com qualquer ônus.

Fui esclarecida pela pesquisadora que:

1. A minha participação se realizará por meio de entrevista semiestruturada e gravada, bem como posso me reservar a responder apenas o que eu desejar, sem receio de quaisquer constrangimentos.
2. A minha colaboração à pesquisa se fará de forma anônima e que todos os cuidados serão observados para se preservar o sigilo da minha identidade, bem como da identidade dos meus familiares.
3. A pesquisa é orientada pela professora **Dr<sup>a</sup> Livia Alessandra Fialho Costa**.
4. O acesso à entrevista semiestruturada e gravada será feito exclusivamente pela pesquisadora **Ester Nunes Praça da Silva**.
5. A utilização dos dados, coletados na entrevista, na tese de mestrado da pesquisadora **Ester Nunes Praça da Silva**, será efetivada de modo a resguardar o sigilo da identidade da entrevistada e das pessoas por esta mencionadas.
6. Sobre o objetivo estritamente acadêmico do estudo, que, em linhas gerais, é **conhecer quais desafios enfrentam mulheres casadas com militar no seu fazer cotidiano e conjugal, sob o impacto das exigências e da carreira militar do marido**.
7. O uso das informações, por mim oferecidas, está submetido às normas éticas que regulam a pesquisa envolvendo seres humanos da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.

Atesto o recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa(CONEP).

Salvador, 20 de novembro de 2010.

---

Assinatura da Participante

---

Assinatura da Pesquisadora